Organizador
Eduardo Jorge de Oliveira Motta

DIAGNÓSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO

Municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca



CODEVASF



DIAGNÓSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO

Municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Desenvolvimento Regional
Rogério Simonetti Marinho

Diretor-Presidente da Codevasf
Marcelo Andrade Moreira Pinto

Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas
Davidson Tolentino de Almeida

Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
Antonio Rosendo Neto Junior

Diretor da Área de Gestão de Empreendimentos de Irrigação
Luiz Napoleão Casado Arnaud Neto

Organizador
Eduardo Jorge de Oliveira Motta

Colaboradores
Arleid Nascimento Souza
Álvaro de Assis Alves de Albuquerque
Denise da Rocha de Paula de Encarnação
Eleniz Soares Lisboa
Emanoel Messias Santos
Elson Antonio Fernandes
Germano Vieira de Albuquerque
Henrique Lima Lessa Lôbo
Hugo Fagner dos Santos
Márcio Cruz Azevedo

DIAGNÓSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO

Municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca

Brasília, DF
Codevasf
2020

© 2020 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf

É permitida a reprodução de dados e informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte.
Sua comercialização é expressamente proibida.

Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geraldo-rocha/publicações --> Acesso ao catálogo

Disponível também em: https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geraldo-rocha/publicacoes --> Acessar: Manuais, cartilhas e outras publicações.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
SGAN 601 – Conj. I – Ed. Manoel Novaes
CEP 70.830-019 – Brasília-DF
www.codevasf.gov.br
divulgacao@codevasf.gov.br

Projeto gráfico e diagramação
Editorar Multimídia

Normalização bibliográfica
Edna Sousa Santos
Nilva Chaves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Diagnóstico para o desenvolvimento hidroagrícola dos assentamentos na área de influência do Canal do Sertão Alagoano : municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca / Eduardo Jorge de Oliveira Motta, organizador; Arleid Nascimento Souza ... [et al.], colaboradores. – Brasília, DF : Codevasf, 2020.
262 p. il. color. ; fotos

ISBN 978-65-88380-00-0 (impresso). – ISBN 978-65-88380-03-1 (digital)

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Uso da água. 3. Organização social. 4. Levantamento hidroagrícola. 5. Irrigação. 6. Ocupação do solo. 7. Sistema produtivo participativo. 8. Assentamento da reforma agrária. 9. Canal do Sertão Alagoano. 10. Água Branca, AL. 11. Delmiro Gouveia, AL. I. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. II. Motta, Eduardo Jorge de Oliveira.

CDU: 502.131.1

LISTA DE FOTOS

Foto 1 A a C – Vista geral do assentamento Maria Cristina (agrovilas I, II e III) 35
Foto 2 – Apresentação do plano 37
Foto 3 – Eleição da comissão comunitária 38
Foto 4 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 39
Foto 5 A e B – Registro fotográfico e georreferenciamento 40
Foto 6 A e B – Residências com cisterna e sem acesso à água 43
Foto 7 A a C – Vista geral do assentamento Genivaldo Moura (comunidades Craibeirinhas, Rabeca e Maxixe) 47
Foto 8 – Apresentação do plano 49
Foto 9 – Eleição da comissão comunitária 50
Foto 10 A e B – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 51
Foto 11 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 51
Foto 12 A e B – Atividades produtivas do assentamento Genivaldo Moura 53
Foto 13 – Cisterna instalada pela Codevasf 54
Foto 14 – Vista geral do assentamento Monte Escuro 59
Foto 15 – Apresentação do plano 61
Foto 16 A e B – Eleição da comissão comunitária 62
Foto 17 – Cadastramento da família 62
Foto 18 – Georreferenciamento e registro fotográfico 63
Foto 19 – Atividade produtiva do assentamento Monte Escuro 64
Foto 20 – Cisterna instalada pela Codevasf 66
Foto 21 A a D – Registro fotográfico de famílias sem acesso à água 66
Foto 22 – Vista do cânion do rio São Francisco 67
Foto 23 – Vista geral do assentamento Maria Bonita 71
Foto 24 – Apresentação do plano 73
Foto 25 A e B – Comissão comunitária eleita 73
Foto 26 A e B – Diagnóstico participativo com a comunidade 74
Foto 27 A e B – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 75
Foto 28 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 75
Foto 29 – Lote irrigado de Maria Aparecida dos Santos 78
Foto 30 – Implantação de cisterna pela Codevasf 79
Foto 31 A a C – Residências sem acesso à água 79
Foto 32 – Vista geral do assentamento Lameirão 83
Foto 33 – Apresentação do plano 85
Foto 34 – Comissão comunitária eleita 85
Foto 35 A a D – Diagnóstico participativo com a comunidade 86
Foto 36 – Cadastramento da família 87
Foto 37 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 88
Foto 38 A e B – Sistema de irrigação desativado 90
Foto 39 – Projeto de piscicultura 91
Foto 40 – Lote com reservatório e viveiro de mudas de umbu e maracujá 92
Foto 41 – Implantação de cisterna pela Codevasf 93
Foto 42 – Bar de Maria José dos Santos Guerra 94
Foto 43 A e B – Pinturas e gravuras rupestres no assentamento Lameirão 94
Foto 44 – Vista geral do assentamento Peba 99

Foto 45 – Apresentação do plano 101
Foto 46 – Eleição da comissão comunitária 101
Foto 47 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 102
Foto 48 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 103
Foto 49 – Fossa a céu aberto da comunidade 104
Foto 50 – Vista geral do assentamento Bom Jesus 109
Foto 51 – Apresentação do plano 111
Foto 52 A e B – Eleição da comissão comunitária 112
Foto 53 – Cadastramento da família 113
Foto 54 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 113
Foto 55 – Diagnóstico participativo com a comunidade 114
Foto 56 – Quintal produtivo de José Matias dos Santos 116
Foto 57 A a C – Acesso à água por meio de cisterna, água encanada e de minação 116
Foto 58 A e B – Atividades produtivas incentivadas pela Codevasf 117
Foto 59 – Vista geral do assentamento Jurema 121
Foto 60 – Apresentação do plano 123
Foto 61 A e B – Eleição da comissão comunitária 123
Foto 62 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 124
Foto 63 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 125
Foto 64 A e B – Diagnóstico participativo com a comunidade 126
Foto 65 – Posto de saúde 127
Foto 66 – Implantação de cisterna na escola 129
Foto 67 A e B – Atividades produtivas incentivadas pela Codevasf 130
Foto 68 – Vista geral do assentamento Araçá 135
Foto 69 – Apresentação do plano 137
Foto 70 A e B – Eleição da comissão comunitária 138
Foto 71 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 138
Foto 72 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 139
Foto 73 – Diagnóstico participativo com a comunidade 140
Foto 74 A e B – Poço artesiano e barragem comunitários 142
Foto 75 – Vista geral do assentamento Boa Vista 147
Foto 76 – Apresentação do plano 149
Foto 77 A e B – Eleição da comissão comunitária 150
Foto 78 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 150
Foto 79 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 151
Foto 80 – Diagnóstico participativo com a comunidade 152
Foto 81 A e B – Atividades produtivas do assentamento Boa Vista 154
Foto 82 – Implantação de cisterna pela Codevasf 155
Foto 83 – Vista do cânion do rio São Francisco 155
Foto 84 A e B – Atividades produtivas incentivadas pela Codevasf 156
Foto 85 – Vista geral do assentamento Mandacaru 161
Foto 86 – Apresentação do plano 163
Foto 87 A e B – Eleição da comissão comunitária 163
Foto 88 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 164
Foto 89 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 165
Foto 90 – Diagnóstico participativo com a comunidade 166
Foto 91 – Propriedade do produtor José Lima 168

Foto 92 A e B – Atividades produtivas incentivadas pels Codevasf 169
Foto 93 – Vista geral do assentamento Moxotó das Areias 173
Foto 94 – Apresentação do plano 175
Foto 95 A e B – Eleição da comissão comunitária 175
Foto 96 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 176
Foto 97 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 177
Foto 98 – Diagnóstico participativo com a comunidade 178
Foto 99 – Reservatório d'água do assentamento Moxotó das Areias 179
Foto 100 – Vista geral do assentamento Juá 185
Foto 101 – Apresentação do plano 187
Foto 102 A e B – Eleição da comissão comunitária 188
Foto 103 – Cadastramento da família 188
Foto 104 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 189
Foto 105 – Diagnóstico participativo com a comunidade 189
Foto 106 A e B – Atividades produtivas do assentamento Juá 191
Foto 107 A e B – Represa do Moxotó e bomba de irrigação 192
Foto 108 A e B – Criação de abelhas e reservatório do programa PAIS 193
Foto 109 – Vista geral do assentamento Todos os Santos 197
Foto 110 – Apresentação do plano 199
Foto 111 – Eleição da comissão comunitária 199
Foto 112 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família 200
Foto 113 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 201
Foto 114 – Diagnóstico participativo com a comunidade 202
Foto 115 – Vista geral do assentamento Todos os Santos 203
Foto 116 – Reservatório de água tipo Caldeirão 205
Foto 117 – Atividade de apicultura do assentamento Todos os Santos 205
Foto 118 – Vista geral do assentamento Navio 209
Foto 119 – Apresentação do plano 211
Foto 120 A e B – Eleição da comissão comunitária 212
Foto 121 – Cadastramento da família 213
Foto 122 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 213
Foto 123 – Diagnóstico participativo com a comunidade 214
Foto 124 A a C – Poço artesiano, reservatório e ruína da barragem de pedra 216
Foto 125 – Pedra do Navio às margens do riacho 217
Foto 126 – Vista geral da Agrovila Cobra I 221
Foto 127 – Apresentação do plano 223
Foto 128 A e B – Eleição da comissão comunitária 223
Foto 129 – Cadastramento da família 224
Foto 130 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 225
Foto 131 – Diagnóstico participativo com a comunidade 226
Foto 132 – Cachoeira no lote de Zé do Gado e Zé Pretinho 228
Foto 133 – Vista geral do assentamento Riacho Seco 233
Foto 134 – Apresentação do plano 235
Foto 135 – Comissão comunitária eleita 235
Foto 136 – Cadastramento da família 236
Foto 137 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico 237
Foto 138 – Poço artesiano e chafariz 239

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados das famílias do assentamento Maria Cristina 43
Gráfico 2 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Maria Cristina 44
Gráfico 3 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Maria Cristina 44
Gráfico 4 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Maria Cristina 45
Gráfico 5 – Dados das famílias do assentamento Genivaldo Moura 55
Gráfico 6 – Dados dos imóveis e sociais no assentamento Genivaldo Moura 55
Gráfico 7 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Genivaldo Moura 56
Gráfico 8 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Genivaldo Moura 56
Gráfico 9 – Dados das famílias do assentamento Monte Escuro 68
Gráfico 10 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Monte Escuro 68
Gráfico 11 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Monte Escuro 69
Gráfico 12 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Monte Escuro 69
Gráfico 13 – Dados das famílias do assentamento Maria Bonita 80
Gráfico 14 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Maria Bonita 80
Gráfico 15 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Maria Bonita 81
Gráfico 16 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Maria Bonita 81
Gráfico 17 – Dados das famílias do assentamento Lameirão 95
Gráfico 18 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Lameirão 96
Gráfico 19 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Lameirão 96
Gráfico 20 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Lameirão 97
Gráfico 21 – Dados das famílias do assentamento Peba 106
Gráfico 22 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Peba 106
Gráfico 23 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Peba 107
Gráfico 24 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Peba 107
Gráfico 25 – Dados das famílias do assentamento Bom Jesus 118
Gráfico 26 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Bom Jesus 118
Gráfico 27 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Bom Jesus 119
Gráfico 28 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Bom Jesus 119
Gráfico 29 – Dados das famílias do assentamento Jurema 130
Gráfico 30 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Jurema 131
Gráfico 31 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Jurema 131
Gráfico 32 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Jurema 132
Gráfico 33 – Dados das famílias do assentamento Araçá 143
Gráfico 34 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Araçá 144
Gráfico 35 – Dados da agrícolas com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Araçá 144
Gráfico 36 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Araçá 145
Gráfico 37 – Dados das famílias do assentamento Boa Vista 157
Gráfico 38 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Boa Vista 157
Gráfico 39 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Boa Vista 158
Gráfico 40 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Boa vista 158
Gráfico 41 – Dados das famílias do assentamento Mandacaru 170
Gráfico 42 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Mandacaru 170

Gráfico 43 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Mandacaru 171
Gráfico 44 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Mandacaru..... 171
Gráfico 45 – Dados das famílias do assentamento Moxotó das Areias 181
Gráfico 46 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Moxotó das Areias 181
Gráfico 47 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Moxotó das Areias..... 182
Gráfico 48 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Moxotó das Areias..... 182
Gráfico 49 – Dados das famílias do assentamento Todos os Santos 206
Gráfico 50 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Todos os Santos 206
Gráfico 51 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Todos os Santos 207
Gráfico 52 – Dados das famílias do assentamento Navio..... 218
Gráfico 53 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Navio 218
Gráfico 54 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Navio 219
Gráfico 55 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Navio..... 219
Gráfico 56 – Dados das famílias do assentamento Cobra 229
Gráfico 57 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Cobra 229
Gráfico 58 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Cobra..... 230
Gráfico 59 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Cobra 230
Gráfico 60 – Dados das famílias do assentamento Riacho Seco..... 240
Gráfico 61 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Riacho Seco 240
Gráfico 62 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Riacho Seco 241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação demográfica identificada do assentamento Maria Cristina 39
Tabela 2 – Situação fundiária por assentado do assentamento Maria Cristina..... 41
Tabela 3 – Situação fundiária do assentamento Maria Cristina..... 41
Tabela 4 – Situação demográfica identificada do assentamento Genivaldo Moura 51
Tabela 5 – Situação fundiária do assentamento Genivaldo Moura 53
Tabela 6 – Situação demográfica identificada do assentamento Monte Escuro 63
Tabela 7 – Situação fundiária do assentamento Monte Escuro..... 65
Tabela 8 – Situação demográfica identificada do assentamento Maria Bonita..... 75
Tabela 9 – Situação fundiária do assentamento Maria Bonita..... 77
Tabela 10 – Situação demográfica identificada do assentamento Lameirão 87
Tabela 11 – Situação fundiária do assentamento Lameirão..... 92
Tabela 12 – Situação demográfica identificada do assentamento Peba 102
Tabela 13 – Situação fundiária do assentamento Peba 105
Tabela 14 – Situação demográfica identificada do assentamento Bom Jesus 112
Tabela 15 – Situação demográfica identificada do assentamento Bom Jesus 115
Tabela 16 – Situação demográfica identificada do assentamento Jurema 124
Tabela 17 – Situação fundiária do assentamento Jurema..... 128
Tabela 18 – Situação demográfica identificada do assentamento Araçá..... 139
Tabela 19 – Situação fundiária do assentamento Araçá 141

Tabela 20 – Situação demográfica identificada do assentamento Boa Vista 151
Tabela 21 – Situação fundiária do assentamento Boa Vista 154
Tabela 22 – Situação demográfica identificada do assentamento Mandacaru 164
Tabela 23 – Situação fundiária do assentamento Mandacaru 168
Tabela 24 – Situação demográfica identificada do assentamento Moxotó das Areias 176
Tabela 25 – Situação fundiária do assentamento Moxotó das Areias 180
Tabela 26 – Situação demográfica identificada do assentamento Juá 188
Tabela 27 – Situação fundiária do Assentamento Juá 191
Tabela 28 – Situação demográfica identificada do assentamento Todos os Santos 200
Tabela 29 – Situação fundiária do assentamento Todos os Santos 204
Tabela 30 – Situação demográfica identificada do assentamento Navio 212
Tabela 31 – Situação fundiária do assentamento Navio 216
Tabela 32 – Situação demográfica identificada do assentamento Cobra 224
Tabela 33 A – Situação fundiária do assentamento Cobra I 227
Tabela 33 B – Situação fundiária do assentamento Cobra II 228
Tabela 34 – Situação demográfica identificada do assentamento Riacho Seco 236
Tabela 35 – Situação fundiária do assentamento Riacho Seco 239

SUMÁRIO

PREFÁCIO **17**

APRESENTAÇÃO **21**

RESUMO EXECUTIVO **25**

1 INTRODUÇÃO **29**

PARTE 1 DELMIRO GOUVEIA **33**

2 ASSENTAMENTO MARIA CRISTINA **35**
2.1 Histórico 36
2.2 Apresentação e discussão do plano 36
2.3 Formação da comissão comunitária 37
2.4 Cadastramento das famílias 38
2.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 40
2.6 Educação e saúde 40
2.7 Organização social e comunitária 40
2.8 Situação fundiária e produtiva 41
2.9 Fonte hídrica 42
2.10 Dados gerais 43

3 ASSENTAMENTO GENIVALDO MOURA **47**
3.1 Histórico 48
3.2 Apresentação e discussão do plano 48
3.3 Formação da comissão comunitária 49
3.4 Cadastramento das famílias 50
3.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 51
3.6 Educação e saúde 52
3.7 Organização social 52
3.8 Situação fundiária e produtiva 52
3.9 Fonte hídrica 53
3.10 Ações da Codevasf no assentamento 54
3.11 Dados gerais 55

4 ASSENTAMENTO MONTE ESCURO **59**
4.1 Histórico 60
4.2 Apresentação e discussão do plano 60
4.3 Formação da comissão comunitária 61
4.4 Cadastramento das famílias 62
4.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 63
4.6 Educação e saúde 63
4.7 Organização social e comunitária 64
4.8 Situação fundiária e produtiva 64
4.9 Fonte hídrica 65
4.10 Potencial turístico 67
4.11 Dados gerais 68

5 ASSENTAMENTO MARIA BONITA **71**
5.1 Histórico 72
5.2 Apresentação e discussão do plano 72
5.3 Formação da comissão comunitária 73
5.4 Diagnóstico participativo 74
5.5 Cadastramento das famílias 74
5.6 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 75
5.7 Educação e saúde 76

5.8 Organização social e comunitária 76
5.9 Situação fundiária e produtiva 77
5.10 Fonte hídrica 78
5.11 Ações da Codevasf no assentamento 80
5.12 Dados gerais 80

6 ASSENTAMENTO LAMEIRÃO 83
6.1 Histórico 84
6.2 Apresentação e discussão do plano 84
6.3 Formação da comissão comunitária 85
6.4 Diagnóstico participativo 86
6.5 Cadastramento das famílias 87
6.6 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 88
6.7 Educação e saúde 88
6.8 Organização social e comunitária 89
6.9 Situação fundiária e produtiva 89
6.10 Fonte hídrica 92
6.11 Potencial turístico 93
6.12 Ações da Codevasf no assentamento 95
6.13 Dados gerais 95

7 ASSENTAMENTO PEBA 99
7.1 Histórico 100
7.2 Apresentação e discussão do plano 100
7.3 Formação da comissão comunitária 101
7.4 Cadastramento das famílias 102
7.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 103
7.6 Diagnóstico participativo 103
7.7 Educação e saúde 103
7.8 Organização social 104
7.9 Situação fundiária e produtiva 104
7.10 Fonte hídrica 105
7.11 Dados gerais 106

8 ASSENTAMENTO BOM JESUS 109
8.1 Histórico 110
8.2 Apresentação e discussão do plano 110
8.3 Formação da comissão comunitária 111
8.4 Cadastramento das famílias 112
8.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 113
8.6 Diagnóstico participativo 113
8.7 Educação e saúde 114
8.8 Organização social 114
8.9 Situação fundiária e produtiva 115
8.10 Fonte hídrica 116
8.11 Ações da Codevasf no assentamento 117
8.12 Dados gerais 118

9 ASSENTAMENTO JUREMA 121
9.1 Histórico 122
9.2 Apresentação e discussão do plano 122
9.3 Formação da comissão comunitária 123
9.4 Cadastramento das famílias 124
9.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 125
9.6 Diagnóstico participativo 125
9.7 Educação e saúde 126
9.8 Organização social 127
9.9 Situação fundiária e produtiva 127
9.10 Fonte hídrica 128
9.11 Ações da Codevasf no assentamento 129
9.12 Dados gerais 130

10 ASSENTAMENTO ARAÇÁ 135
10.1 Histórico 136
10.2 Apresentação e discussão do plano 137
10.3 Formação da comissão comunitária 137
10.4 Cadastramento das famílias 138
10.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 139
10.6 Diagnóstico participativo 139
10.7 Educação e saúde 140
10.8 Organização social 140
10.9 Situação fundiária e produtiva 141
10.11 Ações da Codevasf 143
10.12 Dados gerais 143

11 ASSENTAMENTO BOA VISTA 147
11.1 Histórico 148
11.2 Apresentação e discussão do plano 148
11.3 Formação da comissão comunitária 149
11.4 Cadastramento das famílias 150
11.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 151
11.6 Diagnóstico participativo 151
11.7 Educação e saúde 152
11.8 Organização social 152
11.9 Situação fundiária e produtiva 153
11.10 Fonte hídrica 154
11.11 Potencial turístico 155
11.12 Ações da Codevasf 156
11.13 Dados gerais 157

12 ASSENTAMENTO MANDACARU 161
12.1 Histórico 162
12.2 Apresentação e discussão do plano 162
12.3 Formação da comissão comunitária 163
12.4 Cadastramento das famílias 164
12.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 165
12.6 Diagnóstico participativo 165
12.7 Educação e saúde 166
12.8 Organização social 166
12.9 Situação fundiária e produtiva 167
12.10 Fonte hídrica 168
12.11 Ações da Codevasf 169
12.12 Dados gerais 170

13 ASSENTAMENTO MOXOTÓ DAS AREIAS 173
13.1 Histórico 174
13.2 Apresentação e discussão do plano 174
13.3 Formação da comissão comunitária 175
13.4 Cadastramento das famílias 176
13.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 177
13.6 Diagnóstico participativo 177
13.7 Educação e saúde 178
13.8 Organização social 178
13.9 Fonte hídrica 179
13.11 Ações da Codevasf no assentamento 180
13.12 Dados gerais 181

14 ASSENTAMENTO JUÁ 185
14.1 Histórico 186
14.2 Apresentação e discussão do plano 187
14.3 Formação da comissão comunitária 187
14.4 Cadastramento das famílias 188
14.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 189

14.6 Diagnóstico participativo 189
14.7 Educação e saúde 190
14.8 Organização social e comunitária 190
14.9 Situação fundiária e produtiva 190
14.10 Fonte hídrica 192
14.11 Ações da Codevasf no assentamento 192

PARTE 2 ÁGUA BRANCA 195

15 ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS 197
15.1 Histórico 198
15.2 Apresentação e discussão do plano 198
15.3 Formação da comissão comunitária 199
15.4 Cadastramento das famílias 200
15.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 201
15.6 Diagnóstico participativo 201
15.7 Educação e saúde 202
15.8 Organização social 202
15.9 Situação fundiária e produtiva 203
15.10 Fonte hídrica 204
15.11 Ações da Codevasf no assentamento 205
15.12 Dados gerais 206

16 ASSENTAMENTO NAVIO 209
16.1 Histórico 210
16.2 Apresentação e discussão do plano 211
16.3 Formação da comissão comunitária 211
16.4 Cadastramento das famílias 212
16.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 213
16.6 Diagnóstico participativo 214
16.7 Educação e saúde 214
16.8 Organização social 215
16.9 Situação fundiária e produtiva 215
16.10 Fonte hídrica 216
16.11 Potencial turístico 217
16.12 Ações da Codevasf no assentamento 217
16.13 Dados gerais 218

17 ASSENTAMENTO COBRA 221
17.1 Histórico 222
17.2 Apresentação e discussão do plano 222
17.3 Formação da comissão comunitária 223
17.4 Cadastramento das famílias 224
17.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 225
17.6 Diagnóstico participativo 225
17.7 Educação e saúde 226
17.8 Organização social 226
17.9 Situação fundiária e produtiva 227
17.10 Fonte hídrica 228
17.11 Dados gerais 229

18 ASSENTAMENTO RIACHO SECO 233
18.1 Histórico 234
18.2 Apresentação e discussão do plano 234
18.3 Formação da comissão comunitária 235
18.4 Cadastramento das famílias 236
18.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências 237
18.6 Diagnóstico participativo 237
18.7 Educação e saúde 237
18.8 Organização social 238
18.9 Situação fundiária e produtiva 238

18.10 Fonte hídrica 239
18.11 Dados gerais 240

19 CONSIDERAÇÕES FINAIS 243

20 RECOMENDAÇÕES 247

REFERÊNCIAS 249

ANEXO A – MODELO DE GESTÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL SUGERIDO PARA ALAGOAS (SISAL) 251

APÊNDICES 253
APÊNDICE A - Ficha modelo de cadastro da comunidade 253
APÊNDICE B - Ficha modelo de cadastro do beneficiário 255
APÊNDICE C - Mapa do perímetro de abrangência do Projeto Canal do Sertão Alagoano 257
APÊNDICE D - Mapa com as localizações georreferenciadas dos assentamentos diagnosticados pela Codevasf 258
APÊNDICE E - Mapa do sistema de pequenas adutoras para o abastecimento de água das comunidades rurais 259
APÊNDICE F - Modelo de abastecimento d'água para consumo humano e irrigação de quintais produtivos 260
APÊNDICE G - Modelo de irrigação por gotejamento em quintais produtivos 261
APÊNDICE H - Proposta de transformação econômica e social no âmbito do Canal do Sertão Alagoano 262



PREFÁCIO

A Codevasf quando recebeu a missão do Governo Federal, em 2013, para implantar parte significativa do Programa Água Para Todos, encarou o desafio com a certeza de cumprir as metas estabelecidas com qualidade, eficiência e agilidade, a partir da premissa de quem tem compromisso com a sua missão e com a sociedade.

Sem dúvida, o Programa Água Para Todos foi uma das ações mais bem sucedidas que a Codevasf já implementou, haja vista tratar de promover o acesso à água e, assim, assegurar a sobrevivência humana no semiárido, onde predomina a escassez hídrica e o alto índice de mortalidade infantil provocado pelo consumo de água contaminada.

Em Alagoas, estado onde a Codevasf se destacou nacionalmente pela maior produtividade alcançada na instalação de cisternas para consumo humano, com reconhecimento e satisfação plena dos beneficiários, inovou também, ao apresentar um levantamento socioeconômico de forma minuciosa das comunidades rurais junto aos municípios na área de influência do Canal do Sertão Alagoano, com destaque aos assentamentos da reforma agrária dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, conforme os dados presentes neste trabalho.

Nessa perspectiva, a Codevasf disponibiliza este diagnóstico aos governos federal, estadual e municipais, à iniciativa privada e à sociedade em geral, como uma ferramenta estratégica de planejamento para a execução de projetos de infraestrutura hídrica, que visem o desenvolvimento regional integrado e participativo, baseados na realidade local, cultural e ambiental da região do sertão alagoano e das comunidades rurais ali existentes.



A Codevasf, na qualidade de empresa de desenvolvimento regional, se baseando nos dados presentes neste livro, já vem executando projetos de implantação de sistemas de abastecimento d'água comunitários no sertão alagoano, que permitirão, a partir da utilização da água do canal, mudar o perfil de pobreza que ali predomina, para uma situação de prosperidade.

Esse modelo de trabalho é recomendável à ser realizado onde houver infraestrutura hídrica de uso múltiplo semelhante, haja vista ser essencial ter o conhecimento do território e da sua forma de ocupação para poder promover ações de desenvolvimento com segurança social, a partir do conhecimento das aptidões territoriais e da vocação de sua população.

Além disso, obras do porte do Canal do Sertão Alagoano, que se destaca por ser uma das mais importantes e maiores infraestruturas hídricas do país, merece apresentar, também, um plano de utilização das suas águas para o abastecimento das comunidades rurais, tanto para o consumo humano quanto para a produção de alimentos de forma sustentável em quintais produtivos, conforme preconizado no modelo aqui apresentado.

A equipe técnica da Codevasf, que teve como meta em Alagoas a instalação de cisternas para consumo humano e a construção de barreiros para dessedentação animal, além de cumprir com as suas metas originais de forma exemplar, apresentou de conformação adicional esses estudos que são fundamentais ao desenvolvimento regional, demonstrando capacidade de inovação e de otimização na aplicação dos recursos públicos a ela confiados.

A Codevasf que tem a missão de "Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais", deve dar continuidade tanto ao modelo de diagnóstico implementado nas comunidades rurais na área de abrangência do Canal do Sertão Alagoano, como também na execução do plano aqui apresentado como exemplo de desenvolvimento regional amplo e participativo. Esse formato inédito demonstrado aqui pela Codevasf de inclusão econômica e social deverá, por meio de parcerias institucionais, promover investimentos onde predomina escassez hídrica e elevados índices de pobreza,

em decorrência dos limitados investimentos realizados pelos setores públicos e privados nessas localidades.

Com a implantação de projetos que dê acesso à água para consumo humano e inclusão produtiva, a Codevasf estará contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações carentes e, assim, minimizar as desigualdades regionais existentes no país.

Marcelo Andrade Moreira Pinto
Diretor-Presidente da Codevasf





APRESENTAÇÃO

A seca no Bioma Caatinga é um acontecimento natural previsível e, dessa forma, se caracteriza como um componente cíclico do clima da região do Nordeste brasileiro, onde predomina o semiárido. Porém, sua escassa e concentrada pluviosidade, com índices médios anuais em torno de 400 mm, leva a uma situação de grande dificuldade à população que ali habita, por enfrentar adversidades à sua sobrevivência, em função da baixa oferta de água, muitas vezes, inclusive, contaminada por dejetos animais. Essas estiagens prolongadas acarretam acentuadas perdas da produção agropecuária e prejuízos de toda ordem. Todavia, o sertanejo é um personagem que, por amor a terra, à sua cultura e tradições e por respeito aos seus ancestrais, tem um apego à sua região e uma perseverança incomum, tornando-o um forte sobrevivente às penúrias climáticas e de limitado acesso aos serviços públicos, a exemplo de obras de infraestrutura hídrica e serviços de extensão rural. Torna-se claro que, para os assentados da reforma agrária se tornarem parte do desenvolvimento econômico e social da região semiárida, é essencial assegurar oferta de água perene e de boa qualidade tanto para sobrevivência quanto à sustentabilidade econômica.

Para minimizar essa situação e apresentar alternativas ao desenvolvimento regional do sertão e agreste alagoano, a Codevasf apresentou ao Governo do Estado de Alagoas os estudos básicos, ambiental, de viabilidade e executivo, visando a implantação do Canal do Sertão Alagoano. A partir disso, em 2013, teve a inauguração dos primeiros 45 km do Canal, de um total previsto de 270 km. Dessa forma, o canal, quando concluído, ligará os municípios de Delmiro Gouveia à Arapiraca, beneficiando mais de um milhão de habitantes e, assim, com o implemento de uma eficiente gestão participativa, mudará o atual cenário de escassez e pobreza que atualmente predomina no sertão alagoano.



Por sua vez, o Programa Água para Todos, o qual, em nível nacional, foi lançado pela Presidência da República, na cidade de Arapiraca-AL, por meio do Decreto-Lei nº 7.535, de 26 de julho de 2011, instituiu o Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso da Água – "ÁGUA PARA TODOS". Destinado a promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para o consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando o pleno desenvolvimento humano e a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social, tornando o sertanejo do meio rural que habita a área de influência do Canal do Sertão Alagoano, potencialmente beneficiário.

Nessa perspectiva, a Codevasf foi convocada à época pelo Ministério da Integração Nacional (MI) para executar parte da meta do Governo Federal de ações estruturantes para o acesso a água às populações carentes do meio rural. Em Alagoas, coube à 5ª Superintendência Regional, com sede em Penedo, a instalação de 26 mil cisternas para consumo humano e mais de uma centena de barreiros para dessedentação animal.

Concomitantemente a isso, a construção do Canal do Sertão Alagoano avançava no alto sertão, visando a entrada em operação do seu primeiro trecho de 45 km, situado na área de abrangência dos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Pariconha, região de acentuada escassez hídrica, onde a necessidade da população rural é parcialmente suprida pela Defesa Civil por meio de caminhões-pipa.

Portanto, a equipe da Codevasf de Alagoas, tomando como base as diretrizes estabelecidas no art. 2º do Decreto que estabeleceu o Programa Água para Todos – incisos I (priorização da população em situação de extrema pobreza), III (fomento à implementação de infraestrutura e equipamentos de captação, reservação, tratamento e distribuição de água, oriunda de corpos d'água, poços ou nascentes e otimização de seu uso) e IV (articulação das ações promovidas pelos órgãos e instituições federais com atribuições relacionadas às seguintes áreas: a) segurança alimentar e nutricional; b) infraestrutura hídrica e de abastecimento público de água; c) regulação do uso da água; e d) saúde e meio ambiente) –, passou, também, a fazer o diagnóstico de toda a população de 12 municípios por onde passaria o canal, dentre eles os assentamentos dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, objetivando a implementação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA). Essa ação resultou neste inédito e inovador trabalho, intitulado "Diagnóstico para o

desenvolvimento hidroagrícola dos assentamentos na área de influência do Canal do Sertão Alagoano – municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca", essencial ao planejamento para o desenvolvimento regional, com base na realidade e nas vocações da população local.

É importante ressaltar que, por meio dos dados aqui proporcionados, foi possível a realização de licitação que culminou na implantação pela 5ª Superintendência Regional da Codevasf das primeiras obras hídricas de abastecimento das comunidades rurais no âmbito do Canal do Sertão Alagoano, visando o abastecimento das povoações rurais que até então não possuíam água tratada em suas residências, nem tampouco água bruta para produção, comprometendo a segurança alimentar e sua inserção no mercado.

Esta publicação, por si só, é de grande relevância e necessidade para as comunidades beneficiárias, mas também para as prefeituras municipais, governo estadual, instituições que trabalham direta e indiretamente com o tema, a exemplo do Incra, Conab, Codevasf, cooperativas agrícolas, associações comunitárias e de produtores rurais e o Governo Federal como um todo. Além disso, este diagnóstico serve de modelo para o planejamento de desenvolvimento regional em outros estados da Federação que possuam obras ou projetos semelhantes de canais de usos múltiplos, a exemplo do Canal Xingó na Bahia e Sergipe, do Canal do Sertão Baiano, e do Projeto de Integração do São Francisco (PISF), que beneficiará os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Fundamentalmente, esses estudos objetivam apresentar a realidade referente à necessidade e à escassez hídrica que a população sertaneja vive, em função, principalmente, da falta do acesso à água para as suas necessidades básicas e produção de alimentos que, uma vez provida da forma aqui sugerida, propiciará a região alcançar uma situação de prosperidade e de desenvolvimento integrado e participativo, contribuindo para minimizar as acentuadas desigualdades regionais hoje existentes em Alagoas e no Brasil.

Eduardo Jorge de Oliveira Motta
Analista da Codevasf em Desenvolvimento Regional



RESUMO EXECUTIVO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar o levantamento social e produtivo dos assentamentos dos municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca, inseridos no semiárido do estado de Alagoas, no âmbito da área de influência do Canal do Sertão Alagoano. Para a realização do diagnóstico, foi apresentado o Plano da Codevasf de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Alagoano em cada comunidade, onde, na ocasião, foram eleitas e formadas Comissões Comunitárias, conforme metodologia prevista no Programa Água para Todos, que representam o Plano em cada assentamento. A partir disso foram realizados os cadastramentos das famílias, os registros fotográficos e os georreferenciamentos das residências e quintais produtivos. Em seguida, os moradores de cada assentamento participaram de reuniões com a equipe social da Codevasf e da empresa de apoio contratada JM Engenheiros Consultores Ltda. O objetivo foi elaborar o diagnóstico participativo, promovendo a socialização e a obtenção de informações sobre a realidade local, espelhando a situação do assentamento relativo à saúde, à educação, à organização social, ao meio ambiente, à condição fundiária, produtiva e fonte hídrica, além do histórico do assentamento. Após a elaboração do relatório, a equipe se reuniu em cada comunidade para a homologação e validação dos dados pelas comissões comunitárias, como também pelas famílias de cada assentamento, resultando em um relatório que reflete as experiências vivenciadas, os anseios e as expectativas locais. Perante os aspectos diagnosticados, verificou-se a motivação das famílias assentadas para promoverem mecanismos que impulsionem o desenvolvimento socioeconômico local, respeitando suas vocações e culturas, no aproveitamento das potencialidades para a produção agropecuária ali existente. Neste sentido, havia nas comunidades uma grande expectativa para que



a água do Canal do Sertão Alagoano chegasse por meio de adução às residências e seus respectivos quintais produtivos, tanto para consumo humano, quanto para a produção agropecuária, tornando assim o assentamento estruturado e consolidado para o pleno desenvolvimento sustentável.

Em Água Branca, não foi realizado o diagnóstico em todos os assentamentos existentes naquele município, uma vez que alguns deles estão localizados em altitude elevada e/ou fora da área de abrangência do Canal do Sertão. Os parâmetros estabelecidos para incluir a comunidade a ser trabalhada e, consequentemente, a ser beneficiada com o Plano da Codevasf é que a mesma esteja situada até 15 quilômetros de distância do eixo do canal e numa altitude inferior a 100 metros em relação ao canal. Vale ressaltar que este limite é mais rigoroso em função do relevo, tendo em vista os aspectos de viabilidade econômica, no caso de adução de água bruta para produção agropecuária. Na perspectiva de que este trabalho representa o início dos estudos em prol das comunidades existentes ao longo do canal, sugere-se que trabalhos semelhantes sejam realizados em todo o seu percurso, que vai do marco zero na represa de Moxotó, no município de Delmiro Gouveia, até Arapiraca, quando concluído, de acordo com o seu traçado demonstrado no Apêndice C.

Os assentamentos que constam neste trabalho estão discriminados abaixo, em função da data das atividades realizadas pela equipe de ação social nos respectivos assentamentos, contendo dados demográficos relativos à época da realização dos estudos e suas respectivas localizações geográficas, conforme verifica-se no Apêndice D, onde estão localizados de forma georreferenciada os assentamentos trabalhados nos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia:

Localização e dados demográficos dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	LOTEAMENTO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	HABITANTES	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
					LATITUDE	LONGITUDE
Delmiro Gouveia	1. Maria Cristina *Bezerros	Agrovila I	26	82	09° 19' 58,3"	38° 07' 36,0"
		Agrovila II	19	92	09° 20' 39,8"	38° 09' 22,7"
		Agrovila III	24	128	09° 20' 47,6"	38° 08' 45,8"
	2. Genivaldo Moura	Craibeirinha	80	300	09° 22' 33,8"	38° 01' 20,5"
		Rabeca			09° 24' 05,6"	38° 00' 52,8"
		Maxixe			09° 24' 37,1"	38° 00' 20,5"
	3. Monte Escuro *Xingozinho	-	30	115	09° 29' 14,3"	37° 59' 41,9"

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	LOTEAMENTO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	HABITANTES	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
					LATITUDE	LONGITUDE
Delmiro Gouveia	4. Maria Bonita *Bom Jesus/Talhado	Agrovila I	78	363	09° 25' 14,1"	37° 55' 19,2"
		Agrovila II			09° 25' 50,5"	37° 55' 11,1"
	5. Lameirão	-	35	131	09° 29' 30,5"	37° 57' 24,3"
	6. Peba	-	7	27	09° 24' 06,7"	37° 58' 44,7"
	7. Bom Jesus	-	25	94	09° 23' 26,7"	37° 54' 36,7"
	8. Jurema	-	41	162	09° 27' 45,2"	37° 54' 59,5"
	9. Araçá	-	7	20	09° 27' 35,6"	37° 55' 03,0"
	10. Boa Vista	-	14	55	09° 25' 12,2"	28° 07' 58,5"
	11. Mandacaru	-	13	50	09° 24' 22,0"	37° 58' 02,4"
	12. Juá**	-	78	330	09° 16' 53,0"	38° 10' 03,1"
	13. Moxotó das Areias**	-	20	55	09° 19' 07,7"	38° 08' 39,1"
TOTAL			**497**	**2004**		
Água Branca	14. Todos os Santos	Agrovila I	53	203	09° 15' 12,0"	37° 51' 58,1"
		Agrovila II	53	210	09° 14' 15,8"	37° 50' 54,0"
	15. Navio	-	48	212	09° 15' 57,3"	37° 49' 49,8"
	16. Cobra	Agrovila I	23	97	09° 16' 15,6"	37° 54' 13,5"
		Agrovila II	14	43	09° 16' 08,2"	37° 54' 17,2"
	17. Riacho Seco	-	22	82	09° 21' 34,7"	37° 51' 57,5"
TOTAL			**213**	**847**		
TOTAL GERAL			**710**	**2851**		

**Bezerros, Xingozinho e Bom Jesus/Talhado são as denominações oficiais dos respectivos assentamentos dadas pelo Incra.*
***Esses assentamentos não possuíam à época regularização fundiária.*

A partir do Diagnóstico Participativo implementado pela Codevasf nos assentamentos dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, pôde-se constatar a vocação dessas comunidades para as atividades produtivas do meio rural. Porém, foi verificado também, que enfrentam condições limitantes adversas, ou seja, a intensa dificuldade de acesso a água em decorrência da escassez hídrica que impera na região.

Diante dessas constatações, a Codevasf apresenta como alternativa o modelo de pequenas adutoras para o abastecimento humano e pequenas irrigações localizadas nos quintais produtivos, conforme demonstrado no Apêndice F.



1 INTRODUÇÃO

O diagnóstico aqui apresentado foi realizado nos assentamentos existentes nos municípios alagoanos de Água Branca e Delmiro Gouveia, na área de abrangência do Canal do Sertão Alagoano, pela equipe da 5ª Superintendência Regional da Codevasf e da empresa de apoio contratada pela Companhia que executou o Programa Água Para Todos, no estado de Alagoas.

Com o avanço das obras do canal à época, a coordenação regional do Programa Água Para Todos em Alagoas, destinou uma equipe de especialistas da área agronômica, de recursos hídricos e de ação social para a elaboração do diagnóstico no âmbito de todas as povoações rurais na área de abrangência do canal, com vistas a implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (SSAA), conforme estabelecido no Decreto Lei Nº 7.535, de 26 de julho de 2011, que preconizou o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água Para Todos. Dentre eles, foram realizados trabalhos específicos e detalhados nos assentamentos da reforma agrária que compõem essa publicação. Inicialmente, foi escolhida a área do canal que se encontrava em obras, que compreendia o trecho entre o quilômetro zero e 45 do canal, com abrangência de 15 km de ambos os lados do canal, nos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Pariconha. Todavia, verificou-se que apenas os municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia possuíam assentamentos. Portanto, esse trabalho tem como foco esses dois municípios.

Todo o estudo foi desenvolvido em campo, no período de outubro de 2013 a outubro de 2014, cujos dados foram obtidos a partir da aplicação de questionários contidos nas fichas modelo de cadastro da comunidade e do beneficiário (APÊNDICES A e B) junto às famílias ali existentes, como também obtidos por meio de oficinas participativas realizadas na totalidade dos assentamentos pesquisados.



Dessa forma, ressalta-se que as informações aqui contidas refletem o conhecimento das informações adquiridas de depoimentos prestados pelas famílias pesquisadas e, assim, aqui relatadas, resultando em um diagnóstico participativo, refletindo a realidade das comunidades da forma que elas vivem e, assim, podendo divergir de algum dado oficial. Nesse aspecto, ressalta-se que algumas nomenclaturas adotas não correspondem ao termo oficial registrados pelos órgãos oficiais (federal e estadual), a exemplo, dentre outros, do assentamento Maria Cristina, o qual, oficialmente é designado pelo Incra de assentamento Bezerros, Monte Escuro (Xingozinho) e Maria Bonita (Bom Jesus/Talhado). Porém, como na região esses assentamentos já de forma consolidada, são na prática amplamente conhecidos tanto pelos próprios assentados, como pelas lideranças governamentais e políticas municipais e, ainda, pela sociedade da região como assentamento Maria Cristina (agrovilas I, II e III), Monte Escuro e Maria Bonita, foram assim adotados neste documento.

Na pesquisa buscou-se neste trabalho obter a realidade fiel de cada comunidade em seus mínimos detalhes, como a forma que os serviços de educação, saúde e de acesso a água são disponibilizados, o histórico de cada assentamento, o que produzem em termos agropecuários e de artesanato, além dos aspectos sociais de cada família, a exemplo da destinação do lixo, do índice de filhos na escola, de acesso a programas sociais, a quantidade de idosos e deficientes ali residentes etc. Esses dados aqui descritos, obtidos por meio desse levantamento, refletem a essência do povo rural sertanejo inserido naquelas localidades, cujos dados são fundamentais para o planejamento de ações e de execução de projetos que busquem beneficiar aquelas comunidades, baseadas na realidade e na cultura de sua população.

Como resultado, obteve-se um trabalho inédito bastante rico em conteúdo, seja no campo produtivo, econômico e social, que servirão como base para a elaboração de planos e projetos que busquem o desenvolvimento regional a partir da utilização da água do Canal do Sertão Alagoano, conforme já vem acontecendo por meio da execução de projetos estruturantes implementados pela Codevasf, os quais tomaram como base para tal fim, os dados existentes neste diagnóstico.

Portanto, trabalhos como este, que reflete um panorama real e um olhar sensível da situação daquele povo sertanejo, baseado no modo de vida daquela sociedade des-

provida de ações básicas que visem sua sobrevivência e prosperidade com qualidade de vida, traduz a vanguarda, o bom senso e o compromisso de uma equipe técnica que abraçou e em muito, em Alagoas, superou as metas do Programa Água Para Todos em nível nacional e, por isso, tornou-se referência de qualidade, produtividade e de satisfação por parte dos beneficiários.







PARTE 1

DELMIRO GOUVEIA

O município de Delmiro Gouveia está localizado no extremo oeste do estado de Alagoas, limitando-se a norte com os municípios de Pariconha e Água Branca, a sul com Paulo Afonso (BA) e Canindé do São Francisco (SE), a leste com Olho D'Água do Casado (AL) e a oeste com Jatobá (PE), Paulo Afonso e Glória (BA). A área municipal ocupa 606,79 km^2 (2,18% de AL), inserida na mesorregião do Sertão Alagoano e na microrregião alagoana do Sertão do São Francisco.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 256 metros e coordenadas geográficas de 9°23'09,6" de latitude sul e 37°59'45,6" de longitude oeste (MASCARENHAS, 2005a).



2 ASSENTAMENTO MARIA CRISTINA

O assentamento Maria Cristina está dividido em três agrupamentos de unidades familiares não contíguos, denominados: Agrovila I, Agrovila II e Agrovila III. No total, eram 302 habitantes divididos em 69 famílias, que ocupavam uma área total de 1.028 hectares.

Na Agrovila I residiam 26 famílias, contando com 82 pessoas; a Agrovila II possuía 19 famílias e 92 habitantes; e a Agrovila III era constituída de 24 famílias, na qual foram cadastradas 128 pessoas. As vistas panorâmicas das três agrovilas são apresentadas na Foto 1.



Foto 1 A a C – Vista geral do assentamento Maria Cristina (agrovilas I, II e III)

2.1 Histórico

As terras do assentamento Maria Cristina, localizadas na antiga Fazenda Bezerros e, por isso, denominado pelo Incra de assentamento Bezerros. Tiveram ocupação e posse, mediante acordo com os proprietários à época, por parte da família Lunes Torres. Em 15 de junho de 2003, 103 famílias acamparam nesse local em negociação sem conflito, sendo que, após um ano e meio dessa ocupação, apenas 66 famílias receberam inicialmente a emissão de posse da terra. A mobilização dessas famílias surgiu a partir do trabalho de lideranças locais e regionais, destacando-se Marquinhos, Jurandir, Francisco, Orlando e Dinho Carneiro. Esses líderes realizaram, durante três meses, reuniões em vários locais na cidade de Delmiro Gouveia, nas quais conseguiram, nesse período, cadastrar 330 famílias vindas dos municípios de Inhapi, Água Branca, Pariconha e de adjacências do próprio município de Delmiro Gouveia. Já com o local determinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a ser ocupado e tendo conhecimento da extensão da área de aproximadamente 1.033 hectares, realizou um cadastramento das famílias acampadas para escolha daquelas que seriam assentadas. Dessa forma, essas terras, que se localizam entre o povoado Sinimbu e o Distrito Barragem Leste, tiveram o seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A denominação oficial do assentamento dado pelo Incra, conforme já citado, é Bezerros. O nome Maria Cristina foi dado pelos assentados em homenagem a uma assentada desse local, Sr.ª Maria Cristina, esposa do Sr. José Abílio que, por complicações de saúde, veio a falecer na época do acampamento. Assim, o nome do assentamento ficou conhecido na região como Maria Cristina.

2.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 22 de outubro de 2013
Horário: 10h
Local: Agrovila I
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; chefe do escritório da Codevasf de Delmiro Gouveia, Domingos Bizarro; representante do Comitê Gestor Municipal de Delmiro Gouveia, Pedro da Coofadel; líderes regionais dos assentados, Marquinhos e Nega; representante da empresa contratada pela Codevasf, Cohidro, Antônio Carvalho; 48 representantes das

Agrovilas I, II e III do assentamento Maria Cristina; e equipe da ação social do Programa Água para Todos, Arleid Souza, da empresa JM, e Eleniz Lisboa, da Codevasf 5ª SR.
Obs.: O Plano foi apresentado pelo Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, com intensa participação da comunidade e das lideranças rurais, conforme visto na Foto 2.



Foto 2 – Apresentação do plano

2.3 Formação da comissão comunitária

Data: 22 de outubro de 2013
Horário: 12h
Composição:
Agrovila I
- Cleide Aparecida do Nascimento
- Gonçalo Barbosa da Silva

Agrovila II
- José Faustino de Almeida
- Reginaldo Pereira da Silva

Agrovila III
- Carmelina Silva Farias
- Délio Olegário da Silva
- José Cícero Ferreira da Silva (Zé da Estrada)
- Sileide da Silva Santos



Foto 3 – Eleição da comissão comunitária

2.4 Cadastramento das famílias

Período: 23 e 24 de outubro de 2013

O assentamento Maria Cristina é composto por três agrovilas, denominadas Agrovilas I, II e III, onde 66 famílias foram beneficiadas pelo Incra no assentamento "Bezerros" em 17 de novembro de 2004, cujos assentados residem em casas edificadas em terrenos delimitados, aqui denominados quintais produtivos, distribuídos da maneira disposta a seguir, conforme o quadro demográfico diagnosticado pela Codevasf à época da pesquisa.

Quantidade de quintais produtivos: 70

Quantidade de residências: 73*

**Haviam três residências a mais em relação à quantidade de quintais produtivos, em função de terem sido construídas por filhos de assentados nos quintais dos respectivos pais.*

Quantidade de cadastros aplicados: 69* famílias cadastradas, titulares dos lotes, distribuídas da seguinte forma:

**Foram aplicados 3 cadastros a mais em relação as famílias oficialmente beneficiadas pelo Incra (66), haja vista alguns terem dividido seus lotes entre filhos.*

Agrovila I – 26 cadastros, registrando-se um contingente populacional de 82 habitantes.

Agrovila II – 20 cadastros, sendo identificados 92 habitantes.

Agrovila III – 24 cadastros, constatando-se a existência de 128 habitantes.



Foto 4 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

Tabela 1 – Situação demográfica identificada do assentamento Maria Cristina

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA			
Assentamento	Loteamento	Famílias	Habitantes
Maria Cristina	Agrovila I	26	82
Maria Cristina	Agrovila II	20	92
Maria Cristina	Agrovila III	24	128
TOTAL		**69**	**302**

2.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências



Foto 5 A e B – Registro fotográfico e georreferenciamento

2.6 Educação e saúde

As famílias do assentamento tinham acesso à escola localizada no distrito Barragem Leste e no povoado Sinimbu, que são comunidades vizinhas. Em relação aos serviços de saúde, verificou-se que no assentamento não havia Posto de Saúde da Família, sendo a população ali residente atendida por dois agentes comunitários de saúde. O atendimento era feito pela equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), que ocorria nos Postos de Saúde de Barragem Leste e de Sinimbu.

2.7 Organização social e comunitária

A organização comunitária do assentamento, que já existia antes do início do trabalho realizado pela Codevasf, era formada por um Conselho Administrativo, composto por três membros, e por um Conselho Fiscal, composto por dez integrantes. Ambos foram criados no surgimento do assentamento Maria Cristina, com eleições a cada dois anos e realização de reuniões e registros em ata.

2.8 Situação fundiária e produtiva

Os assentados do Maria Cristina possuíam aproximadamente 40 tarefas de terras distribuídas da seguinte forma:

- aproximadamente 0,3 hectare de quintais produtivos nos quais estão situadas suas residências. Esses quintais possuem dimensão de 30 m x 100 m, totalizando 3.000 m^2, nos quais, na metade de cada um, produzem frutas, predominando coco verde, banana, goiaba, acerola, pinha, seriguela, manga e caju, além de criação de galinhas, suínos, ovelhas e cavalos. Na outra metade do terreno, geralmente não há produção por falta de água;
- cerca de 1,5 hectare localizado ao longo do canal, distando 50 m deste. Os assentados ressaltam que esses lotes ainda não tinham sido oficialmente divididos pelo Incra e que a divisão foi realizada por eles mesmos, que optaram por lotes individuais. Nesse tipo de lote, apenas um assentado produzia em uma área de aproximadamente uma tarefa. Vale ressaltar que, por iniciativa própria, instalou sistema de irrigação, onde produzia, com água proveniente do canal, coentro, quiabo, tomate e pimentão. A produção era entregue a cada 15 dias à Secretaria de Ação Social do município de Delmiro Gouveia, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e
- aproximadamente 9,6 hectares de terras de sequeiro, distando aproximadamente 2 km do canal, onde predominava vegetação de caatinga, existindo criações extensivas de gado, ovelha e cabra.

Tabela 2 – Situação fundiária por assentado do assentamento Maria Cristina

DIVISÃO FUNDIÁRIA POR ASSENTADO			
Quintal produtivo (hectare)	1º lote (hectare)	2º lote (hectare)	Total de hectares
0,3	**9,6**	**1,5**	**11,40**

Tabela 3 – Situação fundiária do assentamento Maria Cristina

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ASSENTAMENTO			
Total de assentados	Área líquida por assentado (hectare)	Área de reserva legal (hectare)	Área bruta do assentamento (hectare)
66	**11,40**	**276**	**1.028**

2.9 Fonte hídrica

Foi constatada a existência de uma obra hídrica iniciada para abastecimento de água para consumo humano destinada às três agrovilas, porém abandonada havia cerca de cinco anos. Verifica-se na Agrovila I uma estrutura pré-moldada em concreto armado sobre a qual existe uma caixa d'água com capacidade de 20 mil litros, que encontrava-se abandonada. Os assentados à época do levantamento possuíam acesso à água de forma irregular, por meio de adutora da Companhia de Abastecimento de Água e Saneamento do Estado de Alagoas (Casal), além de possuírem cisternas de placa (64) e de polietileno (cinco), estas instaladas pela Codevasf. Ressalta-se que havia uma residência sem cisterna para consumo humano, na propriedade do Sr. Vivaldo da Silva, residente na Agrovila III, a qual foi beneficiada pela Codevasf por meio da busca ativa (FOTO 6 A e B).

No assentamento, os quintais produtivos possuíam fruteiras e outras culturas agrícolas que são molhadas com água tratada para consumo humano, proveniente da rede da Casal, gerando insegurança hídrica e, consequentemente, insuficiência de água para atender todos os usos da população.

Portanto, perante a vocação de produção agropecuária das famílias dessa comunidade, fazia-se necessário o reforço hídrico para o suprimento da demanda, visando, prioritariamente, a parte produtiva – uma vez que, essa carência sendo superada, teoricamente sobraria água da Casal para o atendimento exclusivo de consumo de todos os residentes nas três agrovilas. A partir da contratação pela Codevasf da empresa Cohidro Consultoria, Estudos e Projetos Ltda., para a elaboração de projetos executivos de abastecimento d'água às comunidades rurais na área de abrangência do Canal do Sertão Alagoano, incluindo este assentamento, há a perspectiva da garantia do acesso à água para consumo humano e produtivo por meio de sistema simplificado de abastecimento, eliminando-se, dessa forma, a carência hídrica predominante.





Foto 6 A e B – Residências com cisterna e sem acesso à água

2.10 Dados gerais

Gráfico 1 – Dados das famílias do assentamento Maria Cristina

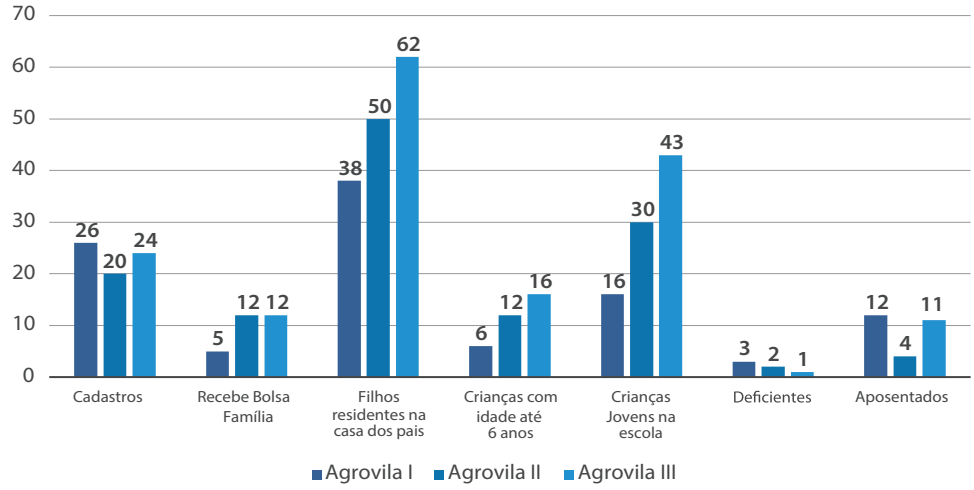


Gráfico 2 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Maria Cristina

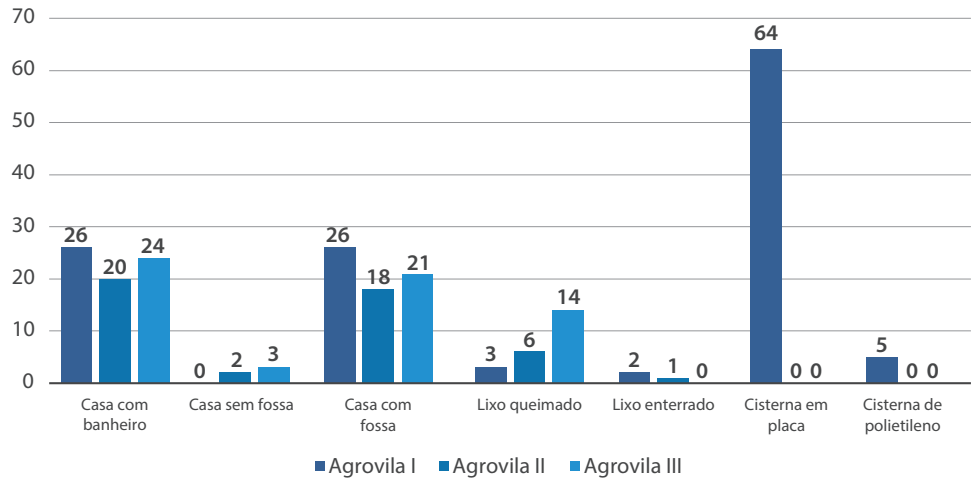


Gráfico 3 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Maria Cristina

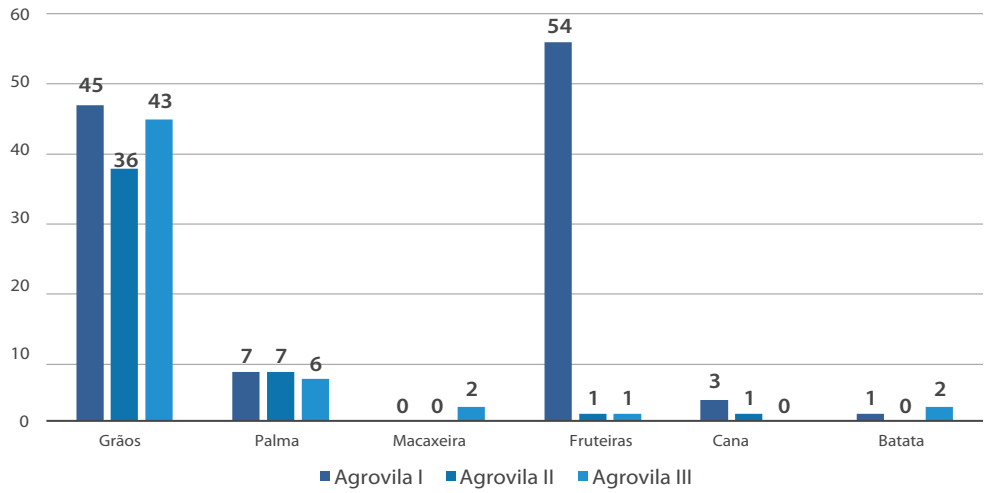
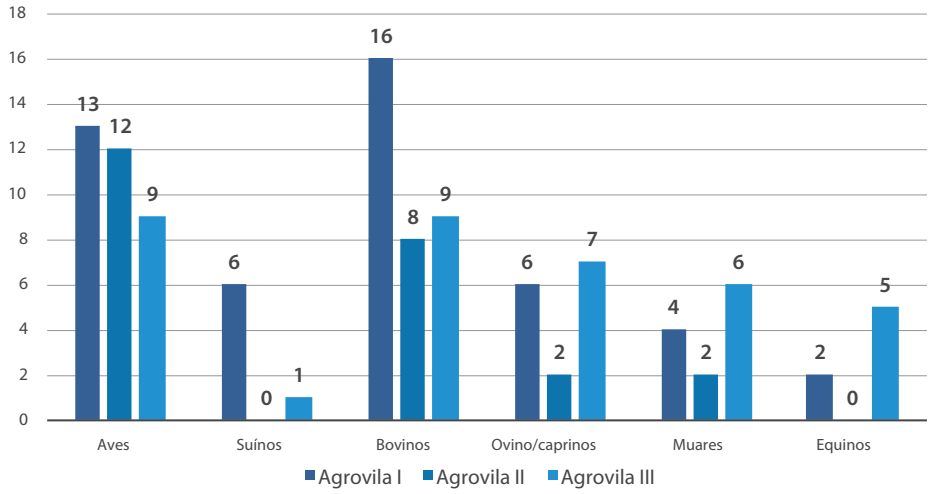


Gráfico 4 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Maria Cristina





3 ASSENTAMENTO GENIVALDO MOURA

O assentamento Genivaldo Moura também é constituído de três comunidades com áreas não contíguas, subdivididas em: assentamento Genivaldo Moura I (Craibeirinhas), assentamento Genivaldo Moura II (Rabeca) e assentamento Genivaldo Moura III (Maxixe). A quantidade total de famílias existentes nas três comunidades era de 80, compreendendo 300 pessoas ali residentes, numa área total de pouco menos de 1.949 hectares.

Em Craibeirinhas, existiam 40 famílias e 155 habitantes; Rabeca continha 20 famílias e 82 pessoas; em Maxixe foram identificados 63 habitantes, componentes de 20 famílias. As vistas gerais da área rural das três comunidades são ilustradas na Foto 7 A a C.



Foto 7 A a C – Vista geral do assentamento Genivaldo Moura (comunidades Craibeirinhas, Rabeca e Maxixe)

3.1 Histórico

A ocupação na propriedade do Sr. Luís Carlos Costa, popularmente conhecido na região como Lula Cabeleira, teve início com o trabalho de famílias para acampar em determinado local dessa fazenda, realizado pelo militante regional do Alto Sertão, Sr. Genivaldo Moura e outros líderes. Antes de ver concretizado o sonho de ver o reconhecimento dessa área como assentamento, em 16 de julho de 2005, esse líder natural de Jaramataia/AL sofreu um acidente motociclístico em uma rodovia do município de Olho D'Água do Casado, vindo a óbito. Após dois dias do seu falecimento, em 18 de julho, as famílias procederam à ocupação da terra em regime de acampamento, onde permaneceram durante três anos e, em 2008, obtiveram a emissão de posse concedida pelo Incra. Sua localização começa no bairro da Pedra Velha e termina na divisa do povoado Alto Bonito, abrangendo os povoados Craibeirinhas, Rabeca e Maxixe, originando a divisão em três loteamentos denominados assentamento Genivaldo Moura I (Craibeirinhas), com 40 famílias; assentamento Genivaldo Moura II (Rabeca), com 20 famílias e o assentamento Genivaldo Moura III (Maxixe), com 20 famílias, totalizando 80. Essas divisões foram feitas pelos próprios assentados.

3.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 30 de outubro de 2013
Horário: 10h
Local: Centro Comunitário do assentamento Genivaldo Moura, no loteamento Rabeca.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; líder dos assentados, Maria José da Silva; representante da empresa Cohidro, Antônio Carvalho; representantes das Agrovilas Rabeca, Maxixe e Craibeirinhas do assentamento Genivaldo Moura e equipe de ação social do Programa Água para Todos, tanto da Codevasf 5ª SR, Eleniz Lisboa e Márcio Cruz, quanto da Empresa de Apoio JM, Arleid Souza e Emanoel Messias dos Santos.



Foto 8 – Apresentação do plano

3.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 30 de outubro de 2013
Horário: 12h
Composição:
• **Craibeirinhas**
- Maria Helena da Conceição dos Santos
• **Rabeca**
- Adelma Neves Batista
- Ana Neri Pereira Lima
- Edivania dos Santos de Moura
- Angela Araújo Leandro da Silva
• **Maxixe**
- Michelle Gonçalves dos Santos



Foto 9 – Eleição da comissão comunitária

3.4 Cadastramento das famílias

Período: de 30 de outubro a 14 de novembro de 2013

O assentamento Genivaldo Moura é composto, como mencionado, por três loteamentos denominados Genivaldo Moura I (Craibeirinhas), Genivaldo Moura II (Rabeca) e Genivaldo Moura III (Maxixe), cujos assentados residem em casas edificadas em terrenos, aqui denominados quintais produtivos.

Quantidade total de residências: 80, sendo que apenas 20 moravam em casas construídas pelo Incra. O restante residia em casa de taipa ou barracos de lona.

Quantidade de cadastros aplicados: 80 famílias cadastradas, distribuídas da seguinte forma:

Assentamento Genivaldo Moura I (Craibeirinhas) – 40 cadastros, que registraram um contingente populacional de 155 habitantes.

Assentamento Genivaldo Moura II (Rabeca) – 20 cadastros, sendo identificados 82 habitantes.

Assentamento Genivaldo Moura III (Maxixe) – 20 cadastros, constatando-se a existência de 63 habitantes.

Tabela 4 – Situação demográfica identificada do assentamento Genivaldo Moura

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA			
Assentamento	Loteamento	Famílias	Habitantes
Genivaldo Moura I	Craibeirinhas	40	155
Genivaldo Moura II	Rabeca	20	82
Genivaldo Moura III	Maxixe	20	63
TOTAL		**80**	**300**





Foto 10 A e B – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

3.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências





Foto 11 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

3.6 Educação e saúde

As famílias do assentamento tinham acesso à escola localizada no povoado Rabeca. Entretanto, a maioria dos estudantes frequentava a rede escolar da área urbana do município, por dispor de transporte coletivo escolar. Em relação aos serviços de saúde, no assentamento não havia Posto de Saúde da Família. Dessa forma, a população era atendida por quatro agentes comunitários de saúde; contudo, segundo os membros do assentamento, o atendimento não estava sendo feito de forma satisfatória, não dispondo da equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), ou seja, de médicos, enfermeiros e dentistas. O atendimento por esses profissionais ocorria no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), unidade de saúde localizada na sede do município.

3.7 Organização social

A organização comunitária era realizada por meio da formação de Conselho Administrativo, com três membros, e um Conselho Fiscal, composto por dez integrantes, criado no surgimento do assentamento Genivaldo Moura, com eleições a cada dois anos. Os membros reuniam-se mensalmente ou extraordinariamente para discutirem assuntos de interesse da comunidade, cujas reuniões eram registradas em ata.

3.8 Situação fundiária e produtiva

Cada produtor do assentamento Genivaldo Moura possuía aproximadamente 14,7 hectares de terra distribuídas da seguinte forma:

- 12,6 hectares de um primeiro lote, onde está situada a casa que a família assentada reside. Em alguns lotes produziam-se frutas, com a predominância de coco anão, banana, goiaba, acerola, pinha, seriguela, manga e caju, além da criação de galinha, porco, ovelha e cavalo; e
- 2,1 hectares de um segundo lote, localizado ao longo do canal, com distanciamento de aproximadamente 150 metros deste. Nessa área, dos 80 assentados, apenas dez produziam em aproximadamente três tarefas cada. Vale ressaltar que os mesmos, por conta própria, instalaram tubulações para irrigação, onde produziam, com água proveniente do canal, abóbora, feijão, milho, batata doce,

inhame, macaxeira, amendoim, melão, melancia, maracujá, alface, couve-flor, berinjela, cebola, tomate, pimentão, coentro, salsa e morango, cuja produção era vendida na feira livre da cidade de Delmiro Gouveia.

Tabela 5 – Situação fundiária do assentamento Genivaldo Moura

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA POR ASSENTADO		
1º lote (hectare)	2º lote (hectare)	Área total em hectares
12,6	**2,1**	**14,7**





Foto 12 A e B – Atividades produtivas do assentamento Genivaldo Moura

3.9 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano por meio de 80 cisternas de polietileno instaladas pela Codevasf. Em período de estiagem, as cisternas eram abastecidas com água de caminhão-pipa, que era utilizada tanto para consumo humano quanto para produção agropecuária.

Estava em fase de construção no assentamento 25 cisternas produtivas do tipo calçadão, além da construção de três barreiros, fruto de um acerto entre a comunidade e a prefeitura de Delmiro Gouveia, que retirava cascalho dos lotes para a recuperação de estradas vicinais em troca de cessão de maquinário e operador para construção dos barreiros. Constatou-se a vocação das famílias assentadas para a produção agropecuária, observando-se, em cerca de 10% dos lotes, o aproveitamento da água do canal do sertão para irrigação, por meio da união de esforços familiares para tornar essas terras produtivas.



Foto 13 – Cisterna instalada pela Codevasf

3.10 Ações da Codevasf no assentamento

A Codevasf implementou ações de apicultura por meio do Plano Brasil Sem Miséria, aplicando, no assentamento Genivaldo Moura, seis cadastros, sendo quatro no loteamento Rabeca e dois no loteamento Craibeirinhas, voltados à obtenção de dados das famílias para o desenvolvimento da atividade da apicultura. A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para quatro produtores de acordo com os critérios estabelecidos pelo referido plano e, consequentemente, foram distribuídos quatro kits de apicultura, com a finalidade de dar início à atividade de produção de mel na localidade.

Foram beneficiados: Maria Aparecida da Silva, Maria José da Conceição, Maria José de Jesus e Maria Rita dos Santos. Cada kit de apicultura doado para o produtor pela Codevasf 5ª SR era constituído de dez colmeias, 10 kg de cera alveolada, um formigador, um formão, uma carretinha, dois pares de botas, dois macacões e dois pares de luvas. Por meio do Programa Água Para Todos, foram instaladas 80 cisternas de polietileno.

3.11 Dados gerais

Gráfico 5 – Dados das famílias do assentamento Genivaldo Moura

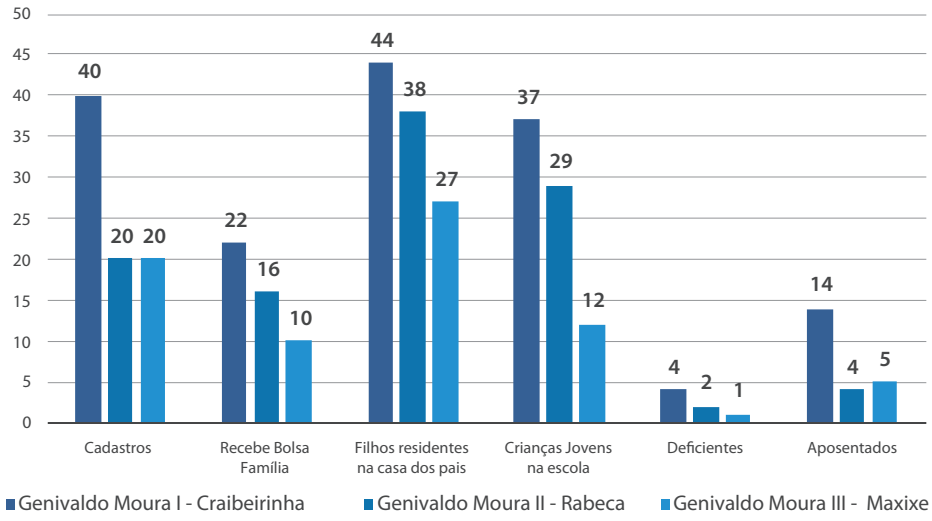


Gráfico 6 – Dados dos imóveis e sociais no assentamento Genivaldo Moura

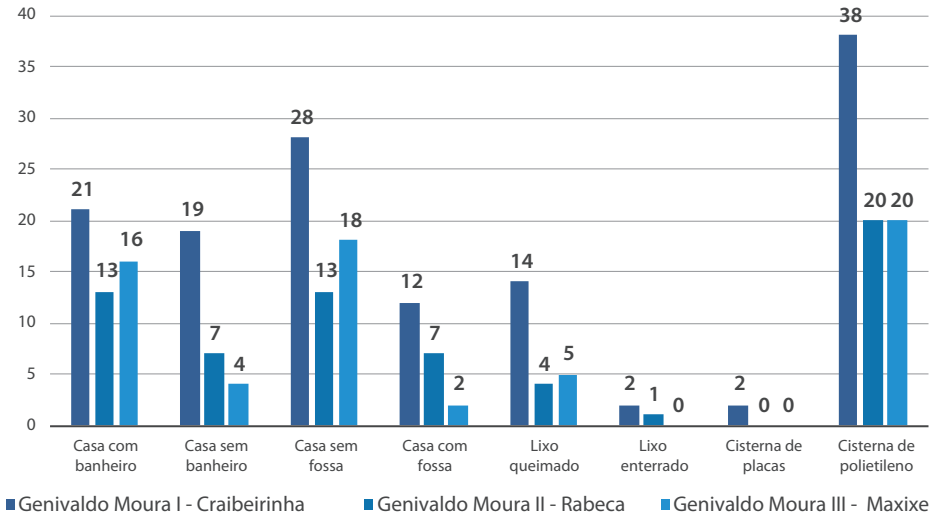


Gráfico 7 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Genivaldo Moura

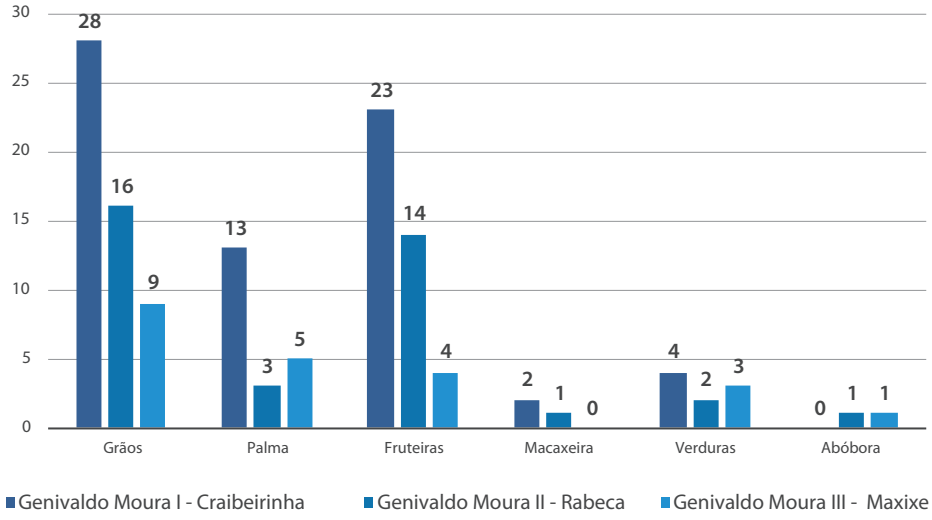
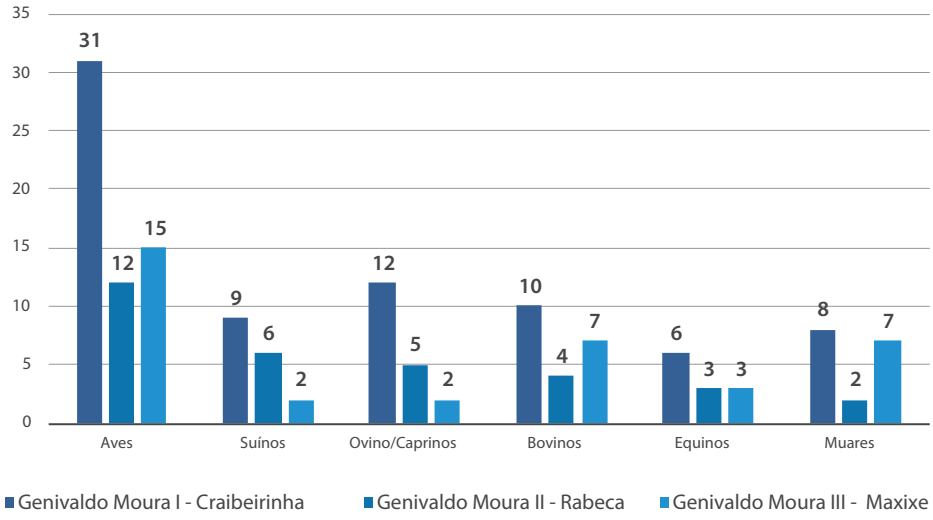


Gráfico 8 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Genivaldo Moura





4 ASSENTAMENTO MONTE ESCURO

Oficialmente nos registros do Incra, o assentamento ora decrito é denominado de assentamento Xingozinho. Entretanto, para efeito deste trabalho, foi adotada a denominação de assentamento Monte Escuro por ser a mais utilizada pelos habitantes da região.

Demograficamente, o assentamento era habitado por 115 pessoas, componentes de 30 famílias, ocupando uma área total de quase 500 hectares. A vista geral do assentamento Monte Escuro está ilustrada na foto seguinte.



Foto 14 – Vista geral do assentamento Monte Escuro

4.1 Histórico

O assentamento Monte Escuro, denominado oficialmente no projeto de assentamento do Incra como Xingozinho, teve ocupação iniciada a partir de trabalho realizado pelos líderes Marquinhos Baiano, Luciano e outros líderes rurais. Dessa mobilização, cerca de 600 pessoas acamparam nas terras da Fazenda Monte Escuro em 24 de março de 2000, provenientes de Alagoas, Pernambuco e Bahia. Dessa ocupação, restaram 60 famílias e, no decorrer do tempo, permaneceram apenas 30. Nesse período, a família Lima, proprietária da fazenda ocupada, já havia vendido a propriedade para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) que pretendia construir nesse local uma barragem. A Chesf emitiu um mandato judicial de desocupação um mês depois das famílias acamparem com seus barracos de lona às margens do cânion do rio São Francisco. Passados dois meses, a Chesf doou essa terra para o Incra. Os acampados permaneceram durante nove anos. Após seis anos, ou seja, em 2006, receberam a emissão de posse da terra. Em seguida, foram beneficiados pelo Incra com a construção das casas. Esse assentamento, mais conhecido como Monte Escuro, possui uma área de 495,45 hectares, fazendo divisa com a fazenda Cacheiral e a fazenda do proprietário Manoel Vieira.

4.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 4 de novembro de 2013
Horário: 14h
Local: Assentamento Monte Escuro – Delmiro Gouveia/AL.



Foto 15 – Apresentação do plano

Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR,Eduardo Motta; chefe do escritório da Codevasf em Delmiro Gouveia, Domingos Bizarro; técnicos da Codevasf em Delmiro Gouveia Vânia Cerqueira, Lucas Loureiro e Vicente Carneiro; líderes do assentamento Luiz Rodrigues Lima (Luiz Crente) e Maria Conceição de Jesus (Nega); representantes da empresa Cohidro Antônio Carvalho e Luiz Eduardo; equipe de mobilização social do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eleniz Lisboa e Márcio Cruz, e da Empresa de Apoio JM Emanoel Santos; e moradores do assentamento Monte Escuro.

4.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 4 de novembro de 2013
Horário: 15h
Composição:
- Maria Aparecida dos Santos Lima
- Francisco Ferreira da Silva
- Luiz Rodrigues Lima (Luiz Crente)
- José Elias Filho (Zezinho)




Foto 16 A e B – Eleição da comissão comunitária

4.4 Cadastramento das famílias

Período: 4 a 8 de novembro de 2013

Quantidade de residências: 32*

** Havia duas residências a mais em relação à quantidade de quintais produtivos, em função de assentados cederem parte do lote para familiares.*

Quantidade de cadastros aplicados: 30 famílias cadastradas, registrando-se um contingente populacional de 115 habitantes.



Foto 17 – Cadastramento da família

Tabela 6 – Situação demográfica identificada do assentamento Monte Escuro

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Monte Escuro	30	115

4.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências



Foto 18 – Georreferenciamento e registro fotográfico

4.6 Educação e saúde

As crianças do assentamento frequentavam a escola no povoado Lagoinha, utilizando-se do transporte escolar municipal. Ao concluírem o ensino fundamental, iam para a escola na cidade de Delmiro Gouveia. Em relação aos serviços de saúde, constatou-se que, no assentamento, não havia Posto de Saúde da Família. Dessa forma, a população ali residente era atendida por uma agente comunitária de saúde. Contudo, segundo os membros do assentamento, o atendimento não estava sendo realizado de forma satisfatória. O atendimento por médicos, dentistas e enfermeiros ocorria no SESP, unidade de saúde localizada na sede do município.

4.7 Organização social e comunitária

A organização comunitária do assentamento era realizada por meio da formação de um Conselho Administrativo, composto por três membros, e de um Conselho Fiscal, sendo este composto por dez integrantes. Ambos foram criados no surgimento do assentamento Monte Escuro, com eleições a cada dois anos e ocorrência de reuniões periódicas registradas em ata.

4.8 Situação fundiária e produtiva

Cada assentado possui um lote com cerca de 16,5 hectares de terra, onde cultivavam, de forma natural, abóbora, milho, feijão de corda, feijão de arranca, melancia, caju, batata doce, mandioca, macaxeira e palma. A primeira residência do assentamento, de quem vem da cidade de Delmiro Gouveia, se distancia 6 km do rio São Francisco, que dista 1 km da última casa. Os assentados podem produzir a 200 m do leito do rio, constituindo-se num potencial agrícola muito forte, que, por falta de sistemas de irrigação, no período de estiagem, torna a situação vulnerável. Existia ainda um assentado que produzia abelhas africanizadas para a produção de mel, as quais, na época de escassez de chuva, a exemplo do momento que ocorreu este diagnóstico, 23 enxames migraram, restando apenas sete colmeias povoadas.



Foto 19 – Atividade produtiva do assentamento Monte Escuro

Tabela 7 – Situação fundiária do assentamento Monte Escuro

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de terras do assentamento em hectares
30	16,5	495

4.9 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano, com a instalação pela Codevasf de 28 cisternas de polietileno e, pelo Incra, de 30 cisternas de placas. Estas últimas, por falta de manutenção, encontravam-se inadequadas para reservar água para consumo humano por possuírem rachaduras. Em período de estiagem, as cisternas eram abastecidas com água de caminhão-pipa, sendo utilizadas tanto para consumo humano quanto para produção agropecuária de subsistência. O assentamento possuía seis barreiros que, nesse período, se encontravam sem água, em função da prolongada estiagem que à época atingia o sertão. Observou-se que alguns desses barreiros necessitavam de reforma. Apesar de haver abastecimento de água para beber, distribuída pela prefeitura municipal por meio de caminhões-pipa, a ação não era suficiente para atender a demanda. Nesse sentido, havia na comunidade expectativa para que a água chegasse por meio de adução às residências e seus respectivos lotes, tanto para consumo humano quanto para a produção agropecuária.



Foto 20 – Cisterna instalada pela Codevasf

Ressalta-se, ainda, que por meio da busca ativa, foi verificado que havia quatro residências no assentamento sem cisternas instaladas nas propriedades de Eunice Amorim Cavalcanti, Diva Vieira de Brito, Manoel Messias Rodrigues e Maria Luciene Bezerra dos Santos, posteriormente atendidas pela Codevasf, ilustradas na Foto 21 a seguir.



Foto 21 A a D – Registro fotográfico de famílias sem acesso à água

4.10 Potencial turístico

Com a formação do reservatório de Xingó para o aproveitamento hidrelétrico, com cerca de 65 km de extensão, encaixado no cânion do rio São Francisco, o nível da água do rio foi elevado em 139 metros, oferecendo aos municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas em Alagoas; Paulo Afonso na Bahia; e Canindé do São Francisco no estado de Sergipe, condições especiais para o desenvolvimento do turismo. Os governos municipais e estaduais, como também a iniciativa privada, vêm realizando investimentos no setor, tornando a região, dessa forma, um importante destino turístico do ponto de vista regional e nacional. Os assentamentos da reforma agrária localizados às margens do cânion poderão ser inseridos nesse segmento, haja vista possuírem atrativos cênicos, arqueológicos, geográficos, ambientais, geológicos, culturais, culinários e rurais significativos para visitação. Nesse contexto, o assentamento Monte Escuro proporciona condições atrativas para o desenvolvimento do turismo especializado.



Foto 22 – Vista do cânion do rio São Francisco

4.11 Dados gerais

Gráfico 9 – Dados das famílias do assentamento Monte Escuro

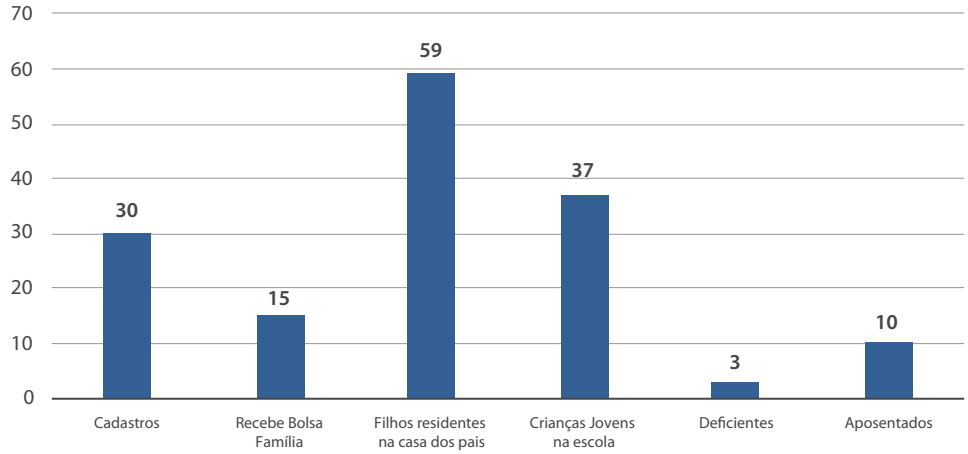


Gráfico 10 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Monte Escuro

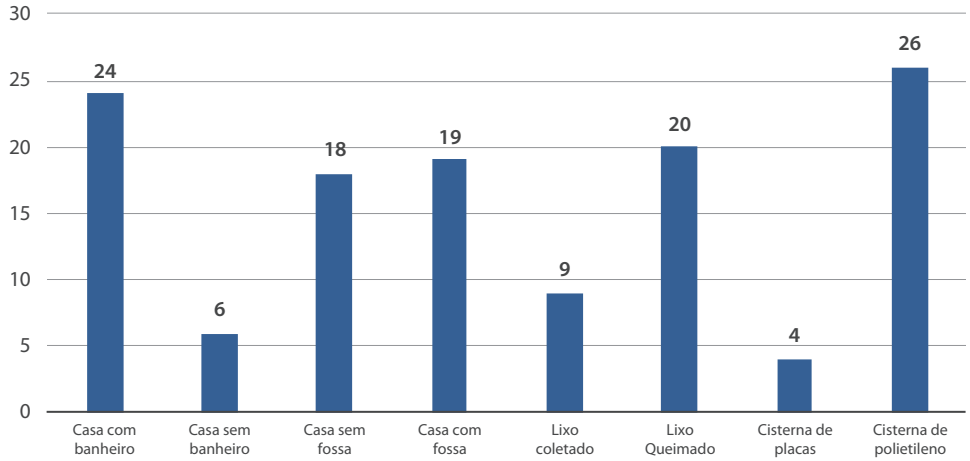


Gráfico 11 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Monte Escuro

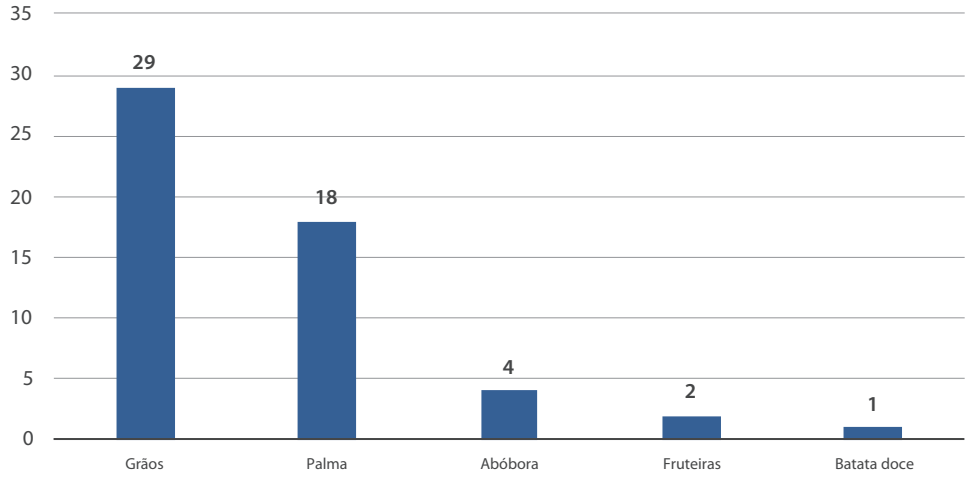
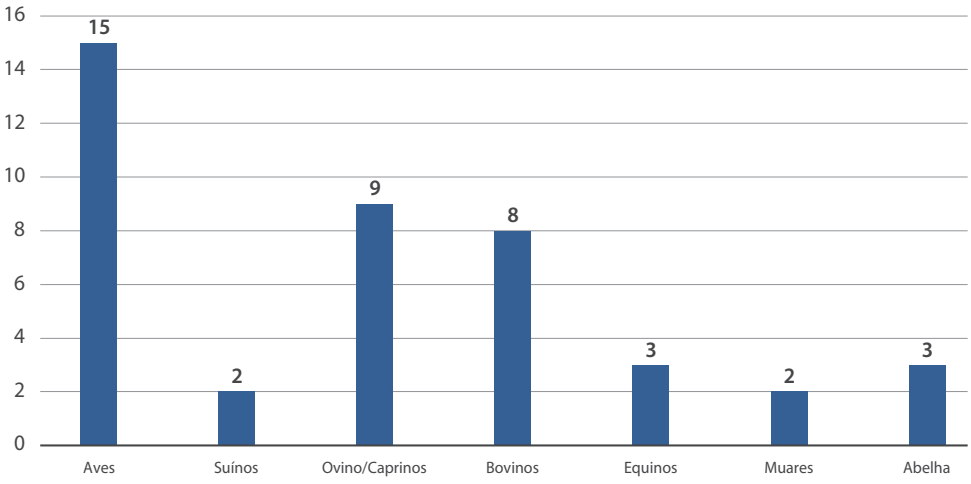


Gráfico 12 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Monte Escuro





5 ASSENTAMENTO MARIA BONITA

O assentamento Maria Bonita à época deste trabalho era habitado por 363 pessoas, membros de 78 famílias ali assentadas. A área ocupada é de 866 hectares. Uma vista panorâmica geral do espaço é apresentada na Foto 23 seguinte.



Foto 23 – Vista geral do assentamento Maria Bonita

5.1 Histórico

Este assentamento é considerado pelo Incra como Bom Jesus/Talhado porém, é reconhecido pelos assentados, pela sociedade e o poder público de Delmiro Gouveia como Maria Bonita. Entretanto, apesar da denominação relembrar a trajetória de conflito entre cangaceiros e proprietários da região, a negociação dessa terra ocorreu de maneira pacífica mediante iniciativa do proprietário Sr. Dofinho em torná-la produtiva e já não se encontrar em boas condições de saúde. Com um quantitativo de 213 famílias acampadas na beira da pista do km 44, mediante trabalho realizado no ano de 2004 por Genivaldo Moura, popular Geninho, e companheiros, após triagem dessas famílias, 77 delas ocuparam esse assentamento. Em 27 de abril de 2005, o Incra concedeu a emissão de posse dessa terra, onde os assentados permaneceram durante seis anos residindo em barracos de lona, sendo que, no ano de 2010, foi iniciada a construção das casas. Esse assentamento, localizado entre o povoado 44 e a fazenda de Gil de Abel, no município de Delmiro Gouveia, abrange uma área de cinco mil tarefas.

5.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 13 de novembro de 2013
Horário: 10h
Local: Escola Noêmia Bandeira da Silva, assentamento Maria Bonita
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; representante do escritório da Codevasf de Delmiro Gouveia, Vicente Carneiro; representante da empresa Cohidro, Antônio Carvalho; representantes do assentamento Maria Bonita; e equipe de ação social do Programa Água para Todos da Codevasf, Eleniz Lisboa, Codevasf 5ª SR, e Arleid Souza da empresa de Apoio JM.
Obs.: O Plano foi apresentado pelo Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, com intensa participação da comunidade.



Foto 24 – Apresentação do plano

5.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 13 de novembro de 2013
Horário: 12h
Composição:
- Carmelita Pereira da Silva
- Maria José dos Santos
- Maria Rosimeire da Silva





Foto 25 A e B – Comissão comunitária eleita

5.4 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo tem como objetivo promover a socialização de conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, ocorreu um resgate histórico social do assentamento e foram coletadas informações sobre as condições de vida com relação à saúde, à educação, à organização social, ao meio ambiente e à situação fundiária, produtiva e fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico decorreu de uma reunião com a comunidade, realizada na escola do assentamento no dia 27 de novembro de 2013, onde houve a participação de 30 assentados, e em outra reunião, que ocorreu no dia 3 de dezembro de 2013, na residência do Sr. José Teles da Silva, com a participação de 20 assentados, conforme Foto 26 A e B.



Foto 26 A e B – Diagnóstico participativo com a comunidade

5.5 Cadastramento das famílias

Período: de 27 de novembro a 12 de dezembro de 2013

Quantidade total de residências: 84*

**Havia seis residências a mais em relação à quantidade de quintais produtivos, em função de alguns assentados cederem parte do lote para familiares.*

Quantidade de cadastros aplicados: 78 famílias foram cadastradas. Registrou-se um contingente populacional de 363 habitantes (FOTO 27 A e B).




Foto 27 A e B – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

Tabela 8 – Situação demográfica identificada do assentamento Maria Bonita

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Maria Bonita	78	363

5.6 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências




Foto 28 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

5.7 Educação e saúde

As crianças do assentamento frequentavam a escola do centro urbano, sendo que 30 dessas estudavam no anexo da Escola Noêmia Bandeira da Silva, localizada no próprio assentamento, onde eram matriculadas em ensino multisseriado – todas com acesso ao transporte escolar da rede municipal. Em relação aos serviços de saúde, verificou-se que, no assentamento, não havia Posto de Saúde da Família (PSF), nem médicos. A população era atendida por uma agente comunitária de saúde e também por um dentista, que trabalhavam em uma unidade móvel do PSF, na residência da própria agente de saúde, localizada próxima ao assentamento. As famílias da comunidade eram atendidas pelo agente de saúde na unidade do PSF, denominado Desvio, localizada na sede do município. Ressalta-se que idosos com complicações de saúde tinham acompanhamento de enfermeiros em suas residências.

5.8 Organização social e comunitária

A organização comunitária era realizada por meio da formação de Conselho Administrativo, composto por três membros, e do Conselho Fiscal, com dez integrantes. Ambos existiam desde o surgimento do assentamento Maria Bonita, tendo eleições a cada três anos, com ocorrência de reuniões e registros em ata. Ressalta-se que alguns assentados eram associados na cooperativa Coopera Sertão, cooperativa com sede no próprio assentamento Maria Bonita que abrange toda a região do Alto Sertão. O assentamento possuía, também, um núcleo que prestava serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por meio do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, cuja organização era uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Possuía ainda um grupo de jovens que se reunia periodicamente para comemorar datas festivas, como, por exemplo, a dança de quadrilha no período do São João. Havia também o entretenimento dos assentados por meio de um time de futebol, utilizando o campo localizado na área coletiva do assentamento.

5.9 Situação fundiária e produtiva

Para cada um dos 85 produtores assentados pelo Incra foram destinados 9,6 hectares. Aqueles que possuíam, em sua área, riachos e/ou encostas situados a 50 metros de cada lado tinham a responsabilidade de preservar o referido perímetro. Alguns lotes eram produtivos, com a predominância de caju, maracujá e palma, destacando-se aqueles que utilizavam o sistema de micro aspersão, com uso de água desviada da Casal para irrigação de hortaliças e para consumo humano. Além disso, havia criação de aves, gado, ovino e caprino.

O assentamento possui uma área total de aproximadamente 1.118 hectares, sendo pouco mais de 302 hectares de reserva ambiental, situada próximo ao Riacho do Talhado. Também existia a intenção da construção de uma agroindústria para beneficiamento do caju. Ressalta-se que essa iniciativa era decorrente do projeto Plantando Caju e Colhendo Desenvolvimento, executado pelo Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares, com patrocínio da Petrobras. Esse projeto estava sendo operacionalizado com a participação de 17 famílias, que produziam mudas de caju, em um viveiro de 13.000 m^2, localizado na sede administrativa do assentamento. O projeto visava à promoção do desenvolvimento sustentável, com geração de renda e garantia da segurança alimentar por meio da estruturação da cadeia produtiva do caju em consórcio com feijão e milho, a ser fomentada em assentamentos rurais localizados nos municípios de Inhapi, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia e Piranhas.

Tabela 9 – Situação fundiária do assentamento Maria Bonita

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de hectares de reserva ambiental	Total de terras ocupadas do assentamento em hectares
85	9,6	302	1.118



Foto 29 – Lote irrigado de Maria Aparecida dos Santos

5.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água por meio de adutora da Casal, além de possuírem 47 cisternas de placas instaladas pelo Incra e 27 cisternas de polietileno instaladas pela Codevasf. Em período de estiagem, as cisternas eram abastecidas com água de caminhão-pipa, sendo utilizada tanto para consumo humano quanto para produção agropecuária. Constatou-se, também, que estava em fase de construção no assentamento dez cisternas produtivas do tipo calçadão, financiadas pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com recursos repassados à Secretaria Estadual de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. A execução ficava a cargo da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (Coppabacs).

Existiam na área 12 barreiros que se encontravam sem água em função da prolongada estiagem no período. Perante a realidade diagnosticada no assentamento Maria Bonita, verificou-se que algumas famílias, por iniciativa própria, utilizavam métodos simples, embora criativos, para irrigar suas plantações. Ressalta-se que a água utilizada para a produção agropecuária era proveniente do abastecimento da rede pública da Casal, cujo fornecimento, em algumas propriedades, ocorria de forma irregular. É importante relembrar, também, que o acesso à água encanada para a maioria das residências do assentamento foi feito por iniciativa própria da comunidade, tendo o sistema sido implantado em regime de mutirão, a partir da rede da Casal que abastece os municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas.

Com essa derivação, o sistema existente de abastecimento das áreas urbanas daqueles municípios tornou-se mais vulnerável e deficitário.



Foto 30 – Implantação de cisterna pela Codevasf

Ressalta-se que havia três residências sem instalação de cisterna para consumo humano, verificadas por meio da busca ativa, sendo elas de propriedade de Alice Ferreira de Lima, Elizângela Rodrigues da Silva e Manoel Messias Dias, conforme Foto 31 A a C a seguir. Posteriomente essas famílias foram beneficiadas pela Codevasf.







Foto 31 A a C – Residências sem acesso à água

5.11 Ações da Codevasf no assentamento

A Codevasf aplicou no assentamento Maria Bonita cinco cadastros voltados à obtenção de dados da família para o desenvolvimento da atividade de apicultura. A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para três produtores, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Brasil Sem Miséria e, consequentemente,

foram distribuídos três kits de apicultura visando incentivar a atividade de produção de mel na localidade. Foram, então, beneficiados os assentados Francisco Batista da Silva, Helenita Monteiro da Silva e Silvana Maria dos Santos André. Outra ação da Codevasf foi a instalação de 27 cisternas de polietileno por meio do Programa Água para Todos.

5.12 Dados gerais

Gráfico 13 – Dados das famílias do assentamento Maria Bonita

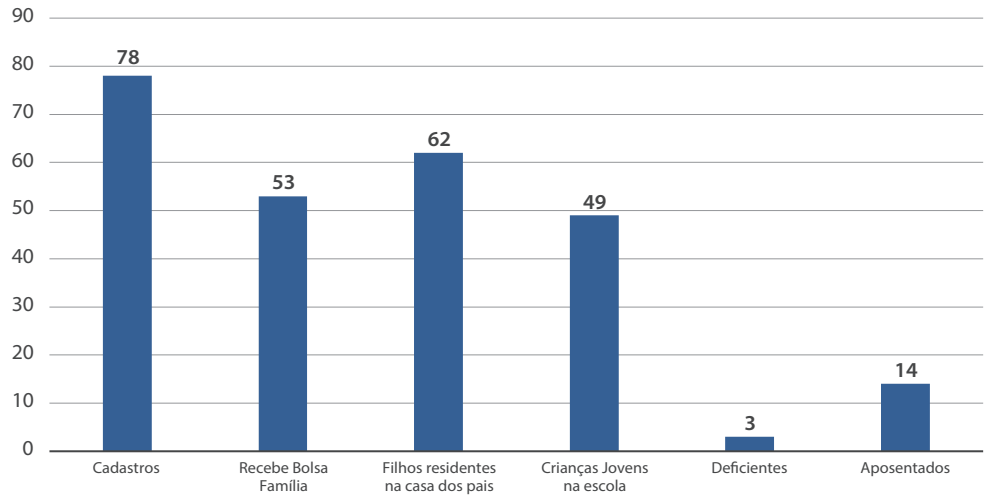


Gráfico 14 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Maria Bonita

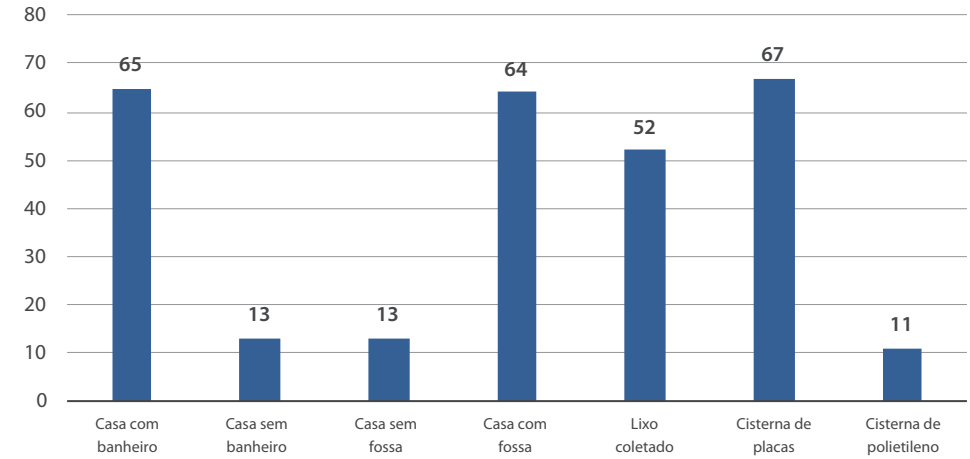


Gráfico 15 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Maria Bonita

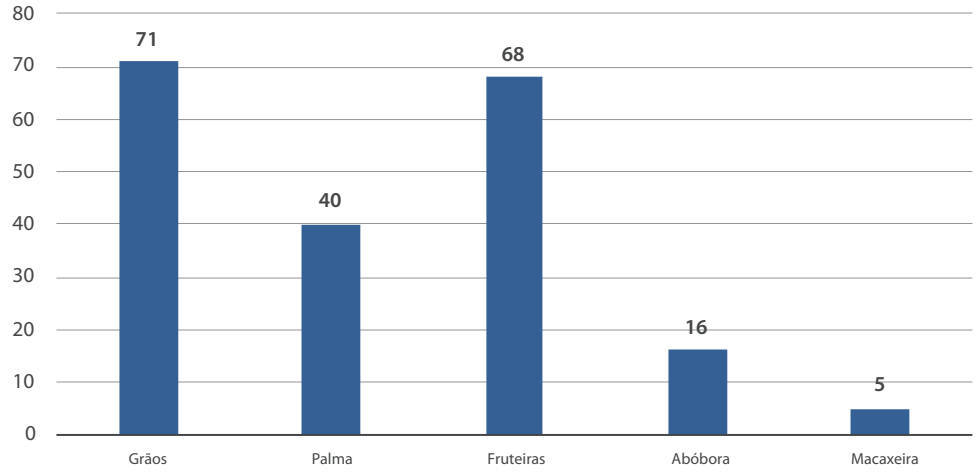
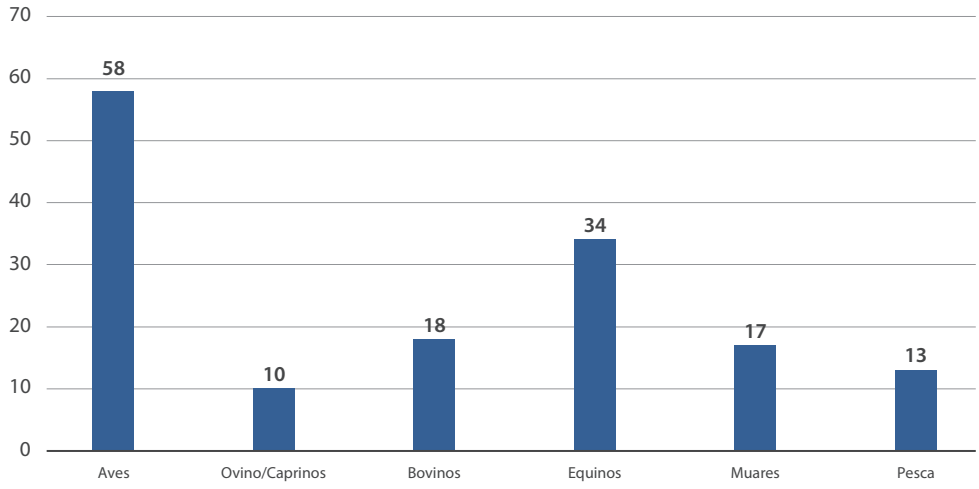
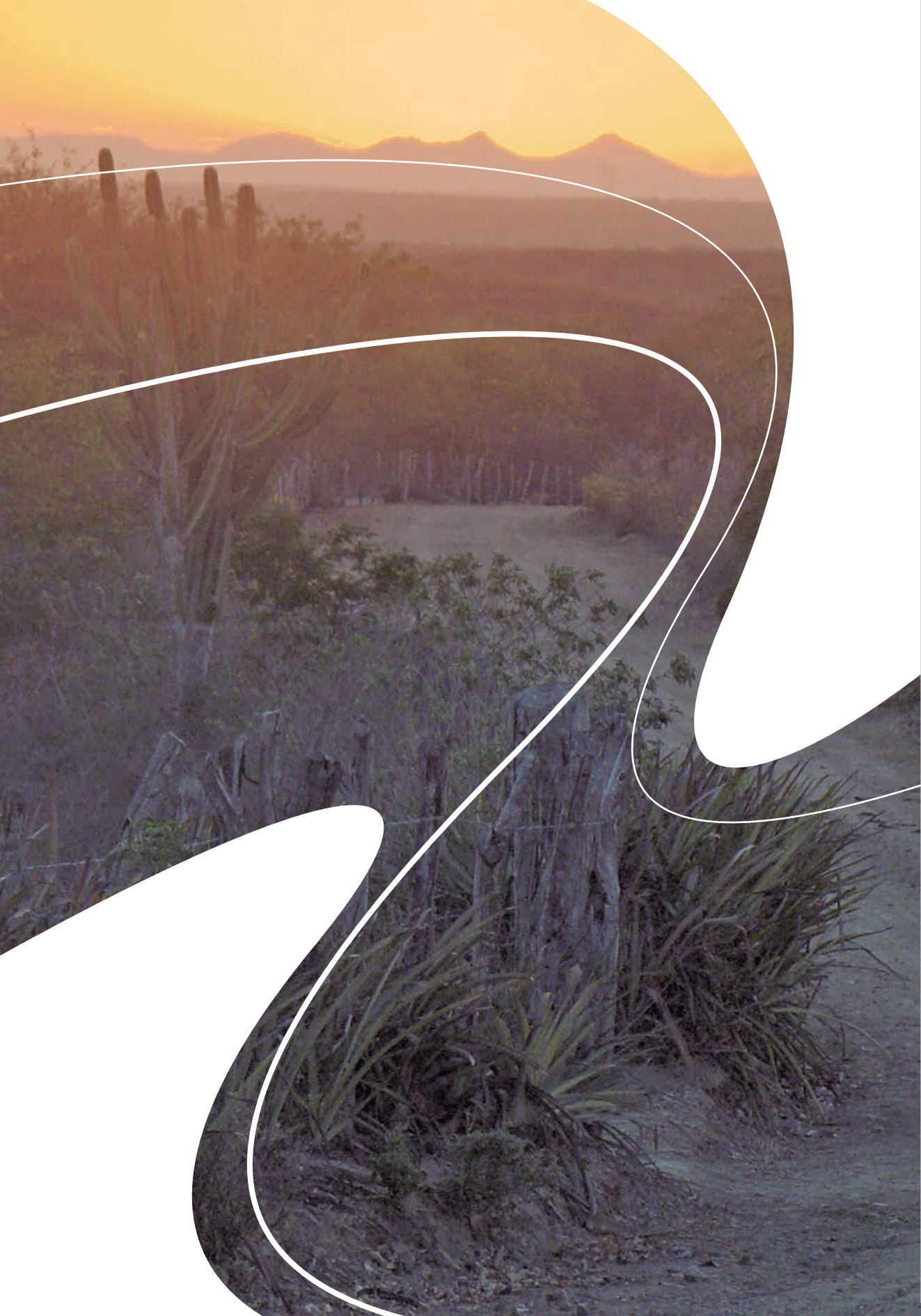


Gráfico 16 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Pecuária





6 ASSENTAMENTO LAMEIRÃO

O assentamento denominado Lameirão possui uma área total de 1.633 hectares na qual estavam assentadas 35 famílias, num contingente total de 131 pessoas residentes. Uma vista geral panorâmica da comunidade é ilustrada na Foto 32.



Foto 32 – Vista geral do assentamento Lameirão

6.1 Histórico

A origem do assentamento Lameirão ocorreu mediante duas ocupações de famílias vindas da região do agreste de Alagoas. A primeira, na fazenda Peba, em Delmiro Gouveia, e a segunda, na fazenda Laje, no município de Taquarana. Essas primeiras ocupações foram realizadas pelo MST. Algumas das famílias, ao serem despejadas dessas terras, foram acampar em Igaci, em uma área pertencente, à época, à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Alagoas (Epeal). Após 30 dias de permanência no local, passaram a ocupar, em fevereiro de 1989, a fazenda Lameirão, em Delmiro Gouveia, com área de 1.500 hectares. Em 1992 o Incra concedeu a documentação de posse da terra aos acampados. Nessa propriedade, 36 famílias acamparam durante dois anos em barracos de lona, sem acesso à energia e à água. Como alternativa de sobrevivência, escavaram, em forma de mutirão, uma cacimba. Nessa trajetória, receberam da ONG Visão Mundial ajuda financeira no valor de U$ 500,00, disponibilizados para aquisição de alimentos, medicamentos e educação, e também destinados à construção de três pequenas casas. Destacam-se como lideranças dessa ocupação Cazuza, Zilma e Geno. Obtiveram, também, apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Inhapi e de Jacaré dos Homens; da Igreja de Inhapi e de Delmiro Gouveia.

No início da década de noventa foram construídas 46 casas do tipo agrovila, escola, posto de saúde e uma creche, sendo feita, na sequência, a demarcação dos lotes. Em 2004, o Incra investiu na reforma das residências, na construção de cisternas de placas, na inclusão dos assentados na Relação dos Beneficiários (RB) do Incra e no projeto fomento de atividades produtivas daquele órgão.

6.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 17 de dezembro de 2013
Horário: 15h30
Local: Sede da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; representantes do Assentamento Lameirão e equipe de ação social do Programa Água para Todos Arleid Souza; da empresa de apoio JM; e Eleniz Lisboa, da Codevasf 5ª SR.



Foto 33 – Apresentação do plano

6.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 17 de dezembro de 2013
Horário: 16h30
Composição:
- Maria Odete Vitor da Costa
- Maria Rosângela dos Santos Silva
- Maria José dos Santos Guerra



Foto 34 – Comissão comunitária eleita

6.4 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo, que tem por finalidade obter conhecimentos e informações sobre a realidade local, realizou um resgate histórico social dos assentados, buscando informações sobre as condições de vida com relação à saúde, à educação, à organização comunitária, ao meio ambiente, à situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico ocorreu na sede da Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão no dia 18 de dezembro de 2013, onde houve a participação de 24 assentados (FOTO 35 A a D).



Foto 35 A a D – Diagnóstico participativo com a comunidade

6.5 Cadastramento das famílias

Período: 27 de dezembro de 2013 a 2 de janeiro de 2014

Quantidade total de residências: 48*

** Dessas 48 residências existentes no assentamento, apenas 35 eram ocupadas por famílias que possuem lotes produtivos. Ressaltamos que as outras casas foram cedidas pela Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Lameirão (Acaal) para familiares de assentados.*

Quantidade de cadastros aplicados: do total de 38 beneficiários assentados pelo Incra, foram cadastradas 35 famílias. Mediante tabulação dos dados, registrou-se nessa localidade um contingente populacional de 131 habitantes.

Tabela 10 – Situação demográfica identificada do assentamento Lameirão

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Lameirão	35	131



Foto 36 – Cadastramento da família

6.6 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências



Foto 37 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

6.7 Educação e saúde

As crianças tinham acesso à escola localizada no próprio assentamento, com equipe composta por dois professores, um trabalhador de serviços gerais e um vigilante, mantidos pela prefeitura municipal. O estabelecimento atendia alunos desde a alfabetização infantil até o 5º ano do ensino fundamental em regime multisseriado, sendo distribuídos em duas salas de aula. Por sua vez, os jovens frequentavam a escola do povoado Lagoinha e de Delmiro Gouveia, dispondo de transporte da rede estadual de ensino. A escola do assentamento recebeu em doação o primeiro mobiliário escolar de um visitante à comunidade, o Sr. Tomaz, residente no Canadá. Em relação aos serviços de saúde, as famílias eram atendidas por meio do Programa Comunitário de Saúde (PACS), composto por um agente comunitário de saúde e um enfermeiro. A consulta médica e odontológica era realizada quinzenalmente no posto de saúde do assentamento, sendo disponibilizado também pela prefeitura o transporte para o deslocamento de doentes.

6.8 Organização social e comunitária

A organização comunitária do assentamento era composta por um presidente, um secretário, um tesoureiro, três membros da diretoria executiva, seis do conselho fiscal, sendo, destes, três suplentes. Criada em 20/08/1989, seis meses após a ocupação das famílias nessa área, seus membros reuniam-se ordinariamente em assembleia, nas primeiras sextas-feiras de cada mês, para discussão e deliberação dos procedimentos em prol da comunidade. A eleição da diretoria e conselho fiscal ocorria a cada dois anos, tendo seus membros direito a um segundo mandato. O assentamento possuía duas igrejas, sendo uma católica e outra evangélica. Um grupo de jovens promovia a organização de grupo de dança folclórica, quadrilha e a prática de esporte, possuindo na localidade um campo de futebol.

6.9 Situação fundiária e produtiva

O assentamento possuía uma área total de 1.633 hectares, sendo destinado para cada produtor aproximadamente 43 hectares de terra. Na parte produtiva, os agricultores plantavam palma de forma individual e, no período do inverno, milho e feijão. Em 2004, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), por meio do Instituto Xingó, doou um sistema de irrigação tipo micro aspersão ao assentamento para irrigação de 10 hectares. Nessa área, eram plantados cinco hectares de banana e cinco de manga. Na área destinada ao plantio de manga, os assentados plantaram, de forma consorciada, milho, feijão de corda, melancia e macaxeira, produtos que passaram a vender para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Chesf pagou a energia elétrica desse sistema durante seis meses, repassando em seguida para a prefeitura, que pagou as despesas durante oito meses. Após esse período, os próprios assentados passaram a custear a energia para captação e distribuição da água proveniente do cânion do São Francisco. Pelo alto custo de operação e manutenção do sistema de irrigação, todo o processo estava desativado. Segundo os assentados, 70% das terras dos lotes indivi-

duais eram improdutivos, por isso produziam, em sua maioria, na área coletiva, onde o solo era de melhor qualidade. Em relação à pecuária, os assentados criavam cabra, ovelha, galinha e gado. Em abril de 2011, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande), foi lançado o edital de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Baixa Renda de Alagoas. A associação do assentamento concorreu com o projeto denominado "Fortalecimento do Arranjo Produtivo Local da Ovinocaprinocultura do Assentamento Lameirão – Mãos Camponesas", cujo objetivo era gerar renda às famílias assentadas, por meio do fornecimento de carne. A associação foi contemplada e existindo 13 famílias envolvidas nessa ação. Além dos animais, compunham o projeto: um caminhão, uma enfardadeira manual de feno, uma balança com capacidade para 300 kg, uma balança manual do tipo relógio e materiais para a construção do cercado. Para a obtenção desse benefício, os assentados inseridos no projeto participaram de um curso que compreendeu: conhecimentos de manejo dos animais e de gestão e comercialização da produção. O capim forrageiro era plantado de forma coletiva em uma área de 10 hectares. Para a conclusão do projeto, faltava ainda o fornecimento de cinco reprodutores e 150 matrizes de ovelhas, como também ativar o sistema de irrigação para o plantio da pastagem. Para esse projeto e outras atividades o assentamento contava com assistência técnica do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares.



Foto 38 A e B – Sistema de irrigação desativado

No assentamento existia também um projeto de piscicultura, implementado em dezembro de 2007, gerido por uma associação formada inicialmente por 21 assentados. Por meio do Iteral, o governo do estado doou 48 tanques-rede, enquanto a prefeitura forneceu ração para o cultivo de tilápia durante seis meses; já o Instituto Xingó forneceu alevinos e assistência técnica, por meio do projeto do arranjo produtivo local da piscicultura. Em maio de 2008, os piscicultores realizaram a primeira venda de peixes. Em 2009, a Codevasf doou ração e oito tanques-redes e, em outubro de 2013, repassou mais cinco tanques-rede e 70 sacos de ração (1.750 kg). À época havia cinco piscicultores associados que entregavam a produção para a Conab, por meio do PAA.



Foto 39 – Projeto de piscicultura

Havia também no assentamento um lote, pertencente a José Manoel da Silva, que possuía um viveiro para produção de mudas de umbu e de maracujá, com área de 54m^2, por meio de incentivo da prefeitura de Inhapi, que doou sombrite, carro de mão e sacos para o plantio de mudas, com a intenção de comprá-las e, consequentemente, plantar naquele município. Esse assentado utilizava, para regar as mudas, água de um poço localizado no quintal, construído por conta própria.



Foto 40 – Lote com reservatório e viveiro de mudas de umbu e maracujá

Tabela 11 – Situação fundiária do assentamento Lameirão

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de terras ocupadas do assentamento em hectares
38	43	1.633

6.10 Fonte hídrica

Quando os moradores chegaram ao assentamento, buscavam água em uma nascente que dista aproximadamente 1,5 km das moradias. Na época deste diagnóstico, possuíam acesso à água proveniente do cânion do rio São Francisco, que fica a cerca de 3 km da primeira residência, de onde a água era bombeada para cada residência e armazenada em cisternas. Anteriormente essa água era bombeada para uma cisterna coletiva com capacidade de 40 mil litros, que, com o tempo, ficou deteriorada. Com isso, os assentados, por conta própria, instalaram uma rede de abastecimento de água para as residências. No assentamento, havia 36 cisternas de placas e nove de polietileno, destas sete estavam instaladas em residências, uma na escola e uma no posto de saúde.



Foto 41 – Implantação de cisterna pela Codevasf

6.11 Potencial turístico

A formação do reservatório de Xingó para o aproveitamento hidrelétrico, com cerca de 65 km de extensão, encaixado no cânion do rio São Francisco, elevou o nível da água do rio em 139 metros, fornecendo aos municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas em Alagoas; Paulo Afonso na Bahia e Canindé do São Francisco no estado de Sergipe, condições especiais para o desenvolvimento do turismo. Nessa perspectiva, os governos municipais e estadual, como também a iniciativa privada, vinham realizando investimentos no setor, transformando, dessa forma, a região em um importante destino turístico do ponto de vista regional e nacional. Os assentamentos da reforma agrária, localizados às margens do cânion, podem ser inseridos nesse segmento, haja vista possuírem atrativos cênicos, arqueológicos, geográficos, ambientais, geológicos, culturais, culinários e rurais significativos para a visitação. No assentamento Lameirão, uma das famílias ali assentadas já explorava o turismo de forma comercial, fornecendo pratos à base de peixe, adquiridos no projeto de piscicultura do próprio assentamento. A família montou uma barraca na beira do rio, conforme ilustrado na Foto 42, recebendo frequentemente turistas de várias localidades.



Foto 42 – Bar de Maria José dos Santos Guerra

Além disso, também existem no assentamento pinturas rupestres e gravuras em baixo relevo, localizadas em várias formações rochosas na área da reserva ambiental do assentamento que fica aproximadamente a 2 km do núcleo residencial. Essas pinturas e gravuras ainda eram pouco conhecidas, tanto pelos próprios assentados, quanto por turistas, e foram descobertas pelos moradores do Lameirão ao acaso, em decorrência do pastoreio do gado e caprinos nessa localidade.

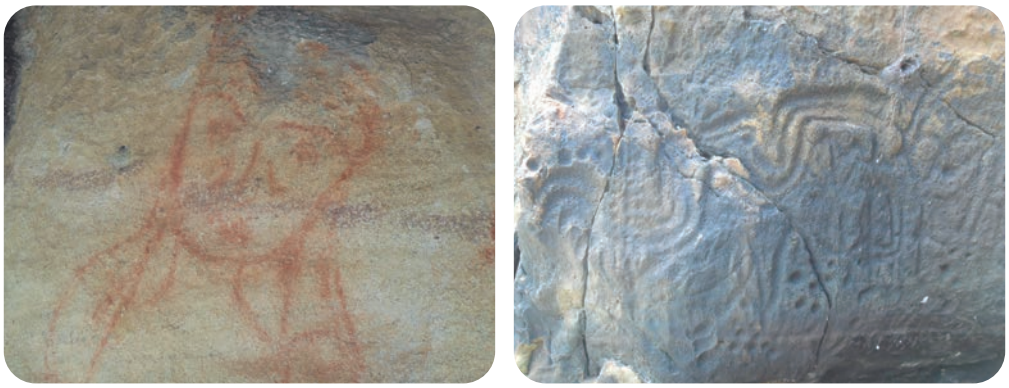


Foto 43 A e B – Pinturas e gravuras rupestres no assentamento Lameirão

6.12 Ações da Codevasf no assentamento

No assentamento Lameirão, a Codevasf realizou 12 cadastros, voltados à obtenção de dados da família para o desenvolvimento da atividade da apicultura. A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para nove produtores, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Brasil Sem Miséria e, consequentemente, foram distribuídos nove kits de apicultura. Nesse empreendimento, foram beneficiados os assentados José Manoel da Silva; Ana Cleide Nogueira da Silva; Jucileide Maria da Silva; Luzinete Aguiar Correia; Maria de Lourdes Soares Correia; Maria José dos Santos Guerra; Maria José Pereira da Silva; Rosana dos Santos Silva e José Nildo dos Santos Guerra. A Codevasf instalou também nove cisternas de polietileno por meio do Programa Água para Todos.

6.13 Dados gerais

Gráfico 17 – Dados das famílias do assentamento Lameirão

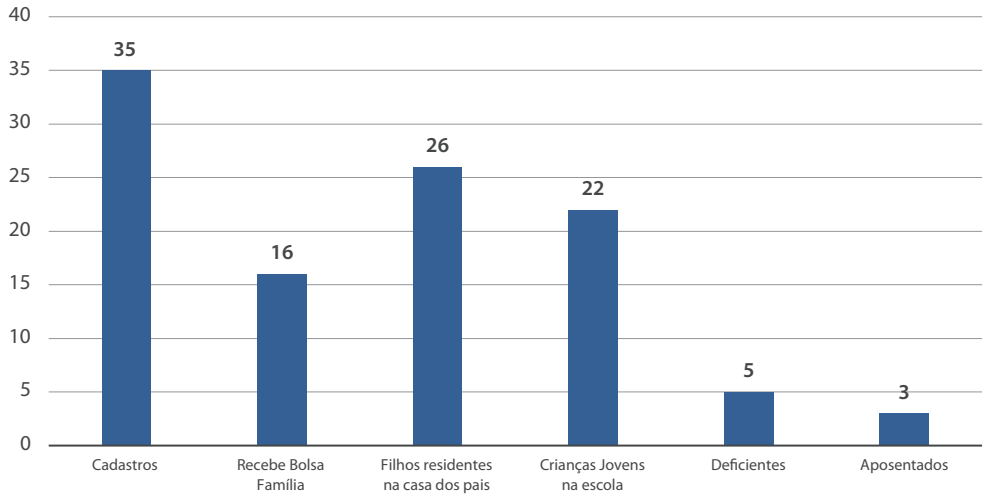


Gráfico 18 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Lameirão

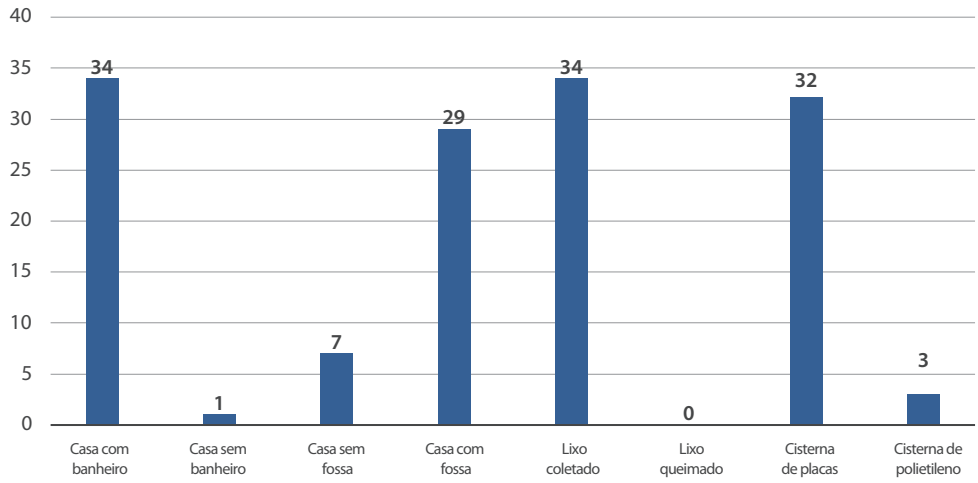


Gráfico 19 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Lameirão

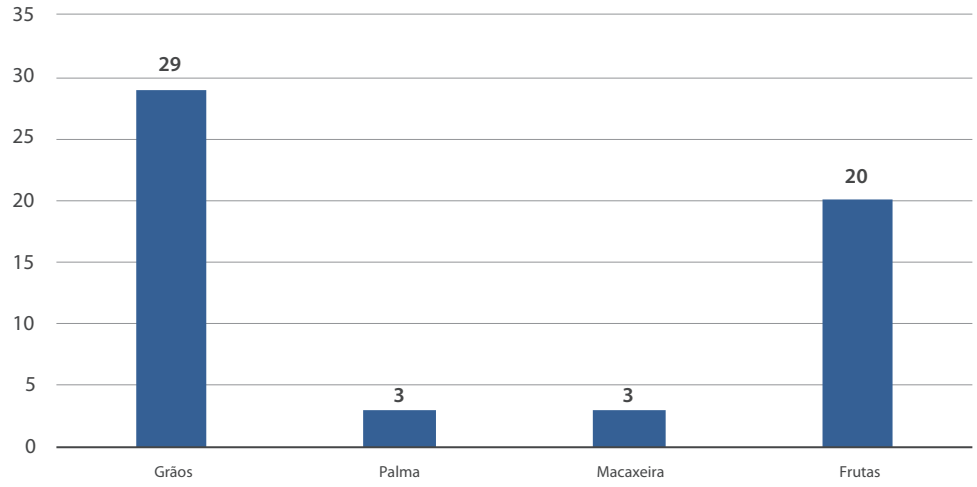
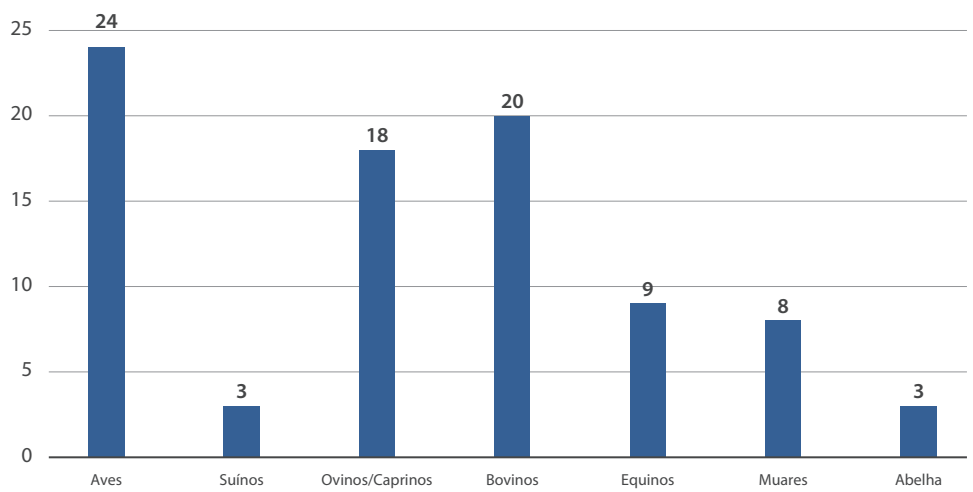


Gráfico 20 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Lameirão





7 ASSENTAMENTO PEBA

O assentamento Peba abrange uma área de cerca de 110 hectares e a sua população total residente era de 27 pessoas, distribuídas em sete unidades familiares. Quando da ocasião da pesquisa de campo, observou-se a existência de mais uma residência – essa, porém, inabitada devido ao falecimento de seu dono. A seguir, é apresentada uma ilustração da vista panorâmica do assentamento Peba, na qual se pode observar que todas as residências são de alvenaria e de um padrão construtivo relativamente bom.



Foto 44 – Vista geral do assentamento Peba

7.1 Histórico

A ocupação nesse assentamento ocorreu a partir de um conflito existente entre trabalhadores rurais, que arrendaram a terra para o plantio de algodão, e o proprietário Sr. Miguel Gandu, que insistia em permanecer no local com rebanho de gado. Revoltados com essa situação, os arrendatários pediram ajuda ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Inhapi. O Sr. Luiz Valeiro da Silva, liderança desse órgão e defensor da reforma agrária, realizou trabalho nesse sentido, tendo recebido o apoio da igreja católica, conseguindo mobilizar 75 famílias para engajamento na ação. As famílias mobilizadas acamparam em cerca de 180 hectares da Fazenda Peba. Essa foi a primeira ocupação de terras no estado de Alagoas, em 1986, com famílias vindas dos municípios de Inhapi e Mata Grande. As famílias sofreram com a ação de policiais, que queimaram os barracos de lona e destruíram os estoques de alimentos. Nesse conflito, os trabalhadores rurais acamparam durante 22 dias na Praça Centenário, em Maceió, reivindicando a posse da terra ao Iteral e ao Incra. Na fazenda Peba, permaneceram acampados por quatro anos. Dessas 75 famílias, 36 ocuparam a fazenda Lameirão, 31 deslocaram-se para o município de Jacuípe e apenas oito ficaram na fazenda Peba, sendo remanejados para outra área dessa propriedade. Em 1992, essas famílias tiveram acesso à energia e água e o Iteral concedeu a carta de anuência, procedendo com a construção das casas e de uma escola, localizada entre os povoados Mandacaru e Peba II. Os moradores desse assentamento constam na Relação de Beneficiários do Incra. Entretanto, no período do diagnóstico, ainda não possuíam documentação individual de posse da terra.

7.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 21 de janeiro de 2014
Horário: 9h
Local: Escola Municipal de Ensino Fundamental Paz e União.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta e equipe de ação social do Programa Água para Todos, da Codevasf 5ª SR, Eleniz Lisboa, e da empresa de apoio JM, Arleid Souza.



Foto 45 – Apresentação do plano

7.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 21 de janeiro de 2014
Horário: 12h
Composição:
- Cícera Silva de Araújo Gomes
- Sílvia Vieira de Souza
- Expedito Viana de Araújo



Foto 46 – Eleição da comissão comunitária

7.4 Cadastramento das famílias

Período: 23 de janeiro de 2014
Quantidade total de residências: 8
Quantidade de cadastros aplicados: sete famílias cadastradas, uma vez que existia uma residência fechada, pois o morador havia falecido. Essa localidade possuía uma população de 27 habitantes.



Foto 47 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

Tabela 12 – Situação demográfica identificada do assentamento Peba

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Peba	07	27

7.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências




Foto 48 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

7.6 Diagnóstico participativo

No diagnóstico participativo, que ocorreu na residência do Sr. Expedito Viana de Araújo, no dia 18 de fevereiro de 2014, com a participação de oito assentados, foram repassados conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, foram observadas as condições de vida com relação à saúde, à educação, à organização social, ao meio ambiente, à situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento.

7.7 Educação e saúde

O assentamento possuía uma escola na qual estavam matriculadas 22 crianças das redondezas e das comunidades circunvizinhas. A escola dispunha de dois professores que lecionavam ensino fundamental em sistema multisseriado, no período vespertino e noturno, lecionavam na Educação de Jovens e Adultos. Os jovens que frequentavam a escola na área urbana utilizavam o transporte escolar disponibilizado pela prefeitura. No assentamento não havia posto de saúde, dispondo de uma agente comunitária para acompanhamento da saúde das famílias. A população ali residente frequentava a unidade de saúde do povoado Desvio, situada na área urbana.

Em relação ao esgotamento sanitário, das oito residências, apenas três possuíam fossa comum. Nas demais, o esgoto era lançado a céu aberto em uma fossa construída pela prefeitura no quintal de uma moradora.



Foto 49 – Fossa a céu aberto da comunidade

7.8 Organização social

A organização comunitária do assentamento era realizada por meio da Associação Comunitária Paz e União dos Trabalhadores da Fazenda Peba, composta por um presidente, um secretário, um tesoureiro, três membros da diretoria executiva, seis do conselho fiscal, sendo destes três suplentes. Criada em 1990, três anos após a ocupação das famílias nessa área, seus membros se reuniam no primeiro domingo de cada mês, em assembleia ordinária, para discussão e deliberação dos procedimentos em prol da comunidade, com registro das ocorrências em ata. A eleição da diretoria e do conselho fiscal ocorria a cada dois anos, tendo, seus membros, direito a um segundo mandato.

7.9 Situação fundiária e produtiva

Cada produtor do assentamento Peba possuía quase 14 hectares de terras distribuídas da seguinte forma:

- pouco mais 13,5 hectares no lote, onde plantavam milho, feijão e palma; e
- local de suas residências, em 0,25 hectare de terreno onde possuem suas residências, produzindo frutas como banana, laranja, acerola, pinha, seriguela, caju, além da criação de galinha e cavalo.

No assentamento, estava sendo implantado o projeto de cajucultura, executado pelo Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares e financiado pela Petrobras. O programa realizou o cadastro de cinco moradores para receberem mudas de caju anão precoce, para uma tarefa de terra, além de adubo, aração da terra e assistência técnica. Entretanto, apenas um assentado aderiu ao projeto, e o restante das mudas foram distribuídas para moradores das comunidades circunvizinhas que demonstraram interesse.

Tabela 13 – Situação fundiária do assentamento Peba

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de terras do assentamento em hectares
08	13,75	110

7.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano por meio de água encanada da Casal. No assentamento, havia seis cisternas de placas, que foram construídas pelo Incra, tendo uma família não aceitado esse benefício em sua residência. O assentamento possuía uma barragem localizada na área coletiva e, em cada lote, um barreiro.

7.11 Dados gerais

Gráfico 21 – Dados das famílias do assentamento Peba

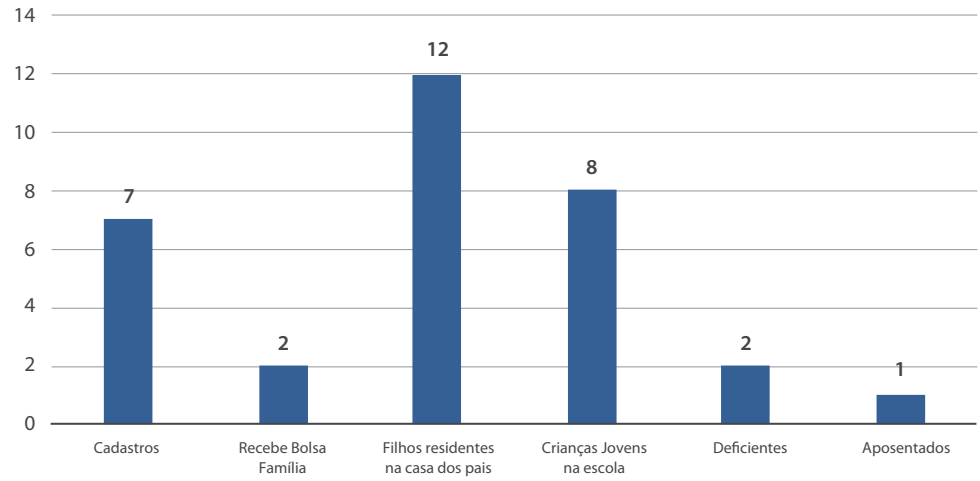


Gráfico 22 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Peba

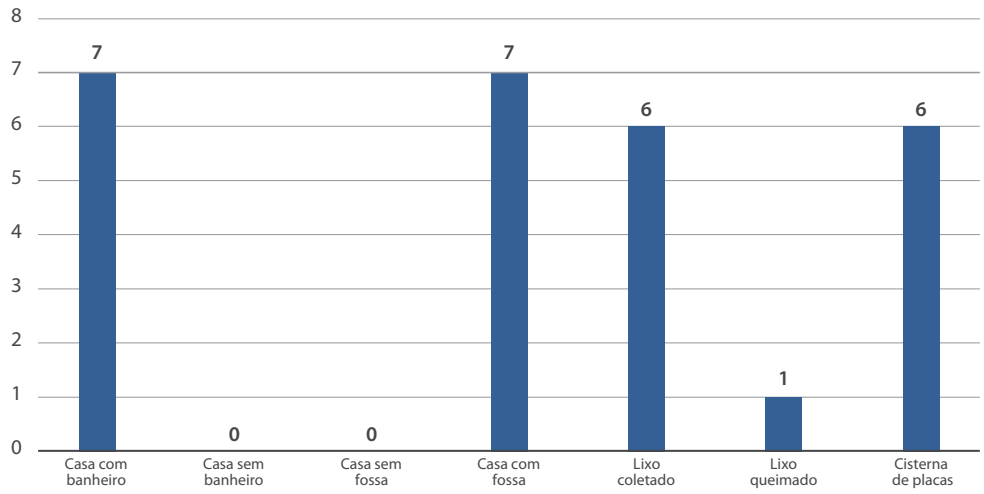


Gráfico 23 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Peba

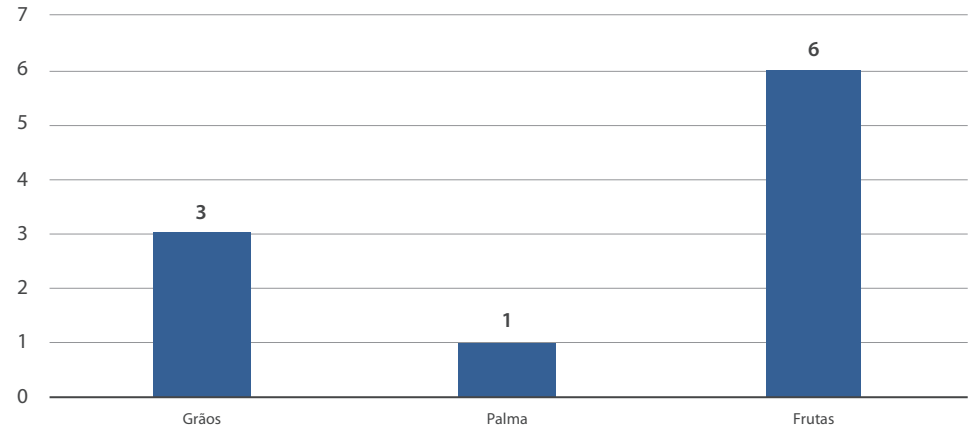
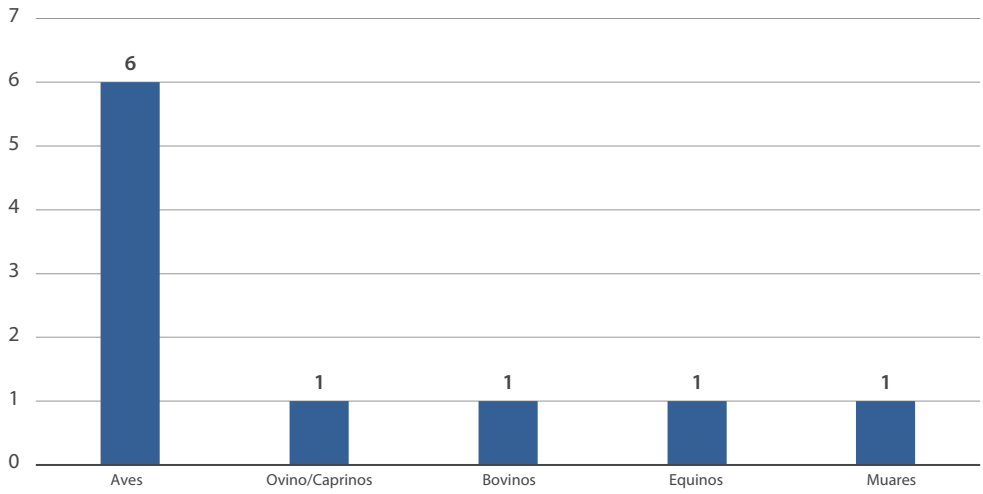


Gráfico 24 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Peba





8 ASSENTAMENTO BOM JESUS

A área total do assentamento Bom Jesus é de 534 hectares, na qual estavam distribuídas 24 unidades familiares que somavam 90 pessoas residentes. A vista geral da comunidade está ilustrada na Foto 50.



Foto 50 – Vista geral do assentamento Bom Jesus

8.1 Histórico

A origem desse assentamento ocorreu a partir da criação de uma associação denominada Associação dos Agricultores Sem Terra de Delmiro Gouveia, no ano 2000. Esses associados, filiados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais daquele município, após cinco anos como agricultores, receberam as declarações de elegibilidade, atendendo então aos critérios de inclusão no Projeto de Combate à Pobreza Rural, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com o apoio da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (Fetag) e da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, foi procedido o cadastramento das famílias e realizada intermediação para a compra da terra. Em 13 de maio de 2005, foi concedida a declaração de posse da Fazenda Bom Jesus, sendo a referida associação beneficiada com carência de três anos para iniciar o pagamento da terra em parcelas anuais. Uma negociação sem conflito com os herdeiros do Sr. Osvaldo Ramalho, proprietário dessa fazenda, com extensão de área de 534 hectares, localizada entre os Povoados Cupira, Capela Bom Jesus, Alto dos Coelhos e Serra Negra, teve sua ocupação com 26 famílias. Essa comunidade ocupou a terra após a construção de suas casas, com recursos do crédito fundiário do Banco do Nordeste, obtidos por meio do projeto Ciclo Produtivo. Em contrapartida, procederam com execução dos alicerces e ainda, com o saldo desse recurso, conseguiram comprar uma máquina forrageira e arame para o cercado dos quintais; construir dois barreiros; executar plantação de palma e criação de ovelhas; e instalar energia e água encanada. Esses pequenos empreendedores rurais, desde a ocupação, já se organizavam em grupos para a fiscalização e acompanhamento de investimentos que se fizessem necessários realizar no assentamento.

8.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 21 de janeiro de 2014
Horário: 15h
Local: Estabelecimento comercial de Maria Oliveira, no assentamento Bom Jesus.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; chefe do escritório da Codevasf em Delmiro Gouveia, Domingos

Bizarro; técnico da Codevasf em Delmiro Gouveia, Lucas Loureiro e equipe de ação social do Programa Água para Todos, Eleniz Lisboa da Codevasf 5ª SR, e Arleid Souza, da empresa de apoio JM.



Foto 51 – Apresentação do plano
Obs.: O Plano foi apresentado pelo Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, com intensa participação da comunidade.

8.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 21 de janeiro de 2014
Horário: 16h
Composição:
- André Denis Feitosa Santos
- Cícera Lúcia dos Santos
- Francisco Tenório de Holanda



Foto 52 A e B – Eleição da comissão comunitária

8.4 Cadastramento das famílias

Período: 23 de janeiro de 2014
Quantidade total de residências: 28
Quantidade de cadastros aplicados: 26 famílias foram cadastradas e registrou-se que na comunidade existia uma população de 90 habitantes.

Tabela 14 – Situação demográfica identificada do assentamento Bom Jesus

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Bom Jesus	26	90



Foto 53 – Cadastramento da família

8.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências





Foto 54 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

8.6 Diagnóstico participativo

Esse diagnóstico ocorreu ao redor de um juazeiro do assentamento, no dia 19 de fevereiro de 2014, que contou com a participação de 20 assentados. As informações repassadas pelos presentes são apresentadas nos subitens seguintes. A Foto 55 ilustra o momento da reunião realizada para o diagnóstico participativo.



Foto 55 – Diagnóstico participativo com a comunidade

8.7 Educação e saúde

As crianças tinham acesso à escola no período matutino e vespertino, na cidade de Delmiro Gouveia, onde utilizavam o transporte escolar disponibilizado pela prefeitura. A população residente frequentava a unidade de saúde do SESP, situada na área urbana, por não haver posto de saúde no assentamento.

8.8 Organização social

A organização comunitária do assentamento era realizada por meio da Associação dos Agricultores Sem Terra de Delmiro Gouveia, composta por um presidente, um secretário, um tesoureiro, três membros da diretoria executiva, seis do conselho fiscal, sendo três titulares e três suplentes. Criada no ano 2000, seus membros se reuniam uma vez ao mês, em assembleia ordinária para discussão e deliberação dos procedimentos, e as ocorrências eram registradas em ata. A eleição da diretoria e do conselho fiscal ocorria a cada dois anos, com direito à reeleição dos membros.

8.9 Situação fundiária e produtiva

Cada produtor do assentamento Bom Jesus possuía 17 hectares de terras distribuídas da seguinte forma:

- dezesseis hectares e meio no lote, onde plantavam feijão, milho, abóbora, melão, macaxeira, palma e batata doce, além da criação de ovelha e gado; e
- meio hectare de quintal produtivo, onde está situada a casa que a família reside. Em alguns quintais, eram produzidas frutas, com a predominância de acerola, melancia, coco, goiaba, abacaxi, pinha, além da criação de galinha, peru e pato.

Tabela 15 – Situação demográfica identificada do assentamento Bom Jesus

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de hectares de reserva ambiental	Total de terras do assentamento em hectares
26	17	92	534

No assentamento, 20 moradores obtiveram linhas de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na modalidade A, no valor de R$ 18.500,00, para plantio de palma. Receberam, na primeira etapa, arame para cerca de proteção da palma, barreiro e capim. Na segunda etapa, receberam gado e ovelha. Estavam cadastradas 16 famílias no PAA. As famílias forneciam para merenda escolar feijão de corda, feijão carioca, milho verde, abóbora e melancia. A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas do Banco Comunitários de Sementes (Coppabacs) fornecia sementes de milho e feijão para o cultivo.



Foto 56 – Quintal produtivo de José Matias dos Santos

8.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano por meio de água encanada da Casal. Porém, de acordo com os moradores, essa água não chegava nas residências. Os moradores a buscavam numa distância aproximada de 1.200 metros, em uma encanação da Casal que foi adaptada para captação pelos próprios moradores. No entanto, essa água era insuficiente para o abastecimento de toda a comunidade. Constatou-se que no assentamento existiam 26 cisternas de placas, construídas pela ASA e duas cisternas de polietileno instaladas pela Codevasf que, em função da estiagem prolongada, eram abastecidas por meio de caminhão-pipa, em ação emergencial da Defesa Civil. No assentamento, existiam seis barreiros e duas cacimbas de minação, de água salobra (FOTO 57 A a C).



Foto 57 A a C – Acesso à água por meio de cisterna, água encanada e de minação

8.11 Ações da Codevasf no assentamento

A Codevasf 5ª SR aplicou no assentamento dez cadastros, obtendo dados da família para o desenvolvimento da atividade da apicultura. A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para dez produtores, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Brasil Sem Miséria e, a partir disso, foram distribuídos dez kits de apicultura. Em relação ao cultivo de caju, foram distribuídas 480 mudas e adubo para cada família capacitada, sendo beneficiadas 16 famílias. Por meio da Codevasf, também foram implantadas duas cisternas de polietileno, por meio do Programa Água Para Todos.



Foto 58 A e B – Atividades produtivas incentivadas pela Codevasf

8.12 Dados gerais

Gráfico 25 – Dados das famílias do assentamento Bom Jesus

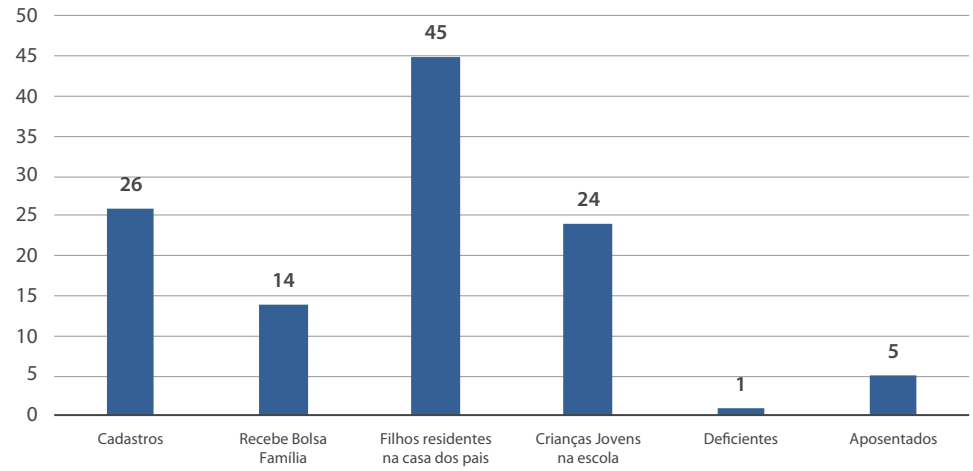


Gráfico 26 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Bom Jesus

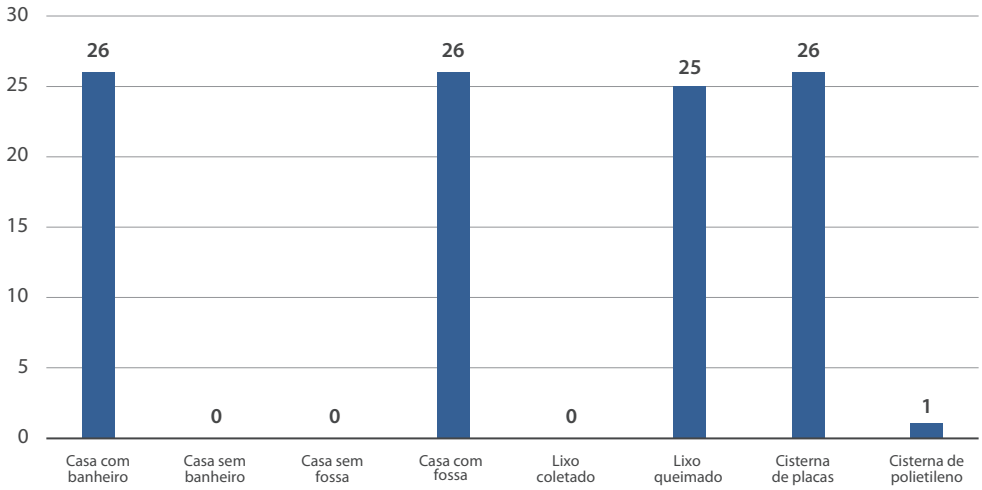


Gráfico 27 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Bom Jesus

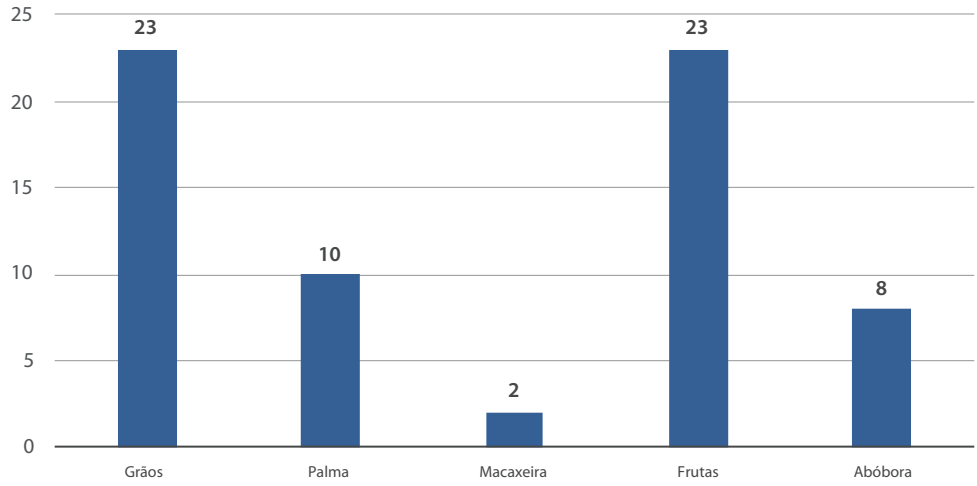
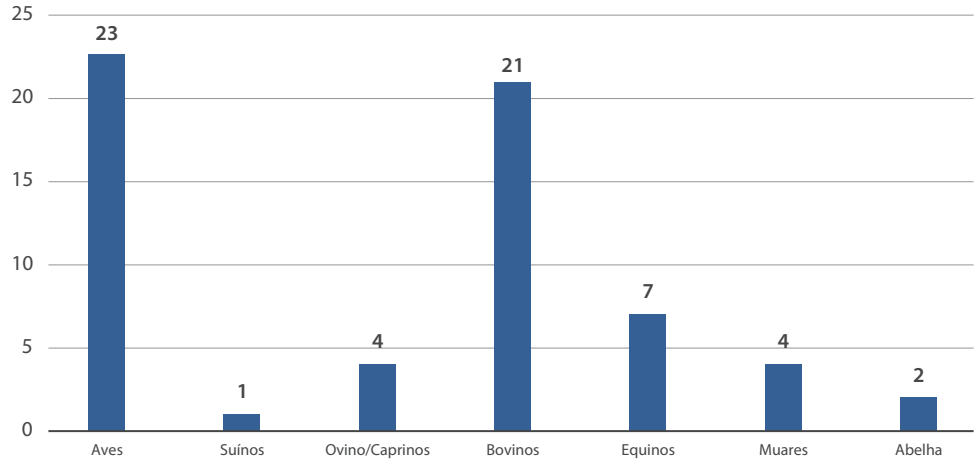


Gráfico 28 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Bom Jesus





9 ASSENTAMENTO JUREMA

A vista panorâmica do assentamento Jurema é apresentada na Foto 59 a seguir. Nele, habitavam 162 pessoas, totalizando 41 famílias. A área total era de aproximadamente 252 hectares, aí incluída a área destinada à reserva ambiental.



Foto 59 – Vista geral do assentamento Jurema

9.1 Histórico

A fazenda Café Neguinho, pertencente à época a um empresário alagoano que adquiriu essa propriedade com o objetivo de explorar a cultura do caju, teve a sua ocupação iniciada com 40 famílias, na maioria advinda do assentamento Costa, situado em Olho D'Água do Casado. Essas famílias, em início do ano 1999, tendo como lideranças o Sr. Reginaldo Pacheco e o Sr. José Alves Ramalho Filho, sendo este um dos integrantes da ocupação, reuniam-se na própria terra, embaixo de uma árvore de Jurema. Vem desse fato a origem do nome do assentamento. Na terra ocupada, contendo uma área de 270 hectares, distando 12 km da sede de Delmiro Gouveia, localizada entre o assentamento Araçá e o povoado Olho D'Aguinha. Nessa área apenas existia vegetação de Caatinga no início da ocupação, que ocorreu sem conflito, motivado pela intenção de venda do proprietário. Permaneceram acampadas em barracos de lona, durante três anos, 48 famílias, que residiram nesse local sem fornecimento de energia elétrica, utilizando água de barreiro para as atividades diárias, às vezes buscando água para o consumo humano a 6 km de distância, no povoado Pedrão. Em 2002, receberam o documento de emissão de posse pelo Incra, quando foram construídas 48 casas, medindo 6 m x 7 m. Em 2008, foram beneficiados com reforma e ampliação das residências, com a participação da mão de obra dos próprios assentados. As famílias que deram origem ao assentamento eram advindas de várias localidades, algumas de Pernambuco, além de Olho D'Água do Casado, Piau, Maravilha e do próprio município de Delmiro Gouveia.

9.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 4 de fevereiro de 2014
Horário: 15h
Local: Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Assentamento Jurema.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; Vicente Carneiro e Vânia Cerqueira, do escritório da Codevasf de Delmiro Gouveia; representantes do Assentamento Araçá e Jurema e equipe de ação social do Programa Água para Todos, Eleniz Lisboa da Codevasf 5ª SR e Arleid Souza,- da empresa de apoio JM.



Foto 60 – Apresentação do plano

9.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 4 de fevereiro de 2014
Horário: 17h
Composição:
- Maria Lúcia da Silva
- Noé Luiz dos Santos
- Manoel Ventura de Albuquerque





Foto 61 A e B – Eleição da comissão comunitária

9.4 Cadastramento das famílias

Período: 6 de fevereiro de 2014
Quantidade total de residências: 48
Quantidade de cadastros aplicados: 42 famílias cadastradas, onde, mediante tabulação dos dados, registrou-se, nessa localidade, um contingente populacional de 164 habitantes.

Tabela 16 – Situação demográfica identificada do assentamento Jurema

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Jurema	42	164



Foto 62 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

9.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências





Foto 63 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

9.6 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo teve como objetivo a obtenção de conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, foi realizado um resgate histórico do assentamento, retratando as condições de vida com relação à saúde, à educação, à organização social, ao meio ambiente, à situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica da comunidade. Esse diagnóstico ocorreu em uma das residências do assentamento no dia 24 de julho de 2014, onde foi registrada a presença de 18 assentados. Na reunião, foi utilizada a técnica de trabalho de grupo, confecção de cartazes e exposição oral, sendo, dessa forma, oportunizada a todos a participação ativa na elaboração do diagnóstico do assentamento.



Foto 64 A e B – Diagnóstico participativo com a comunidade

9.7 Educação e saúde

O assentamento Jurema dispunha de uma escola que foi construída utilizando recursos destinados à construção das casas. Naquele período, em 2002, a escola funcionava apenas com duas salas. Atualmente, após reforma com recursos do caixa escolar, possuía cozinha, banheiro e sala de informática. Estavam matriculadas 45 crianças no ensino fundamental menor até a 5ª série e 25 jovens e adultos no Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo inseridos também os moradores do assentamento Araçá. A escola dispunha de três professores, uma merendeira da rede municipal e uma auxiliar de serviços gerais.

A prefeitura disponibilizava, no horário da tarde, transporte para os jovens que frequentavam a rede escolar da área urbana do município. Em relação aos serviços de saúde, por iniciativa do agente comunitário de saúde da área, foi improvisado um posto de saúde em uma das residências do assentamento, cedida por um morador. Dessa forma, a população ali residente era atendida nesse local com consulta médica e odontológica, respectivamente, quinzenalmente e mensalmente, por meio de uma enfermeira e dentista da equipe do Programa de Saúde da Família. A Agente Comunitária de Saúde (ACS) realizava visitas diárias, sendo agendadas aos acamados visitas domiciliares pela equipe do PSF. Para o atendimento de urgência e/ou emergência surgidas no assentamento, era solicitada a ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).



Foto 65 – Posto de saúde

9.8 Organização social

A organização social era realizada por meio da Associação Comunitária do Assentamento Jurema, criada em 2002. À época, era presidente o Sr. Noé Luiz dos Santos, vice-presidente Ângelo Márcio Lima Silva, secretária Poliana Ferreira de Lima e tesoureira Cleide Ferraz, tendo eleições a cada dois anos, com ocorrência de reuniões e registro em ata. As famílias com recursos próprios construíram uma igreja evangélica. A igreja católica estava com seu templo em fase de construção, sendo as missas celebradas mensalmente em locais improvisados no assentamento. Também havia um campo de futebol, por trás das residências, para a prática de esportes de crianças e jovens que se identificavam com a atividade.

9.9 Situação fundiária e produtiva

Cada produtor do assentamento Jurema possuía 4,8 hectares de terra e mais uma pequena área com medidas que variava de 15 por 25 metros, onde foram construídas suas residências, dotadas de quintais produtivos, possuindo também reserva ambiental com área de 28,6 hectares.

Os lotes eram utilizados para o plantio de roças de milho, feijão e palma, no período chuvoso, entre os meses de março a julho, e para a produção de gado de leite e de carne e duplas de bois para utilização com implementos agrícolas no preparo da terra para o plantio, além da criação de ovinos e caprinos para comercialização desses animais para o abate. Observou-se que, na época do cultivo das roças, o gado era remanejado temporariamente para a reserva florestal nativa, devido à reduzida área do lote para o cultivo agrícola e produção pecuária. Na época de estiagem, o gado ocupava tanto a reserva ambiental como o lote. Nesse período, alguns animais eram comercializados para redução do plantel e melhor enfrentamento da escassez das pastagens.

Toda a produção de milho e feijão era estocada pelos assentados para consumo da própria família. Ocasionalmente, quando havia uma safra mais produtiva, parte da produção chegava a ser comercializada. Porém, a venda de produtos agrícolas ocorreu pela última vez havia cinco anos. A palma cultivada era utilizada apenas para consumo do gado bovino.

Tabela 17 – Situação fundiária do assentamento Jurema

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de hectares de reserva ambiental	Total de terras do assentamento em hectares
48	4,8	28,6	252

9.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano por meio de cisternas de placas. Além disso, também possuíam rede de abastecimento da Casal, que estava em fase de regularização. No período de estiagem não chegava água pela rede regularmente e a comunidade chegava a passar mais de três meses sem abastecimento. No período de seca, as cisternas eram abastecidas por meio de carro-pipa e essa água, além de ser utilizada para consumo humano, passava a dar suporte às atividades agropecuárias.

As atividades de plantio das roças dependiam exclusivamente de água de chuva.

Portanto, as roças eram plantadas apenas no período de março a julho. A partir de setembro até início de março do ano seguinte o lote funcionava apenas com atividades pastoris, mesmo assim com plantéis bastante reduzidos.

Constatou-se também que estavam em fase de construção no assentamento oito cisternas produtivas do tipo calçadão, além da construção de três barreiros. Essa construção acontecia a partir de acordo, que consistia na retirada de cascalho dos lotes pela prefeitura para recuperação de estradas vicinais em troca de maquinário e operador para construção dos barreiros.



Foto 66 – Implantação de cisterna na escola

9.11 Ações da Codevasf no assentamento

No assentamento Jurema foram aplicados seis cadastros pela Codevasf 5ª SR, com vistas ao desenvolvimento da atividade da cajucultura. A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para os seis produtores de acordo com os critérios estabelecidos pelo Plano Brasil Sem Miséria e distribuídas 450 mudas para cada família capacitada. O Programa Água para Todos da Codevasf beneficiou a Escola Municipal Ziane Costa, existente nesse assentamento, com a instalação de uma cisterna de polietileno com capacidade de 16 mil litros.



Foto 67 A e B – Atividades produtivas incentivadas pela Codevasf

9.12 Dados gerais

Gráfico 29 – Dados das famílias do assentamento Jurema

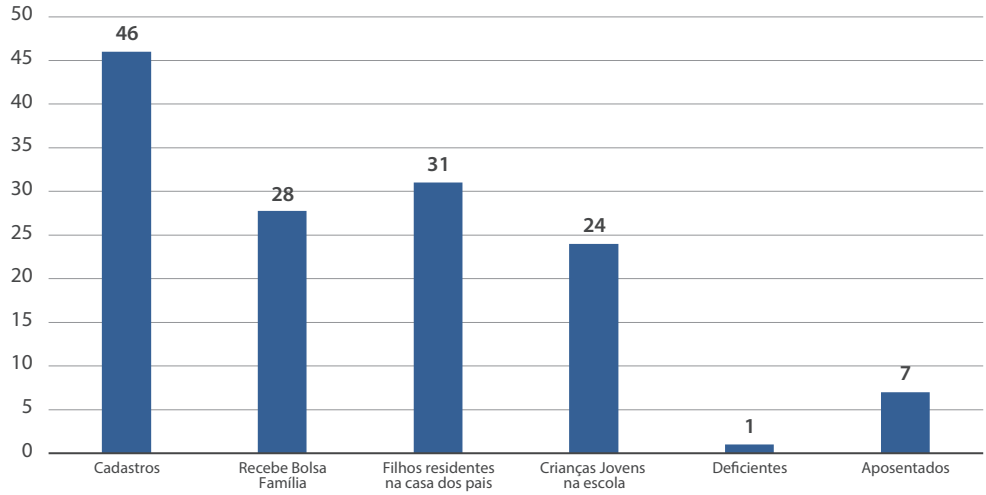


Gráfico 30 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Jurema

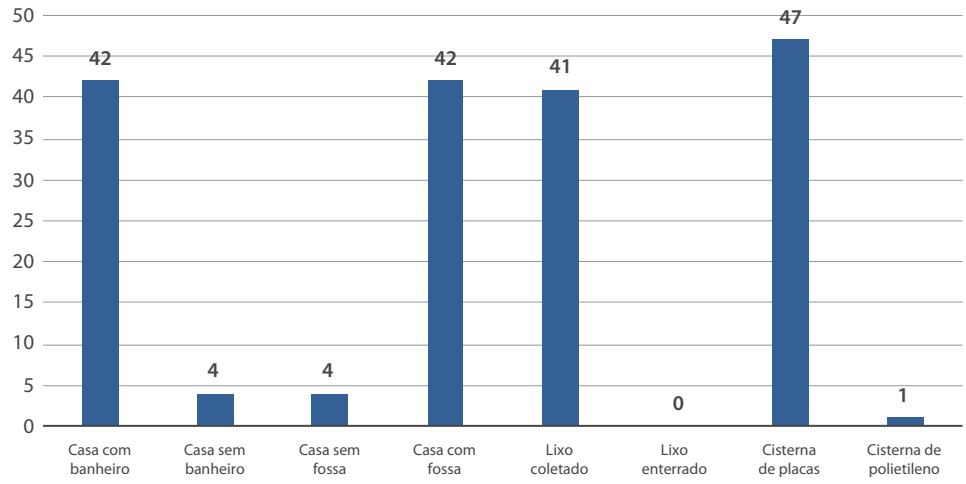


Gráfico 31 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Jurema

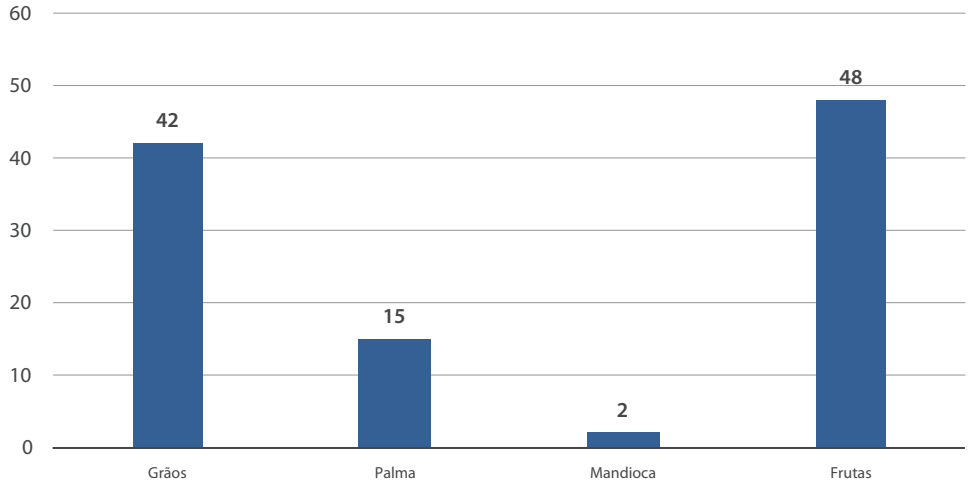
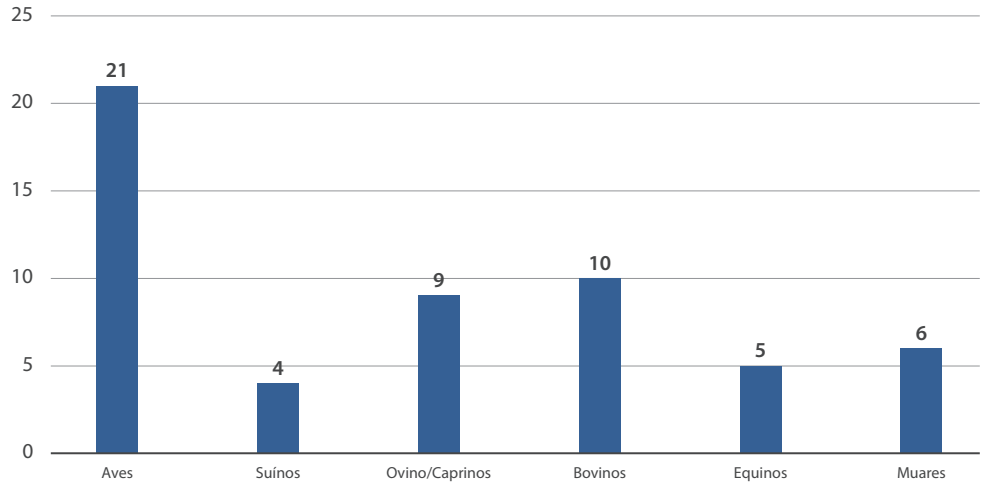


Gráfico 32 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Jurema





10 ASSENTAMENTO ARAÇÁ

O assentamento denominado Araçá, em relação ao aspecto demográfico, abrigava um contingente de sete famílias, em um total de 20 pessoas residentes. Essas famílias ocupavam uma área total de 115 hectares, já inclusa a área destinada à reserva ambiental. A seguir, na Foto 68, é mostrada uma vista geral do assentamento Araçá.



Foto 68 – Vista geral do assentamento Araçá

10.1 Histórico

A fazenda Araçá, localizada entre o assentamento Jurema e o povoado Pedrão, estava servindo apenas como local para pastagem de jumentos no ano de 2004. O Sr. Francisco Alves, parente do proprietário, juntamente com Edvone Dean e João Ramos, criaram uma associação com o objetivo de comprar essa terra e torná-la produtiva. Nesse mesmo ano, a Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Araçá, composta por sete membros, elaborou um relatório com a intenção de compra da terra por meio do crédito fundiário e enviou para os órgãos competentes em Maceió e Brasília. Concomitante a essa ação, cuidaram da terra, fizeram benfeitorias com instalação de cercas e, em 2007, foi liberado o recurso para efetivar a compra da propriedade. Com a informação de que havia um fazendeiro pagando mais pela propriedade, provocaram uma audiência, posicionando-se favoráveis à venda para a associação ou indenização dos mesmos. Em segunda audiência, ainda em 2007, a fazenda Araçá, com 105 hectares, distando 12 km da sede do município, foi adquirida pela associação, com o recurso liberado pelo crédito fundiário do Banco do Nordeste, no valor de R$ 51.700,00. Com carência de dois anos, esse financiamento teve início em 2009, com término previsto para 2021 e amortização de 50% no ato do pagamento das parcelas. Para construção de sete casas, foi liberado recurso do governo federal a fundo perdido no valor de R$ 35.000,00. Das sete famílias que viviam nesse assentamento, apenas uma era de Pernambuco, sendo as outras advindas do próprio município de Delmiro Gouveia. O nome do assentamento manteve o nome da fazenda, este proveniente da existência nessa terra de árvore frutífera de araçá.

10.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 4 de fevereiro de 2014
Horário: 15h
Local: Igreja Evangélica Assembleia de Deus, do assentamento Jurema.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; Vicente Carneiro e Vânia Cerqueira, do escritório da Codevasf de Delmiro Gouveia; representantes dos assentamentos Araçá e Jurema; e equipe de ação social do Programa Água para Todos, Eleniz Lisboa, da Codevasf 5ª SR e Arleid Souza, da empresa de apoio JM (FOTO 69).



Foto 69 – Apresentação do plano

10.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 4 de fevereiro de 2014
Horário: 17h
Composição:
- Rita de Cássia Lima Silva
- João Ramos dos Santos
- João Pedro de Almeida




Foto 70 A e B – Eleição da comissão comunitária

10.4 Cadastramento das famílias

Período: 6 de fevereiro de 2014
Quantidade total de residências: 7
Quantidade de cadastros aplicados: sete famílias cadastradas, onde mediante tabulação dos dados, registrou-se, nessa localidade, um contingente populacional de 20 habitantes.



Foto 71 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

Tabela 18 – Situação demográfica identificada do assentamento Araçá

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Araçá	07	20

10.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências




Foto 72 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

10.6 Diagnóstico participativo

Esse diagnóstico ocorreu na sede da associação, no dia 24 de julho de 2014, onde foi registrada a presença de sete assentados. Na reunião, foi utilizada a técnica de trabalho de grupo, confecção de cartazes e exposição oral, sendo dessa forma oportunizada a todos a participação ativa na elaboração do diagnóstico do assentamento. O resultado compõe os subitens a seguir relacionados.



Foto 73 – Diagnóstico participativo com a comunidade

10.7 Educação e saúde

Em Araçá, com apenas sete famílias residentes, eram utilizados os serviços de saúde e educação do assentamento Jurema, que fica aproximadamente a 500 metros de distância. Dessa forma, as crianças frequentavam a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ziane Costa, do assentamento Jurema. Os jovens, que frequentavam a rede de ensino na área urbana, tinha acesso ao transporte escolar disponibilizado pela prefeitura municipal. As famílias eram atendidas por um agente comunitário de saúde, que residia e atendia também no assentamento Jurema. Essas famílias tinham acesso às consultas médicas e odontológicas quinzenalmente, que ocorriam no posto de saúde improvisado em uma das residências em Jurema.

10.8 Organização social

Criada em 2004, a Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Araçá, com o objetivo da compra da terra, era composta por um presidente, o Sr. João Ramos dos Santos, um secretário, Sr. João Pedro de Almeida, e uma tesoureira, a Sr.ª Maria Aparecida do Nascimento. A eleição era realizada a cada dois anos. Os membros construíram, com recursos próprios, a sede da associação para ocorrência de reuniões e encontros para palestras, capacitações, armazenamento de materiais, entre outros.

As famílias frequentavam os cultos e as missas que eram celebradas no assentamento Jurema, como também compartilhavam festividades.

Em sua área residencial, o assentamento era constituído de quintais produtivos e possuía sete residências, construídas pelos próprios agricultores com recursos do Banco da Terra, no valor de R$ 5.000,00 para cada casa, a fundo perdido. Com a sobra desses recursos, foi construída uma edificação, de área de aproximadamente 30 m^2, onde funcionava a sede da associação do assentamento.

10.9 Situação fundiária e produtiva

O assentamento Araçá era composto por uma área total de aproximadamente 105 hectares, dividida para sete produtores e distribuída por meio da Associação da Fazenda Araçá. Cabia a cada um deles uma área de 11 hectares. Do total da área, 21 hectares faziam parte da reserva ambiental, equivalente a 20% – existiam dois barreiros nessa área. Havia também seis hectares, seis hectares destinados às residências e quintais produtivos.

Os lotes eram utilizados para o plantio de roças de milho, feijão e palma no período chuvoso, que ocorria entre os meses de março a julho. Os produtores possuíam uma média de seis cabeças de gado bovino por família e 11 cabeças de ovinos e caprinos, além de um jegue ou cavalo para puxar cargas diversas em carroças de tração animal. Toda a produção de milho e feijão era estocada pelos assentados para consumo da própria família.

Possuíam também benefícios por meio do Pronaf, utilizado para implantação de cercas nos lotes. Esse benefício tinha rebate de 40% na data de amortização do empréstimo.

Tabela 19 – Situação fundiária do assentamento Araçá

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado (lote)	Total de hectares do quintal produtivo	Total de terras do assentamento em hectares
07	11	06	119

10.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano por meio de cisternas de placas e possuíam rede de abastecimento desviada do sistema de adução provisório do assentamento Jurema. No período de estiagem, as cisternas eram abastecidas por carro-pipa. Normalmente o transporte de água era providenciado pela prefeitura municipal.

O assentamento era dotado de um barreiro com área de duas tarefas e de uma barragem de pedra com área de três tarefas, cujos reservatórios atendiam, temporariamente, a demanda de água dos animais. Havia também um riacho temporário que ficava entre o assentamento Jurema e Araçá, que, no período chuvoso, alagava as casas próximas. No assentamento, foram implantadas três cisternas calçadão para produção agrícola e criação de pequenos animais.

O Governo do estado de Alagoas desenvolvia nesse assentamento o Programa Água Doce, dotado de um sistema simplificado de água com poço artesiano de vazão de 9 mil litros por hora e dessalinizador, utilizado para consumo humano e dessedentação de animais, além de um tanque para estocagem da água de rejeito, para criação de peixes.



Foto 74 A e B – Poço artesiano e barragem comunitários

10.11 Ações da Codevasf

A Codevasf 5ª SR aplicou no assentamento Jurema dois cadastros voltados à obtenção de dados da família para o desenvolvimento das atividades de cajucultura e apicultura. A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para os produtores e distribuídas 450 mudas de caju para cada família capacitada, além de dois kits de apicultura. Também estava em fase de implantação um tanque de resfriamento de leite – uma iniciativa do Governo Federal, por meio da Codevasf.

10.12 Dados gerais

Gráfico 33 – Dados das famílias do assentamento Araçá

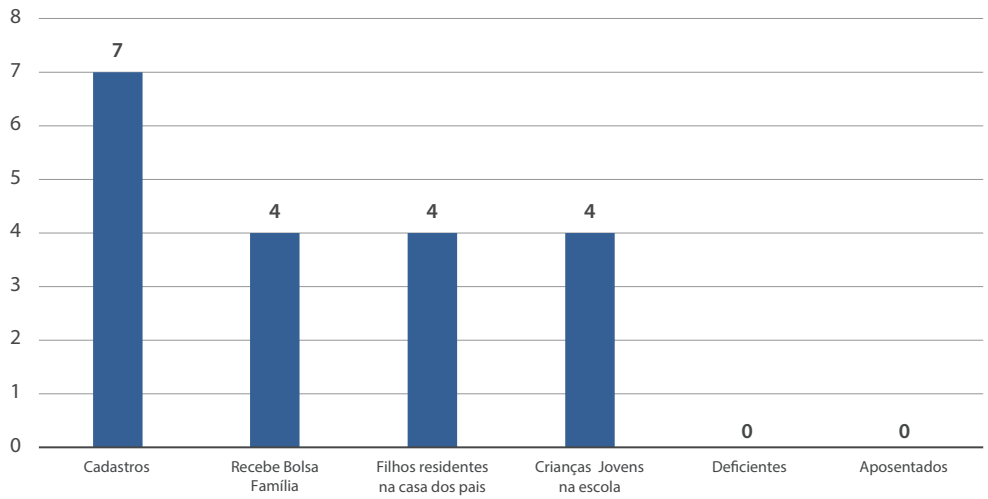


Gráfico 34 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Araçá

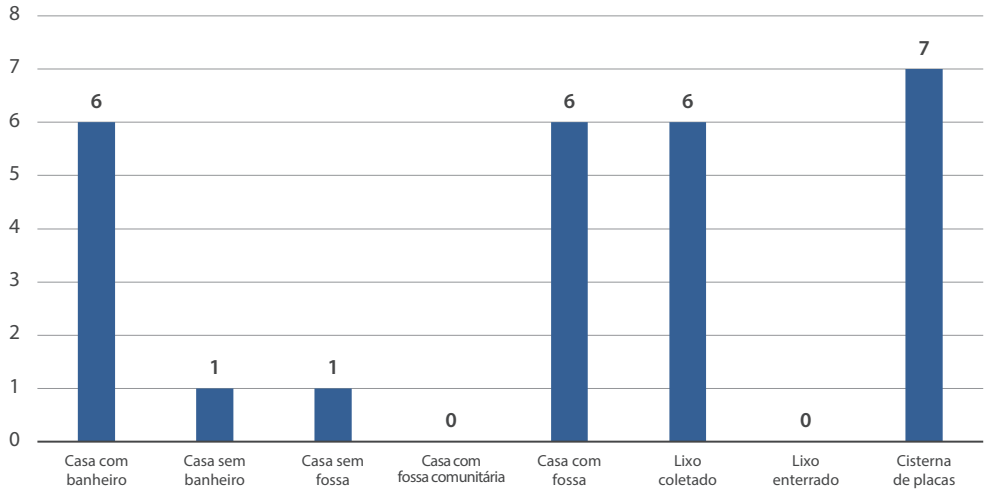


Gráfico 35 – Dados da agrícolas com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Araçá

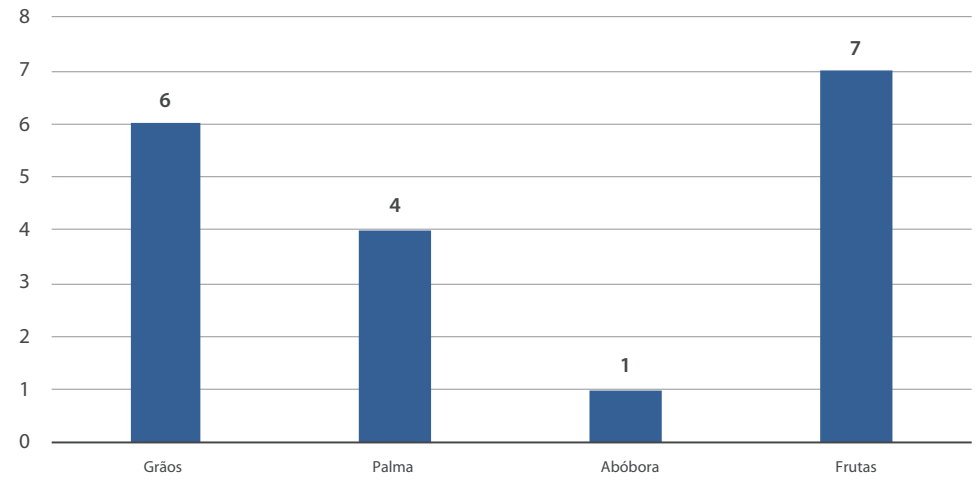
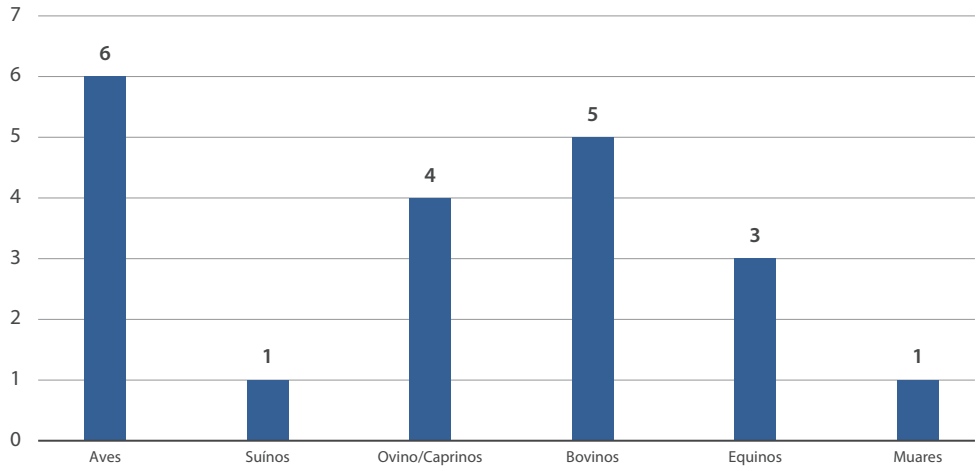
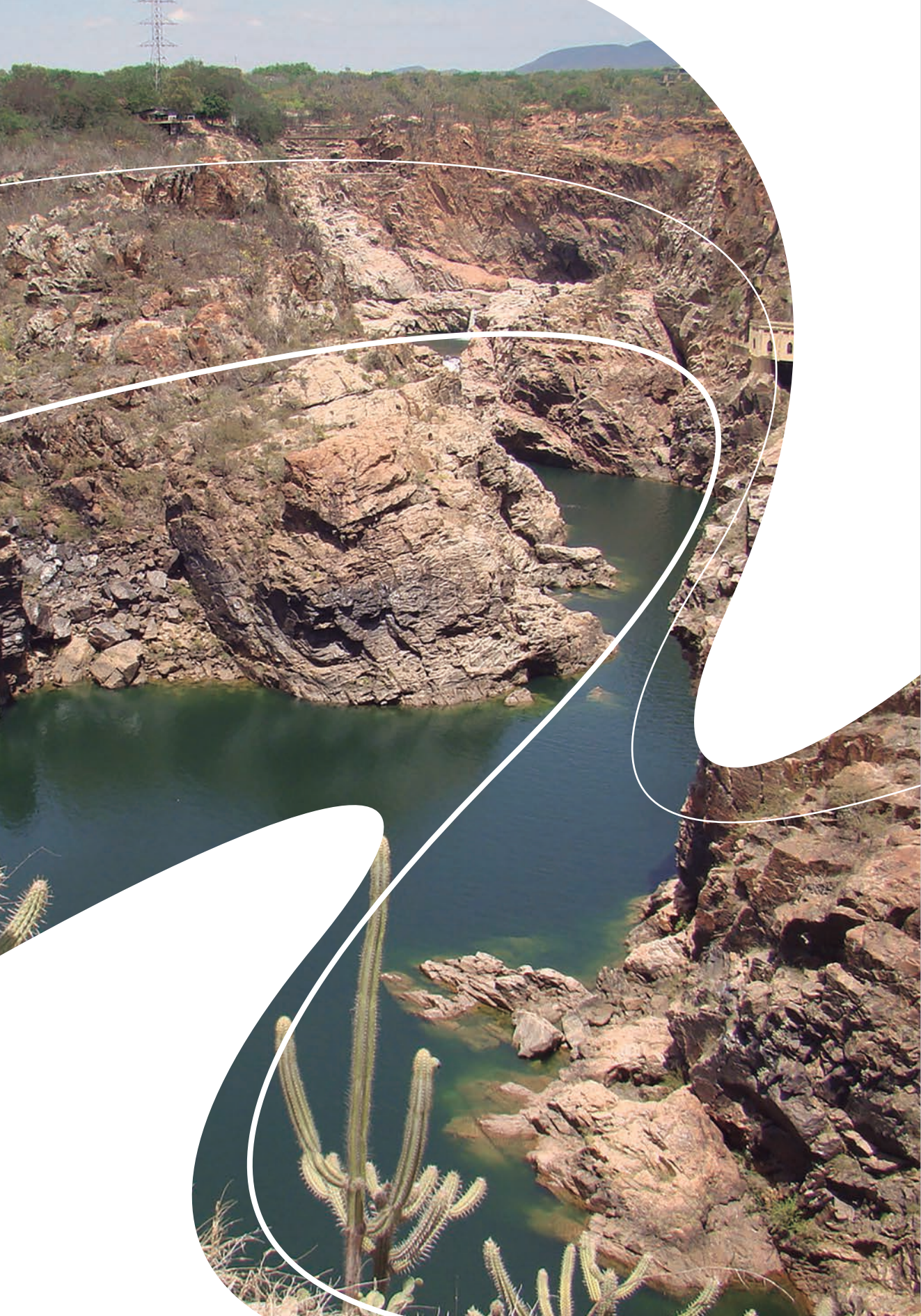


Gráfico 36 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Araçá





11 ASSENTAMENTO BOA VISTA

O assentamento Boa Vista, cuja vista panorâmica é apresentada na Foto 75 a seguir, possui uma área total, incluindo a área de reserva ambiental, de 356 hectares. No assentamento, residiam 55 pessoas, componentes de 14 famílias.



Foto 75 – Vista geral do assentamento Boa Vista

11.1 Histórico

A partir do interesse comum de 14 famílias em adquirir uma propriedade rural e torná-la produtiva por meio de sistemas de irrigação, houve a ocupação do assentamento Boa Vista. A então fazenda – que possuía também o nome Boa Vista, que originou a denominação do assentamento – partilhada entre os herdeiros do Dr. Ulisses Luna, estava à venda e com a documentação legalizada. Situada na proximidade do rio São Francisco, a terra despertou o interesse em Genivaldo Arcanjo, Ademir Oliveira e Alessandro, que criaram uma associação no ano de 2000. O objetivo era o de obter financiamento do Banco do Nordeste, por meio do Programa Banco da Terra, do Governo Federal, para a sua compra. Nesse mesmo ano, foi liberado recurso para a compra da então herdeira, Solange Luna. As 14 famílias, algumas já substituídas por pessoas com os mesmos interesses, construíram suas casas nessa terra, que possui área de 360 hectares, com vias de difícil acesso, situada entre os povoados Jardim Cordeiro e o Cruz, distando 21 km da sede do município. Permaneceram nessa localidade durante algum tempo, sem acesso por estradas, nem fornecimento de energia elétrica e água, tendo o rio São Francisco como a única fonte de abastecimento. Posteriormente, em 2006, obtiveram energia elétrica, por meio do Programa Luz para Todos. A maioria das famílias são advindas do município de Delmiro Gouveia.

11.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 5 de fevereiro de 2014
Horário: 15h
Local: Residência do Sr. Genivaldo Arcanjo Lima, no assentamento Boa Vista.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; Ivan Craveiro, superintendente da Codevasf 5ª SR; Vicente Carneiro, do escritório da Codevasf 5ª SR de Delmiro Gouveia; integrante da equipe de ação social do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eleniz Lisboa; Arleid Souza, da empresa de Apoio JM; secretário de Agricultura de Delmiro Gouveia Antenor Serpa; Pedro Soares e Eloízio, membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Água

para Todos de Delmiro Gouveia; Maria José da Silva, líder dos assentados da região; Fernando de Souza e Aline Zampar, professores da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Geovanna Ferraz, assessora de comunicação da prefeitura de Delmiro Gouveia e representantes do assentamento Boa Vista.



Foto 76 – Apresentação do plano

O Plano foi apresentado pelo Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta, com intensa participação da comunidade e do Poder Público Municipal.

11.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 5 de fevereiro de 2014
Horário: 17h
Composição:
- Genivaldo Arcanjo Lima
- Maria de Lourdes dos Santos
- José Fábio Silva Cunha



Foto 77 A e B – Eleição da comissão comunitária

11.4 Cadastramento das famílias

Período: 13 de fevereiro de 2014
Quantidade total de residências: 14
Quantidade de cadastros aplicados: 14 famílias cadastradas. Registrou-se nessa localidade um contingente populacional de 55 habitantes.



Foto 78 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

Tabela 20 – Situação demográfica identificada do assentamento Boa Vista

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Boa Vista	14	55

11.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências





Foto 79 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

11.6 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo teve como objetivo a obtenção de conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, foi realizado um resgate histórico do assentamento, como também coletadas as informações sobre as condições de vida com relação à saúde, educação, organização social, meio ambiente, situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico ocorreu em uma das residências do assentamento, no dia 24 de julho de 2014, com a participação de 19 assentados. Na reunião, foram utilizadas as técnicas de roda de conversa e discussão coletiva, sendo, dessa forma, oportunizada a todos a participação ativa na elaboração do diagnóstico da comunidade.



Foto 80 – Diagnóstico participativo com a comunidade

11.7 Educação e saúde

O acesso de crianças e jovens à escola era realizado por meio do transporte escolar, disponibilizado pela prefeitura municipal nos horários matutino e vespertino. Em relação aos serviços de saúde, as famílias buscavam o atendimento nos postos de saúde dos povoados Jardim Cordeiro e Cruz, que ficam a 7 km do assentamento. As famílias não tinham atendimento de agente comunitário de saúde. Para as ocorrências de casos de emergência médica, pediam auxílio aos vizinhos que dispunha de transporte, para o necessário deslocamento à rede municipal.

11.8 Organização social

A organização comunitária ocorria por meio da Associação dos Agricultores Rurais do Assentamento Boa Vista, criada em 2002, no mesmo ano da ocupação da terra. Era composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e diretor social, com eleição a cada dois anos, ocorrendo reuniões periódicas registradas em ata. As 14 famílias desse assentamento são exemplo de união e cooperativismo, colaborando financeiramente para aquisição e instalação de um sistema de captação de água que beneficia a todas elas, além de promoverem outros serviços comunitários.

Os membros que participavam da associação adquiriram financiamento para a compra da terra, a ser pago em parcelas anuais, com início após o período de carência, em 2002, e com término inicialmente previsto para 2020. Devido à situação financeira, alguns associados não estavam com esse compromisso regularizado, recorrendo ao Banco do Nordeste e acatando a proposta de individualização da dívida, com refinanciamento estendido até 2029. Assim, foi estipulado um prazo até o mês de setembro do ano da realização deste diagnóstico para registrarem em cartório a nova forma de pagamento das parcelas individuais.

11.9 Situação fundiária e produtiva

O assentamento Boa Vista tem área total de 345,5 hectares, incluindo a área da reserva ambiental de 65 hectares. Os 14 assentados possuem lotes de terra com área que varia de 19 a 22 hectares, somando 280 hectares de área produtiva. As casas residenciais foram construídas na mesma área do lote, dotadas de quintais produtivos.

Os lotes eram utilizados para o plantio de roças de milho, feijão, palma e capim. Os assentados obtinham sementes de milho com preço subsidiado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Santana do Ipanema. Apenas o lote do Sr. Genivaldo Arcanjo Lima possuía plantações diferenciadas dos demais, onde eram cultivados banana, maracujá, maxixe e feijão de corda. Esse associado também tinha criação de abelhas para a produção de mel. Os produtos colhidos da roça e do apiário eram comercializados em grande parte junto aos programas sociais do Governo Federal como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, com limite de até R$ 5.500,00 por ano. Um dos produtores comercializava melancia nas feiras livres para complementar o sustento da família, sendo o produto comprado em outras localidades fora de Alagoas, e também em Rodelas e Nova Glória (BA).

Toda a produção de milho e feijão era estocada pelos assentados para consumo da própria família. Uma boa parte do milho, juntamente com a palha da planta, era utilizada como silagem para os animais.




Foto 81 A e B – Atividades produtivas do assentamento Boa Vista

Tabela 21 – Situação fundiária do assentamento Boa Vista

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado (lote)	Total de hectares do quintal produtivo	Total de terras do assentamento em hectares
14	20	0,8	356

11.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano, por meio de dez cisternas de placas e três de polietileno. No período de estiagem, as cisternas eram abastecidas por carros-pipa. O assentamento ainda possuía oito cisternas tipo calçadão, construídas pelo Governo de Alagoas, por meio do Programa Água para Todos. O lote do Sr. Genivaldo, situado às margens do rio São Francisco, era dotado de um pequeno sistema de captação de água do rio. Essa captação foi adquirida a partir de contribuições dos associados, sendo o conjunto de motor bomba pertencente à associação. As tubulações para adução foram adquiridas com recursos próprios do Sr. Genivaldo.

Esse lote se tornou ponto de referência no assentamento para suporte aos demais, em relação ao suprimento de água para uso diverso, tanto para os moradores, quanto para os animais.



Foto 82 – Implantação de cisterna pela Codevasf

11.11 Potencial turístico

O assentamento Boa Vista tem uma localização privilegiada por ser banhado pelo São Francisco; é situado na borda do cânion do rio, tendo abaixo a represa de Xingó, que é utilizada também para a pesca. O local tem uma vista muito atraente. O cânion da área do assentamento já era utilizado para a realização de eventos esportivos radicais e de competição náutica, segundo relatos da Sr.ª Maria Aparecida dos Santos Lima, esposa de Sr. Genivaldo.



Foto 83 – Vista do cânion do rio São Francisco

11.12 Ações da Codevasf

A Codevasf 5ª SR aplicou cadastros no assentamento para obter dados das famílias, objetivando o desenvolvimento das atividades da cajucultura (oito famílias) e da apicultura (quatro famílias). A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações e distribuídos quatro kits de apicultura e 450 mudas de caju para cada família capacitada.

O Programa Água para Todos da Codevasf também beneficiou o assentamento com implantação de um barreiro para a acumulação de água para dessedentação animal, plantação de hortaliças e criação de peixes de forma coletiva para benefício dos produtores locais, além da implantação de três cisternas de polietileno.



Foto 84 A e B – Atividades produtivas incentivadas pela Codevasf

11.13 Dados gerais

Gráfico 37 – Dados das famílias do assentamento Boa Vista

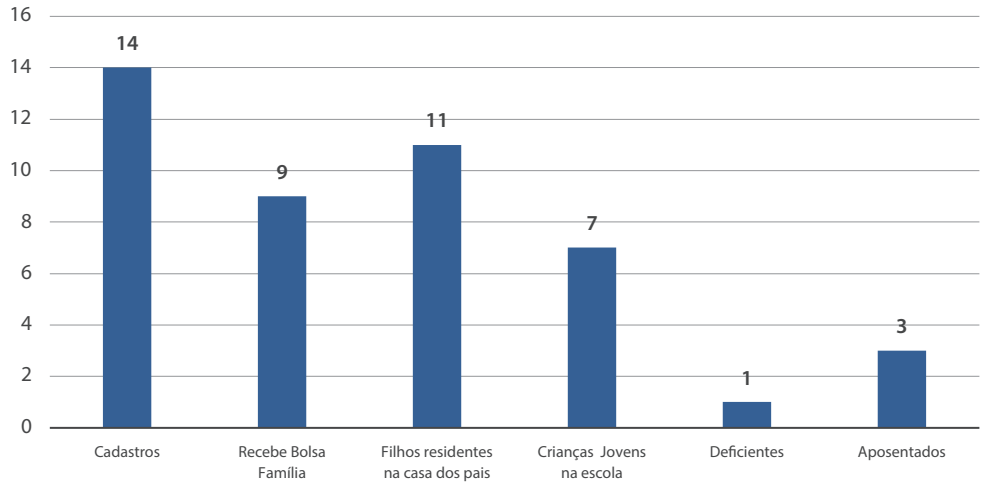


Gráfico 38 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Boa Vista

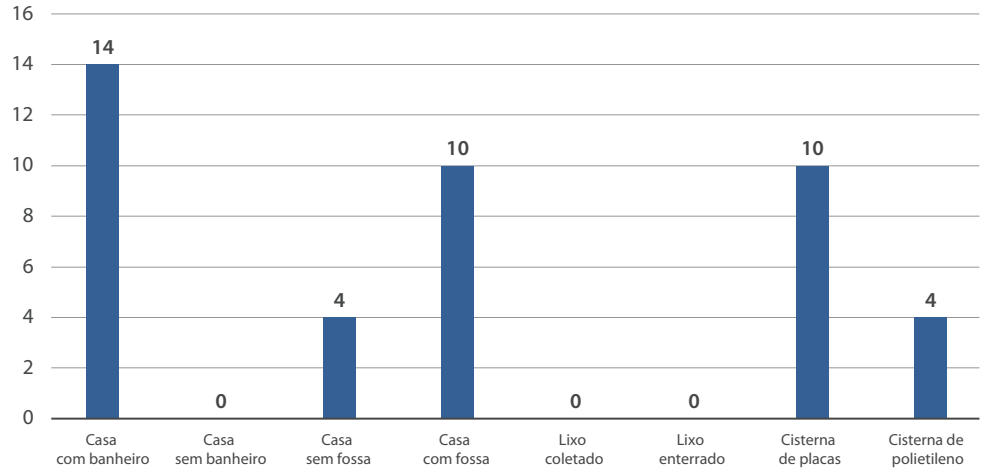


Gráfico 39 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Boa Vista

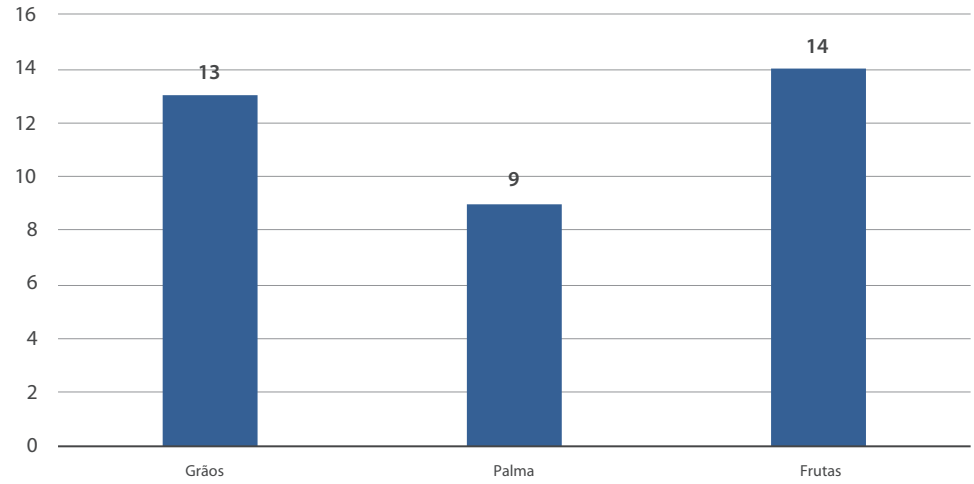
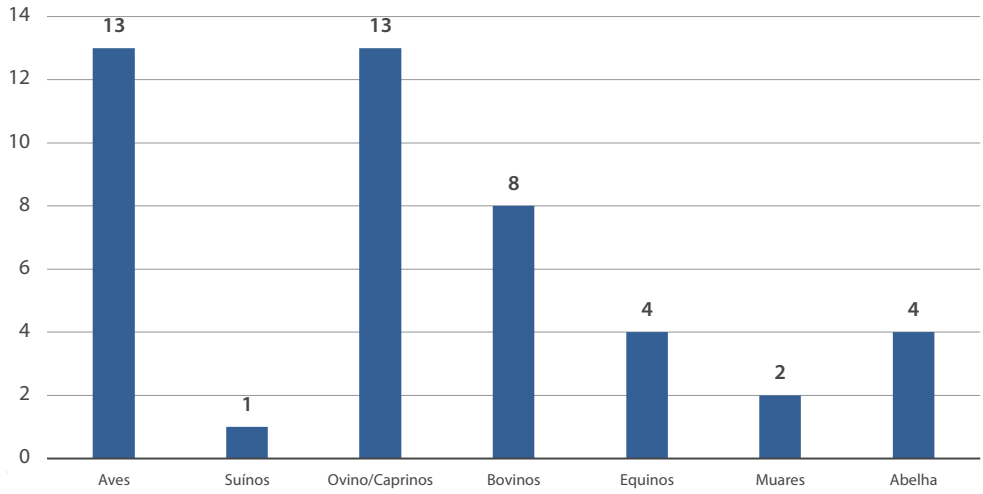


Gráfico 40 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Boa vista





12 ASSENTAMENTO MANDACARU

O número de habitantes pesquisados no assentamento Mandacaru foi de 50 pessoas, que faziam parte de 13 famílias ocupantes de uma área total de quase 208 hectares, incluída a área destinada à reserva ambiental. A seguir, na Foto 85 é apresentada uma vista panorâmica do assentamento Mandacaru.



Foto 85 – Vista geral do assentamento Mandacaru

12.1 Histórico

A fazenda Mandacaru pertencia ao dono popularmente conhecido como Ciríaco Baião. Em 2004, foi iniciada a negociação para torná-la assentamento. Com o incentivo de Ginaldo, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), reuniram-se 13 famílias, sendo uma delas a família do Sr. José Lima, que compunha a liderança do grupo. Foi criada, então, a Associação Nova Esperança do assentamento Mandacaru, objetivando a compra da terra pelo Programa Crédito Fundiário. Uma negociação amigável, mediante interesse de venda do proprietário e os esforços desses associados que contribuíram financeiramente para a regularização da documentação da terra. Liberado o recurso em 2007, com o apoio da Secretaria Estadual de Agricultura, algumas famílias, desde o início, construíram casas de alvenaria, sendo que uma família ocupou a casa da fazenda. A partir disso, deram início ao preparo do solo para o plantio, colocaram cercas e ali permaneceram residindo por mais de cinco anos sem acesso à luz e com abastecimento de água precário. Em 2009, foram construídas as casas com recursos do Governo Federal, a fundo perdido e, em 2010, receberam de forma regular energia elétrica e água. Esse assentamento, com extensão de área de 208 hectares, fica localizado entre a sede do município de Delmiro Gouveia e o povoado Pedrão, que dista 6 km da sede municipal.

12.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 5 de fevereiro de 2014
Horário: 9h
Local: Sede da Associação Nova Esperança do assentamento Mandacaru.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; representantes do assentamento Mandacaru e equipe de ação social do Programa Água para Todos, Eleniz Lisboa e Arleid Souza, respectivamente da Codevasf 5ª SR e da empresa de apoio JM.



Foto 86 – Apresentação do plano

12.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 5 de fevereiro de 2014
Horário: 10h30
Composição:
- Maria Aparecida Gerônimo dos Santos
- José Lima de Oliveira
- Cícero Vieira Sandes





Foto 87 A e B – Eleição da comissão comunitária

12.4 Cadastramento das famílias

Período: 11 de fevereiro de 2014
Quantidade total de residências: 15. Sendo que, duas dessas são construídas em lotes dos pais.
Quantidade de cadastros aplicados: 13 famílias cadastradas. Mediante tabulação dos dados, registrou-se, nessa localidade, um contingente populacional de 50 habitantes.

Tabela 22 – Situação demográfica identificada do assentamento Mandacaru

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Mandacaru	13	50



Foto 88 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

12.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências



Foto 89 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

12.6 Diagnóstico participativo

Foi realizada uma reunião com as famílias do assentamento para o conhecimento de sua história desde a criação e a coleta de informações quanto às condições de vida em relação à saúde, educação, organização social, meio ambiente, situação fundiária e produtiva e à fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico ocorreu na sede da associação, no dia 30 de julho de 2014, com o comparecimento de 13 assentados. Na reunião, foram utilizadas as técnicas de roda de conversa e discussão coletiva, sendo, dessa forma, oportunizada a todos a participação ativa na elaboração do diagnóstico do assentamento.



Foto 90 – Diagnóstico participativo com a comunidade

12.7 Educação e saúde

As crianças e os jovens do assentamento frequentavam a escola na área urbana do município e a prefeitura disponibilizava o transporte escolar no período da manhã e à tarde. Os serviços de saúde eram atendidos pela agente comunitária de saúde do povoado Pedrão, que procedia com marcação de consultas e exames. Na ocorrência de urgências, eram socorridos por moradores do próprio assentamento que dispunha de transporte e levados à sede municipal.

12.8 Organização social

A organização comunitária era realizada por meio da Associação Nova Esperança do assentamento Mandacaru, criada em 2004. À época tinha como presidente o Sr. João Batista dos Santos; vice-presidente o Sr. Adalberto Manoel da Silva; secretário o Sr. José Lima de Oliveira; e tesoureira a Sr.ª Evânia Maria da Silva. As eleições eram realizadas a cada três anos, conforme regia o estatuto e ocorriam reuniões periódicas, que eram registradas em ata. A associação possuía sede, onde, inclusive, eram realizadas as reuniões, além da celebração de missas ocorridas mensalmente e reza do terço aos sábados. Os membros que compunham a associação obtiveram o financiamento para a compra da terra, a ser pago em parcelas anuais. Após período

de carência de dois anos, o pagamento teve início em 2009 e com término previsto para 2021, com desconto de 50% na data do vencimento. Na associação não havia ocorrência de inadimplência em relação ao financiamento da terra.

12.9 Situação fundiária e produtiva

O assentamento Mandacaru tem área total de 207,9 hectares, incluindo a área de reserva ambiental. Aos 13 associados agricultores com suas famílias, cabem 11,4 hectares de terra para cada, que corresponde a um total de 148,2 hectares.

As casas residenciais estão dispostas na área comum da agrovila, dotadas de quintais produtivos, com duas tarefas de terra para o plantio de hortaliças e criação de pequenos animais. Neles eram plantadas fruteiras, batata doce e mandioca. A maioria também criava galinhas. Nessa área ficava o abrigo para ovinos e caprinos criados nos lotes.

Além da criação de animais, os lotes eram utilizados para o plantio de roças de milho, feijão, palma, abóbora, maxixe e melancia. Os assentados utilizavam o pasto nativo existente na reserva ambiental.

Alguns produtores faziam suas roças consorciadas com diversas culturas. Apenas no período chuvoso, conseguiam produzir abóbora, feijão de corda, milho e feijão de arranca (carioquinha). Parte dessa produção era vendida para o PAA – ressalta-se que quatro produtores eram cadastrados nesse programa.

Além disso, quatro produtores tinham criação de abelhas para produção de mel, fornecendo seu produto para a casa do mel, sendo dois deles cadastrados no PAA, pois enviavam parte da produção para o programa. A produção de milho e feijão era estocada pelos assentados para consumo da própria família, cujas roças estavam se tornando cada vez mais de subsistência. Uma boa parte do milho, incluindo a palha da planta, era utilizada como silagem para os animais. Recebiam da Seagri ração animal como silagem e xerém de milho, além de sementes para plantio de milho e sorgo. Alguns assentados obtiveram crédito do Pronaf na modalidade A, voltado para implementação das atividades da caprinocultura, possuindo à época 16 animais.



Foto 91 – Propriedade do produtor José Lima

Tabela 23 – Situação fundiária do assentamento Mandacaru

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA					
Total de assentados	Total de hectares por assentado (lote)	Total de hectares de reserva ambiental	Total de hectares do quintal produtivo por assentado	Total de hectares de área coletiva	Total de terras do assentamento em hectares
13	11,4	50,7	0,6	1,2	207,9

12.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água tratada fornecida pela Casal para consumo humano, além de possuir cisternas de placas. O assentamento era dotado de uma pequena barragem, localizada na área da reserva ambiental, que ocupava área aproximada de uma tarefa de terra. Tem grande utilidade para dessedentação animal, mas permanece com água apenas até seis meses após o período chuvoso. Quando a barragem secava, os animais eram abastecidos com água que os agricultores conseguiam das cisternas e da rede pública.

12.11 Ações da Codevasf

A Codevasf 5ª SR aplicou cadastros com a finalidade de coletar dados da família para o desenvolvimento das atividades da cajucultura (duas famílias) e da apicultura (três famílias). De posse do levantamento, foram realizadas capacitações para os produtores e depois distribuídos três kits de apicultura e 450 mudas de caju para cada família capacitada, visando dar suporte e incrementar a atividade de produção de mel de abelha e de castanha de caju na localidade.



Foto 92 A e B – Atividades produtivas incentivadas pels Codevasf

12.12 Dados gerais

Gráfico 41 – Dados das famílias do assentamento Mandacaru

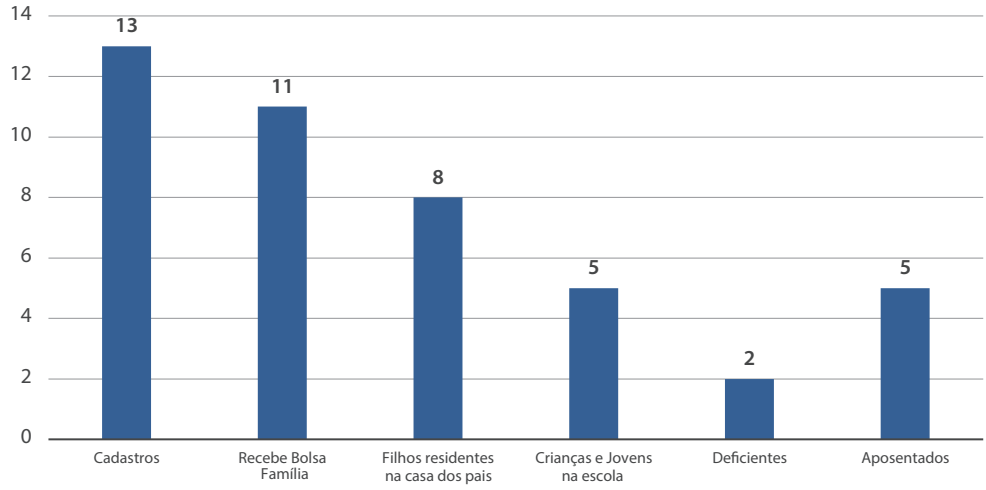


Gráfico 42 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Mandacaru

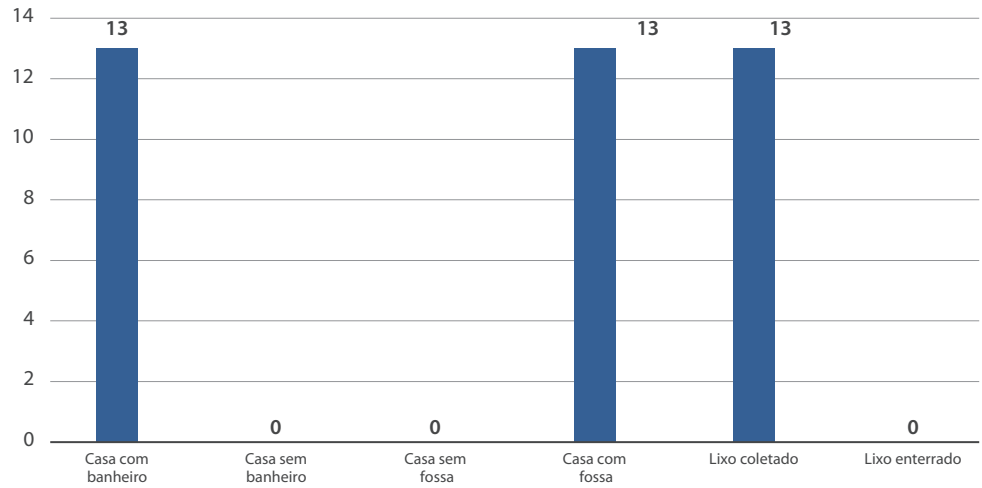


Gráfico 43 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Mandacaru

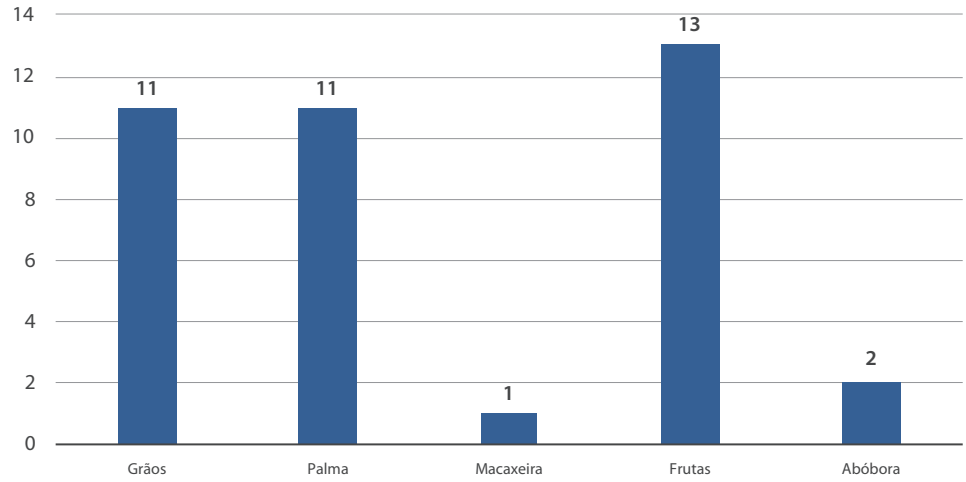
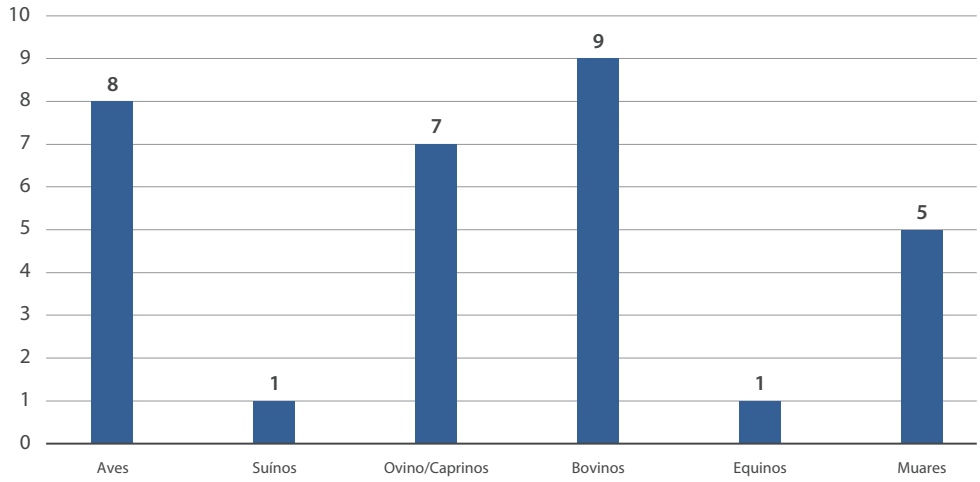
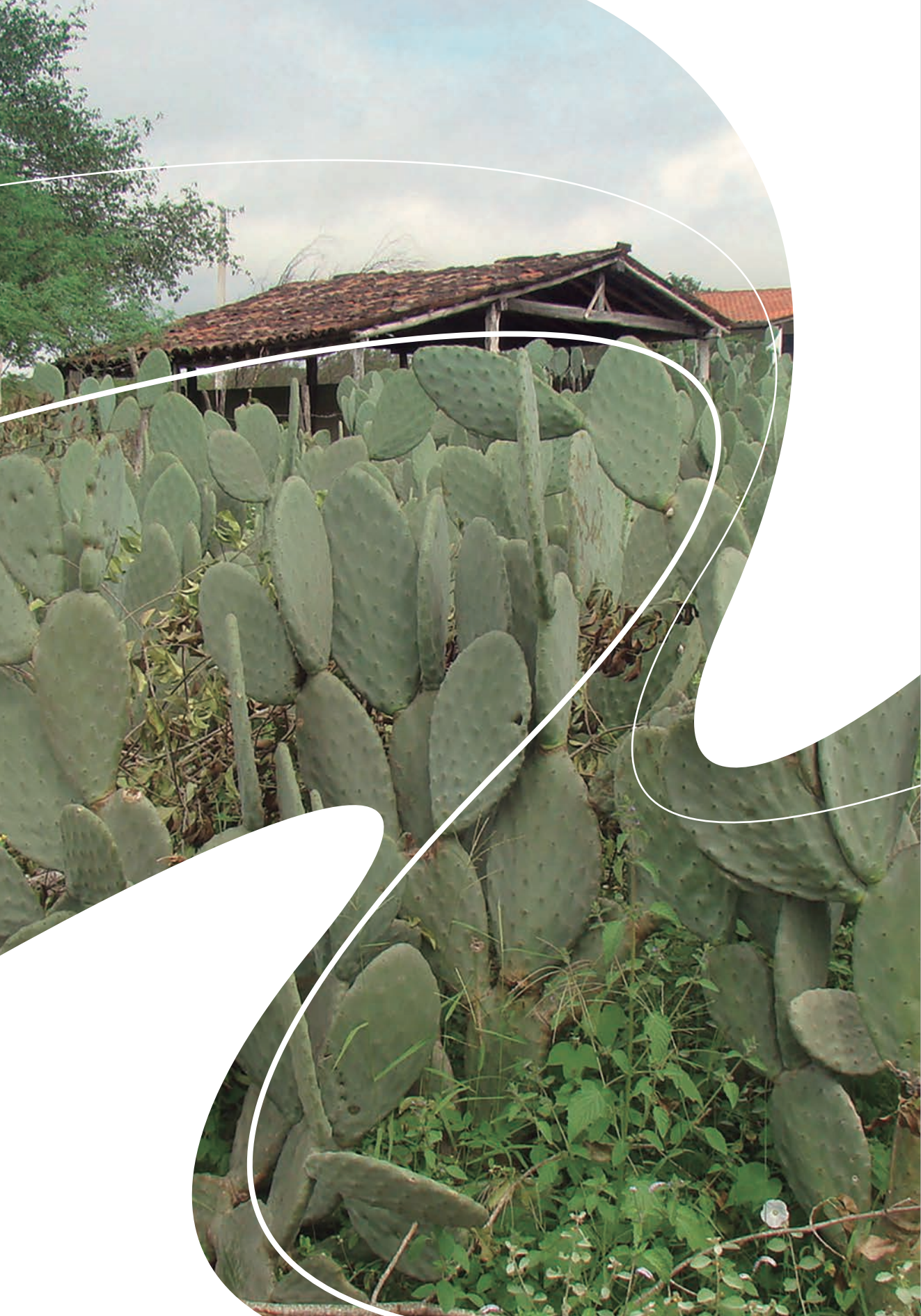


Gráfico 44 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Mandacaru





13 ASSENTAMENTO MOXOTÓ DAS AREIAS

O assentamento Moxotó das Areias possui uma área total de 274,24 hectares, incluída a área de reserva ambiental. Nesse assentamento, foram cadastradas 20 famílias, que somam 55 pessoas residentes. A vista geral da área do assentamento é apresentada na Foto 93 a seguir.



Foto 93 – Vista geral do assentamento Moxotó das Areias

13.1 Histórico

A área de Moxotó das Areias foi ocupada em 1995 por 32 famílias, depois que as terras foram indenizadas pelo governo. Essas famílias, a princípio, acamparam nas proximidades das margens do rio São Francisco, onde a Chesf detinha área destinada à construção de uma barragem. Logo depois, o Governo Federal adquiriu as terras para implantação do Plano Piloto, com o objetivo de implementar sistemas de irrigação, compreendendo uma grande extensão de área pertencente aos então fazendeiros Nelson Correia de Araújo, José de Marica, Augusto Correia, Antônio Pedro dos Santos e Aderval Tenório, na época dono da Fábrica da Pedra. Reuniram-se nessas terras pessoas de outras localidades, chegando a se aglomerar 100 famílias. Algumas delas saíram para construir seus barracos na comunidade Juá. Situada entre os povoados Sinimbu e São Sebastião, com abrangência de 172,5 hectares, permaneceram 23 famílias nessa terra, distante 18 km da sede do município. Criaram uma associação, tendo como fundadores e líderes dessa ocupação José Francisco da Silva, José Joaquim dos Santos, José Domingos Neto e Cícero Vicente dos Santos. Uma vez organizados, dividiram os lotes de forma igualitária; procederam com o cadastro no Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); construíram barracos de lona e durante quatro anos buscaram água no rio São Francisco para consumo de uma forma geral. Inicialmente utilizaram lenha da caatinga para fazer carvão e vender em sacos para adquirir o sustento da família. O fornecimento de energia veio ocorrer em janeiro de 2013. Essas famílias, advindas dos municípios de Água Branca, Santana de Ipanema e de Delmiro Gouveia, deram o nome ao assentamento devido à ocupação das famílias às margens do rio Moxotó.

13.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 4 de setembro de 2014
Horário: 9h
Local: Residência do Sr. José Francisco da Silva.
Participantes: Márcio Cruz, mobilizador social da Codevasf 5ª SR; Arleid Souza, técnica social da empresa de apoio JM, representantes do assentamento Moxotó das Areias e proprietários de lotes do Sítio Angico.



Foto 94 – Apresentação do plano

13.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 4 de setembro de 2014
Horário: 11h
Composição:
- José Francisco da Silva (Zé Sinimbu)
- Cícero Rodrigues dos Santos (Cícero Jatobá)
- Genivaldo Luiz da Paz





Foto 95 A e B – Eleição da comissão comunitária

13.4 Cadastramento das famílias

A Codevasf realizou 19 cadastros, sendo que um dos assentados possuía dois lotes.

Quantidade total de residências: 20

Quantidade de cadastros aplicados: 19

Tabela 24 – Situação demográfica identificada do assentamento Moxotó das Areias

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Moxotó das Areias	19	55



Foto 96 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

13.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências



Foto 97 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

13.6 Diagnóstico participativo

Esse diagnóstico participativo ocorreu na residência do Sr. José Francisco da Silva, no dia 4 de setembro de 2014, com a participação de 12 assentados. Na reunião, foram utilizadas as técnicas de roda de conversa, discussão coletiva e exposição oral, sendo dessa forma, dada oportunidade a todos para a participação ativa na elaboração do diagnóstico do assentamento. As informações obtidas sobre o assentamento Moxotó das Areias estão relacionadas nos subitens seguintes.



Foto 98 – Diagnóstico participativo com a comunidade

13.7 Educação e saúde

As crianças e os jovens frequentavam a escola no povoado Sinimbu ou na cidade de Delmiro Gouveia. Para a condução, utilizavam o transporte escolar da prefeitura, que passava em uma estrada distante 3 km do assentamento. Em relação aos serviços de saúde, as famílias buscavam o atendimento no posto de saúde dos povoados Sinimbu ou São Sebastião. Não havia atendimento de agente comunitário de saúde; para as ocorrências em casos de emergência médica, aqueles que possuíam transporte prestavam esse apoio.

13.8 Organização social

A organização comunitária ocorria por meio da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Assentamento Moxotó das Areias, criada em 28 de dezembro de 2001. A associação era composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, com mandato de um ano. Reuniam-se esporadicamente em uma das residências do assentamento, com ocorrência de registros em ata.

13.9 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água por meio de uma caixa d'água com capacidade de dez mil litros, doada pelo Exército. Durante um período, era abastecida por esse órgão por meio de caminhão-pipa. Entretanto, alguns assentados compraram tubulações e fizeram a ligação de forma direta para suas casas da rede da Casal, que vinha do Distrito Barragem Leste para o povoado Sinimbu. A Codevasf 5ª SR, por sua vez, havia instalado 12 cisternas de polietileno por meio do Programa Água para Todos. Para as atividades agropecuárias, foram contemplados com quatro cisternas tipo calçadão, construídas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (Coppabacs) e oito estavam em fase de construção. No assentamento, havia um lote que possuía um barreiro construído com recursos próprios.



Foto 99 – Reservatório d'água do assentamento Moxotó das Areias

13.10 Situação fundiária e produtiva

O assentamento possui uma área de 174 hectares, sendo destinadas 25 para cada produtor. Ressalta-se que três assentados venderam seus lotes, ficando, dessa forma, um assentado com a posse de quatro lotes. A área de reserva ambiental está localizada à margem do rio Moxotó, na proximidade do assentamento Juá. As residências estavam sendo construídas no próprio lote. Na parte produtiva, os agricultores plantavam feijão e milho de forma individual, nos períodos chuvosos, para consumo próprio. Com o aproveitamento do milho colhido e a pastagem nativa, criavam bovinos, ovinos e caprinos, cujo resultado se constituía na principal fonte de renda. Para incrementar essa atividade, o Banco do Brasil tinha liberado R$ 8.000,00 para cada família, tendo por objetivo a compra de animais e de arame e a construção de aprisco, com carência de dois anos. Já o Banco do Nordeste havia liberado para cada produtor o valor de R$ 2.000,00 e, devido à seca, foram beneficiados com isenção desse pagamento. Os assentados eram beneficiados com Seguro Safra, onde recebiam oito parcelas no valor de R$ 155,00 mensais.

Tabela 25 – Situação fundiária do assentamento Moxotó das Areias

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
Total de assentados	Total de terras por assentado em hectares	Total de terras do assentamento em hectares
23	7,6	174

13.11 Ações da Codevasf no assentamento

A Codevasf 5ª SR aplicou no assentamento 12 cadastros para obtenção de dados da família, com a finalidade de fomento das atividades da cajucultura. A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para os produtores e foram distribuídos 450 mudas de caju para cada família capacitada, de modo a dar suporte e incrementar a atividade de produção da castanha de caju e de polpa. Conforme já mencionado, por meio do Programa Água para Todos, a Codevasf instalou 12 cisternas de polietileno para armazenamento da água para consumo humano, com capacidade de 16 mil litros cada.

13.12 Dados gerais

Gráfico 45 – Dados das famílias do assentamento Moxotó das Areias

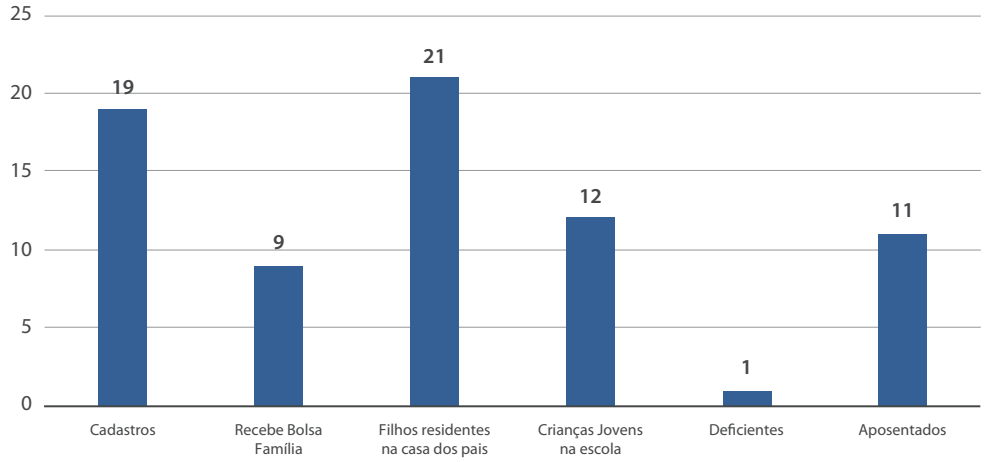


Gráfico 46 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Moxotó das Areias

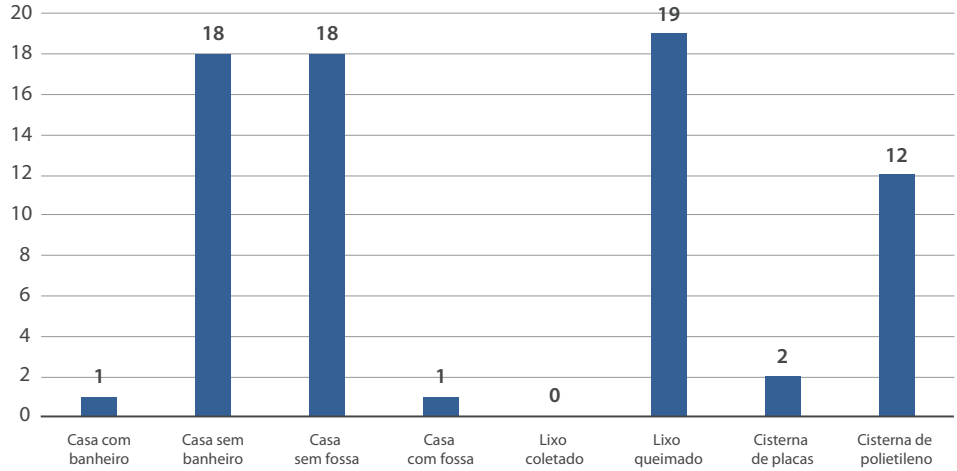


Gráfico 47 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Moxotó das Areias

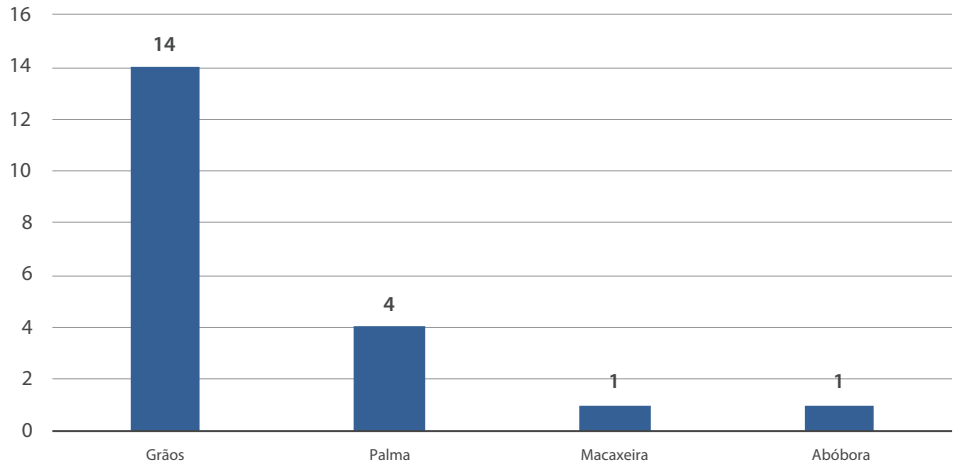
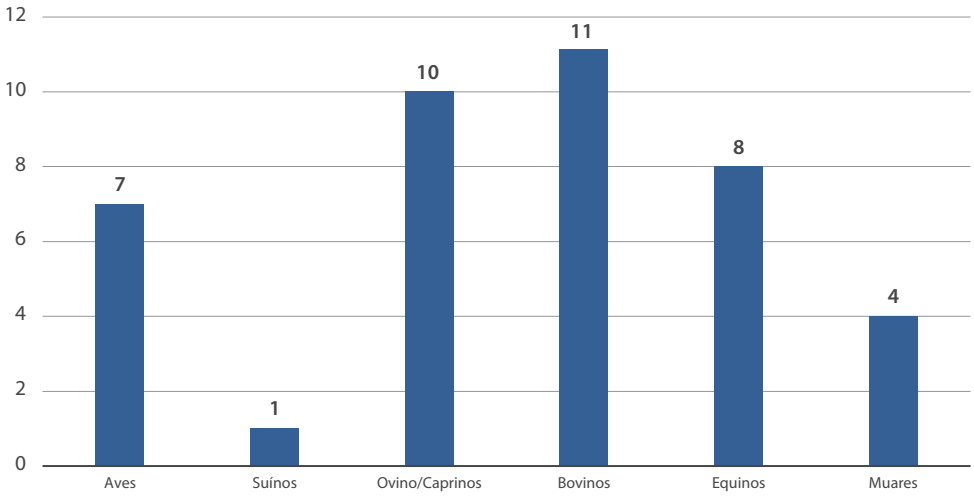


Gráfico 48 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Moxotó das Areias





14 ASSENTAMENTO JUÁ

O assentamento Juá, localizado no município de Delmiro Gouveia, possuía 330 habitantes, que compunham 78 famílias. A área total do assentamento – já inclusa a área destinada à reserva ambiental – é de quase 1.000 hectares. A foto seguinte compreende uma vista geral do assentamento Juá.



Foto 100 – Vista geral do assentamento Juá

14.1 Histórico

A ocupação na comunidade Juá, nome originado da antiga fazenda, ocorreu em 17 de novembro de 1999. A princípio, foi uma ação desencadeada entre 29 famílias que circulavam nas feiras livres de Delmiro Gouveia, em busca do sustento da família. Tinham os mesmos ideais, ou seja, possuir terra para produção. Com essa intenção, acamparam às margens do rio São Francisco. As terras nessa área pertenciam a seis fazendeiros, que as tinham negociado com a Chesf para a construção de uma barragem. A hidrelétrica ocupou uma parte do território e, na área remanescente, os fazendeiros ali permaneceram, sendo posteriormente indenizados pelo Governo Federal. Uma extensão de terra equivalente a 2.250 hectares, localizado entre o povoado São Sebastião e o povoado Canafístula, continuava improdutiva. Algumas lideranças dessa ocupação convidaram famílias do acampamento Costa, em Olho D'Aguinha, e mobilizaram pessoas de outros locais, totalizando 100 famílias que vieram acampar, produzir e construir barracos de lona nessa localidade. Tiveram apoio do presidente do Sindicato Rural de Delmiro Gouveia, Luiz Valério, e do Secretário de Agricultura do Governo do Estado, Sr. Mário Agra e, assim, puderam trabalhar.

Em outubro de 2002, em evento para liberar o início da obra do Canal do Sertão Alagoano, já organizados em associação, pediram ajuda ao prefeito de Delmiro Gouveia Lula Cabeleira, por meio de uma carta, solicitando reconhecimento ao Incra, como assentados. Em novembro de 2002, fora enviada à superintendência desse órgão solicitação por meio de ofício. À época deste diagnóstico residiam 78 famílias e destacando-se como líderes dessa ocupação Francisco de Dória, Raimundo Audálio, João Audálio, Moreninho, Zé da Silva, Luiz Silvinho, José Cleonilton, Aderaldo Quirino, José Luiz e Afonsina Freitas. As famílias que ocuparam essa área eram advindas de Alagoas, Bahia e Pernambuco.

14.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 10 de setembro de 2014
Horário: 16h
Local: Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco.
Participantes: Márcio Cruz Azevedo, técnico de campo e mobilizador social da Codevasf 5ª SR; representantes do assentamento Juá e técnica social do Programa Água para Todos, Arleid Souza, da empresa de apoio JM.



Foto 101 – Apresentação do plano

14.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 10 de setembro de 2014
Horário: 17h30
Composição:
- Luciano Nunes de Melo
- José Cleonilton Pereira Oliveira
- Lucivania Pereira da Silva
- Neide Henrique
- Raimundo Audálio
- João Audálio da Silva





Foto 102 A e B – Eleição da comissão comunitária

14.4 Cadastramento das famílias

A Codevasf realizou 46 cadastrados, sendo que 32 assentados se recusaram a participar ou não foram localizados, uma vez que, nesse assentamento, a grande maioria já praticava agricultura irrigada em seus lotes, prejudicando dessa forma, a elaboração dos gráficos relativos aos dados gerais da comunidade.

Quantidade total de residências: 78

Quantidade de cadastros aplicados: 46

Tabela 26 – Situação demográfica identificada do assentamento Juá

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Juá	78	330



Foto 103 – Cadastramento da família

14.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências




Foto 104 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

14.6 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo ocorreu na sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Juá, no dia 11 de setembro de 2014, onde houve a participação de 11 assentados. No diagnóstico, foram obtidas informações relacionadas à saúde, educação, organização comunitária, meio ambiente, situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento. Os dados são apresentados nos subitens seguintes.



Foto 105 – Diagnóstico participativo com a comunidade

14.7 Educação e saúde

A construção da escola ocorreu mediante solicitação da associação do assentamento à prefeitura municipal. Construída em 2012, atende alunos desde a alfabetização até o 9º ano do ensino fundamental. Os jovens em ensino mais avançado frequentavam a escola do povoado São Sebastião, da cidade de Delmiro Gouveia, dispondo à noite de transporte escolar da rede municipal de ensino. Em relação aos serviços de saúde, as famílias eram atendidas no posto de saúde dos povoados Canafístula e São Sebastião. Para as urgências médicas ocorridas no assentamento, a comunidade dispunha de ambulância da prefeitura.

14.8 Organização social e comunitária

A organização comunitária do assentamento era realizada por meio da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Juá, composta por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e três membros do Conselho Fiscal, sendo, destes, três suplentes. Possuía sede própria, onde se reuniam em assembleia ordinária para discussão e deliberação dos procedimentos em prol da comunidade. A eleição da Diretoria e do Conselho ocorria a cada dois anos, sendo possível a reeleição. Os assentados, por orientação do advogado do sindicato rural, faziam pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A igreja do assentamento estava em fase de construção, com recursos oriundos de leilões, bingos e quermesse organizados pelos assentados para arrecadar fundos. A celebração de missas era realizada mensalmente na sede da associação.

14.9 Situação fundiária e produtiva

O assentamento possui uma área total de cerca de 936 hectares, sendo destinadas, para cada produtor, aproximadamente 10 hectares. Nos lotes era desenvolvida a agricultura familiar, onde todos os componentes da família produziam conjuntamente. Havia também lotes em que o proprietário sentia a necessidade de contratar mão de obra. Existia uma diversidade alta de cultivo, tais como tomate, pimentão, coentro, alface, cebola, abóbora, melancia, maracujá, coco verde, cana-de-açúcar, banana,

manga, laranja, mamão, limão, caju, acerola e goiaba, que eram produzidos usando vários sistemas de irrigação: aspersão, microaspersão e gotejamento. Para a aração da terra, eram utilizadas juntas de boi. Nos períodos úmidos, aproveitando a água da chuva, utilizavam a área de sequeiro para o cultivo de macaxeira, milho, feijão, capim e palma. Além de venderem sua produção agrícola para o PAA, os produtores também vendiam nas feiras livres em Alagoas, nas cidades de Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca, Inhapi, Olho D'água do Casado, Piranhas, Distrito de Piau, Ouro Branco e no pico da safra, chegavam a vender a vender até em Arapiraca. No estado de Pernambuco, vendiam nas feiras livres nas cidades de Jatobá, Petrolândia, Craibeira e Tacaratu. Comercializavam também na Bahia, onde vendiam nas cidades de Paulo Afonso, Jeremoabo e Santa Brígida. As práticas de bovinocultura leiteira no lote, em sua maioria, eram voltadas para o consumo da própria família. O leite excedente era comercializado por meio de um comprador que possuía tanque de resfriamento instalado na região. Com recursos próprios, os moradores estavam escavando viveiros de terra para a criação de peixes. Enfatiza-se ainda a necessidade de assistência técnica eficiente, visto que havia inúmeros relatos de agricultores locais no tocante a frustrações de seguidas safras, tendo em vista a falta de apoio nesse sentido.





Foto 106 A e B – Atividades produtivas do assentamento Juá

Tabela 27 – Situação fundiária do Assentamento Juá

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de hectares do quintal produtivo	Total de terras do assentamento em hectares
78	9,75	2,25	936

14.10 Fonte hídrica

As famílias tinham acesso à água para consumo humano por meio do armazenamento de água em cisternas. Para a dessendentação animal e para irrigação agrícola, utilizavam água do reservatório da Hidrelétrica do Moxotó. Esse abastecimento era realizado por meio de bombeamento para os lotes, onde cada família tinha instalado com recursos próprios todo o sistema de irrigação. No assentamento, havia 43 cisternas de placas e 22 cisternas tipo calçadão, construídas pela Coppabacs, e 28 cisternas de polietileno instaladas pela Codevasf. Existiam ainda sete famílias residentes na comunidade Juá que não possuíam cisternas para o consumo humano. Além do rio Moxotó, que depois da construção da Barragem Apolônio Salles transformou-se em um grande lago, existem mais cinco riachos temporários: Salina, Moxotó das Areias, Adriano, Xandu e Integração.



Foto 107 A e B – Represa do Moxotó e bomba de irrigação

14.11 Ações da Codevasf no assentamento

Em 2014, a Codevasf 5ª SR procedeu com o cadastramento de nove famílias que passaram a participar do programa de inclusão produtiva de apicultura. Cada uma recebeu caixas *Langstroth* para abelhas, macacão para apicultor e demais equipamentos para a criação de abelhas *Apis Melliferas*, visando o incentivo à atividade de produção de mel na localidade. No ano de 2010, implantou o Programa de Agroecológico Integrado e Sustentável (PAIS), beneficiando 16 famílias. Em 2012, a Codevasf instalou por meio do Programa Água para Todos, 28 cisternas de polietileno com capacidade de 16 mil litros para captação de água da chuva visando o consumo humano.





Foto 108 A e B – Criação de abelhas e reservatório do programa PAIS





PARTE 2
ÁGUA BRANCA

O município de Água Branca está localizado no extremo oeste do estado de Alagoas, limitando-se a norte com Mata Grande e Tacaratu (PE), a sul com Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado (AL), a leste com Inhapi e Olho D' Água do Casado, e a oeste com Pariconha. A área municipal ocupa 454,72 km^2 (1,64% de AL), inserida na mesorregião do Sertão Alagoano e na microrregião Serrana do Sertão Alagoano.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 570 m e coordenadas geográficas de 9°15'43,2" de latitude sul e 37°56'16,8" de longitude oeste (MASCARENHAS, 2005b).



15 ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS

Todos os Santos, cuja vista geral panorâmica é apresentada a seguir, possui uma área total de aproximadamente 1.708 hectares, já incluída a área de reserva ambiental. Foram cadastradas 96 de 106 famílias, que possuíam 513 pessoas. O assentamento está dividido em duas agrovilas, havendo 53 unidades familiares em cada uma.



Foto 109 – Vista geral do assentamento Todos os Santos

15.1 Histórico

A Fazenda Chupete deu origem ao assentamento Todos os Santos, mediante ocupação de 150 famílias em 1 de novembro de 2004. A maioria dos acampados já trabalhava nessa terra como rendeiro, ou seja, pessoas que arrendavam tarefas de terra para o plantio ou atuavam como empregados, a exemplo dos vaqueiros. A propriedade pertencia aos cinco filhos do Sr. Inocêncio Izaldo e Sr.ª Diva, de procedência pernambucana e que, por encontrar essa terra com inadimplência junto ao banco, despertou nos herdeiros interesse na venda. A princípio, houve negociação com resistência por parte dos donos, ocorrendo processo de reintegração de posse. Com a intervenção do Sr. Valter, uma liderança da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de associações das comunidades Boqueirão, Barro Preto, Tabuleiro do município de Água Branca e dos próprios assentados, Maria Bobó, Sambinha, Zé Pia e Cicinho, os proprietários entraram em um acordo e o Incra concedeu a posse da terra em 24 de outubro de 2007. Permaneceram 106 famílias nessa terra com área de cerca de 1.708 hectares, sendo dividida em duas agrovilas. Residiram em barracos de lona e de taipa nessa localidade, situada entre Água Branca e Inhapi, sendo liberados recursos para construção das casas em 2009. As obras foram realizadas somente em 2011, com fornecimento de energia no ano seguinte. O nome dado ao assentamento foi em homenagem ao dia de Todos os Santos, data da ocupação.

15.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 12 de fevereiro de 2014
Horário: 15h
Local: Casarão da antiga Fazenda Chupete.
Participantes: Coordenador Regional do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eduardo Motta; representantes do assentamento Todos os Santos; técnico da Comissão Pastoral da Terra, José Carlos Medeiros; e equipe de ação social do Programa Água para Todos, Arleid Souza, da empresa de apoio JM, e Eleniz Lisboa, da Codevasf 5ª SR.



Foto 110 – Apresentação do plano

15.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 12 de fevereiro de 2014
Horário: 16h30
Composição:
- Cristiana Monteiro da Silva
- Manoel Messias da Silva
- André Gomes Batista



Foto 111 – Eleição da comissão comunitária

15.4 Cadastramento das famílias

O assentamento é dividido em duas agrovilas:

- **Agrovila I:** 53 famílias; e
- **Agrovila II:** 53 famílias.

Quantidade de famílias: 106
Quantidade de cadastros aplicados: 96
Quantidade total de residências: 68

Tabulados os dados, registrou-se nessa localidade um contingente populacional de 413 habitantes.



Foto 112 – Diagnóstico participativo e cadastramento da família

Tabela 28 – Situação demográfica identificada do assentamento Todos os Santos

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Todos os Santos	96	413

15.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências




Foto 113 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

15.6 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo tem como objetivo promover a socialização de conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, foi realizado um resgate histórico social do assentamento e coletadas informações sobre as condições de vida com relação à saúde, educação, organização social, meio ambiente, situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico ocorreu no casarão da fazenda no dia 21 de agosto de 2014, onde registramos a presença de oito assentados. Na reunião, foram utilizadas as técnicas de roda de conversa, discussão coletiva e exposição oral, sendo dessa forma oportunizada a todos a participação ativa desses assentados.



Foto 114 – Diagnóstico participativo com a comunidade

15.7 Educação e saúde

O acesso de crianças e jovens à escola se fazia por meio do transporte da rede de ensino estadual e municipal, nos horários matutino e vespertino. Estudavam em escolas existentes no município de Água Branca e/ou no povoado Boqueirão, próximo ao assentamento. No horário noturno, jovens e adultos frequentavam o curso Educação de Jovens e Adultos (EJA), que funcionava no casarão da antiga fazenda, contando com duas salas de aula e duas professoras contratadas pelo Governo Federal. Em relação aos serviços de saúde, as famílias buscavam o atendimento no posto de saúde do povoado Tabuleiro, que fica a 10 km do assentamento. As famílias tinham atendimento do agente comunitário de saúde da comunidade Três Voltas e dispunham de médico e enfermeiro para atendimento domiciliar a um portador de necessidades especiais. Para as ocorrências de casos de emergência médica os vizinhos que possuíam transporte, prestavam apoio.

15.8 Organização social

A organização ocorria por meio da Associação Comunitária do Assentamento Todos os Santos, criada em 2008. Integrada por presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário, vice-secretário e Conselho Fiscal, este composto por seis membros, dos quais três eram suplentes. Reuniam-se no primeiro sábado de cada

mês, com ocorrência de registros em ata e eleição a cada dois anos. Possuía igreja católica, onde rezavam o terço uma vez por semana, havendo celebração de missa uma vez por ano ou esporadicamente por meio de convite feito ao padre. A associação possuía projeto para a construção de posto de saúde, escola e quadra de esporte com expectativa da realização dessas obras com recursos da prefeitura municipal ou do governo estadual.



Foto 115 – Vista geral do assentamento Todos os Santos

15.9 Situação fundiária e produtiva

O assentamento Todos os Santos, dividido em duas agrovilas, tem área de 1.708 hectares, incluindo a área da reserva ambiental de 30% desse total, ou seja, 512,40 hectares. Cada associado possuía lote de terra com área de 14 hectares. As casas residenciais foram construídas distantes da área do lote e são dotadas de quintais produtivos com área de 0,9 ha. Os lotes e os quintais eram utilizados para o plantio de palma, milho, feijão, macaxeira e caju. Alguns produtores cultivavam animais, como gado, ovelha, porco e galinha, como principal fonte de renda para manutenção da família. Seis famílias participavam da Feira Camponesa em Maceió, nos meses de junho e outubro para comercialização da produção. Em 2008, o Incra liberou um crédito inicial para cada família, no valor de R$ 2.400,00, para compra de ferramentas. Em 2013, o Banco do Nordeste financiou R$ 12.000,00 para aproximadamente 90 assentados como auxílio estiagem, com carência de três anos e descontos de 40% no pagamento das parcelas,

para compra de ração animal. Em 2011, 15 famílias foram beneficiadas com 100 caixas de apicultura, pelo Instituto Xingó e um assentado possuía o cultivo da abelha sem ferrão. Esse assentamento contava com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que mantinha um técnico para assessorar os agricultores nos assuntos referentes ao associativismo e aspectos agronômicos.

Tabela 29 – Situação fundiária do assentamento Todos os Santos

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de terras por assentado em hectares	Total de terras do quintal produtivo em hectares	Total de terras do assentamento em hectares
106	15	1,1	1.708,00

15.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano por meio de cisternas de placas. O abastecimento era feito com carro-pipa três vezes por semana, em operação de emergência executada pelo Exército brasileiro. Das 106 famílias assentadas, apenas 71 obtiveram a construção da casa e, destas, 42 possuíam cisternas de placas. Os 106 lotes dispunha de barreiros, quatro barragens na Agrovila I e uma barragem na Agrovila II, que já existia na fazenda. Havia no assentamento três riachos temporários com mata ciliar: Salgadinho, com 3 km de extensão e uma faixa de 15 m em cada margem, como área de preservação permanente; Três Voltas, com 5 km de extensão, e também uma faixa de 15 m em cada margem, como área de preservação permanente; Riacho do Gato; e uma nascente na reserva ambiental. Existia no assentamento uma bacia entre pedras, denominada Pia ou Caldeirão que, em períodos de chuva, armazenava água que era utilizada para atividades domésticas e uso animal e está ilustrada na Foto 116 seguinte.



Foto 116 – Reservatório de água tipo Caldeirão

15.11 Ações da Codevasf no assentamento

A Codevasf 5ª SR aplicou cadastros no assentamento voltados à obtenção de dados da família para o desenvolvimento das atividades da cajucultura (70 famílias) e da apicultura (seis famílias). A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações e, consequentemente, foram distribuídos seis kits de apicultura. Também foram distribuídas entre 230 e 450 mudas de caju para cada família capacitada.



Foto 117 – Atividade de apicultura do assentamento Todos os Santos

15.12 Dados gerais

Gráfico 49 – Dados das famílias do assentamento Todos os Santos

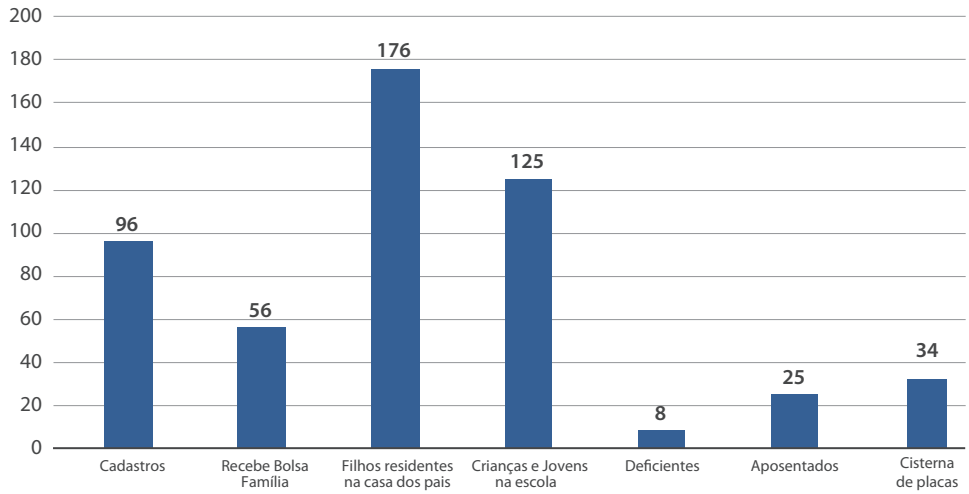


Gráfico 50 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Todos os Santos

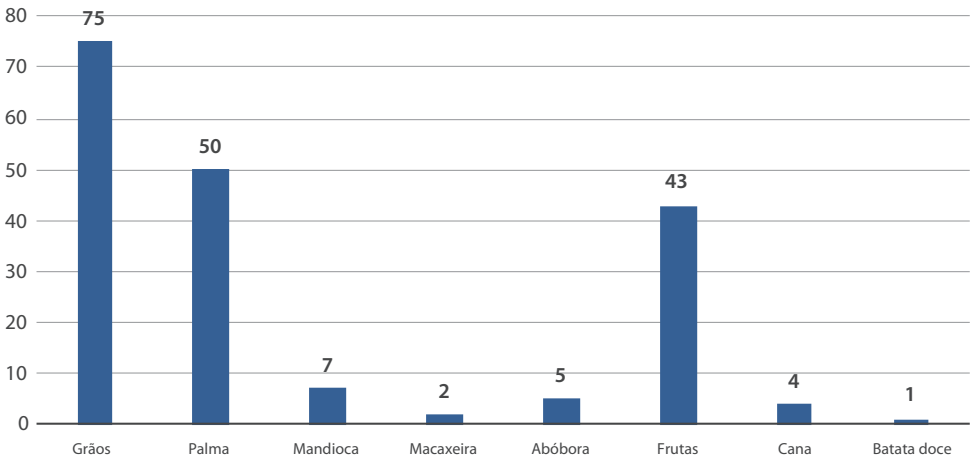
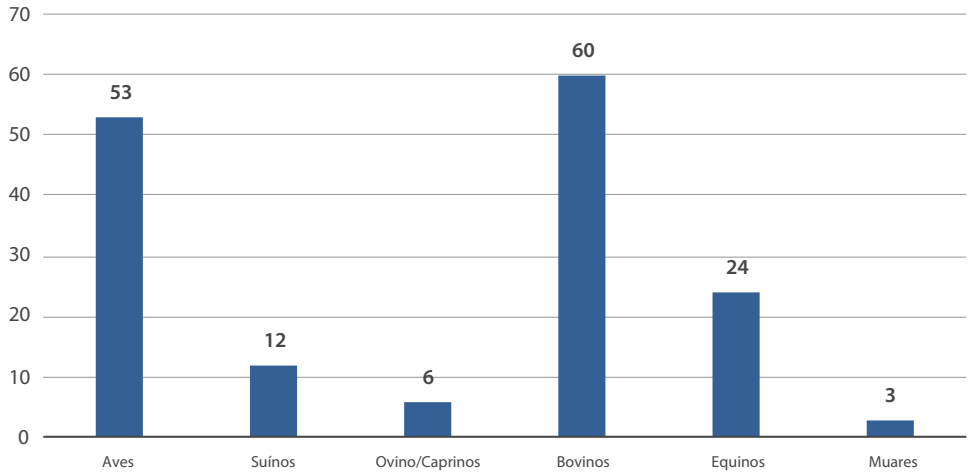


Gráfico 51 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Todos os Santos





16 ASSENTAMENTO NAVIO

O assentamento mais conhecido como Navio, denominado Nossa Senhora Aparecida, localizado no município de Água Branca continha à época do diagnóstico, 212 habitantes que compunha 48 famílias. A área total é de 529 hectares, estando incluída a área destinada à reserva ambiental. Uma vista panorâmica do assentamento é apresentada na Foto 118 a seguir.



Foto 118 – Vista geral do assentamento Navio

16.1 Histórico

A origem do Assentamento Navio ocorreu mediante tentativa de ocupação de famílias à Fazenda Navio, terra pertencente ao Sr. Stélio Loureiro Luna. Proprietário de fazendas na região com área total de 1.100 hectares, cultivadas com pastagem para criação de gado, aos cuidados do então vaqueiro Cícero Joaquim e o trabalho de rendeiros para o plantio. Em meados de 2006, o Sr. Stélio, deu início à venda de alguns lotes, mas com o cuidado de preservar a posse da antiga Fazenda Navio. No final desse mesmo ano, empregados e rendeiros foram surpreendidos com a invasão de 30 famílias para ocupar essa terra. Alguns rendeiros, tendo como lideranças Edílson da Silva, José Sandes de Melo, Cícero Sandes de Melo, Elzo Fernandes Costa, João Cícero da Silva e José Cícero da Silva, decidiram que, se era para a terra ser ocupada, que fosse por aqueles que trabalhavam ali. Em acordo com o fazendeiro, por meio de assinatura em ata, permitindo a permanência deles, expulsaram os ocupantes.

Em 01 de janeiro de 2007, 50 famílias acamparam ali, construíram barracos de lona, palha e taipa e, durante três anos, se organizaram em turmas, procederam com vigília, com barreiras nas estradas, em defesa dessa terra. Precisavam produzir para o sustento das famílias, sendo liberada pelo proprietário. Para regularização da terra, solicitaram apoio da Comissão Pastoral da Terra, tendo como coordenador regional desse órgão o Sr. Cícero Marcos. Em 2010, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) negociou com o Sr. Stélio a fazenda Navio, localizada entre a BR 423, sítio Mandacaru, assentamento Todos os Santos e Saco dos Pambus, com a liberação de termo de posse de 525 hectares para 48 assentados. Nesse período, por intermédio dos assentados, foi liberada pelo fazendeiro, como forma de indenização ao vaqueiro, a casa da fazenda e 15 hectares de terra. Esses assentados são de origem do próprio município de Água Branca.

16.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 16 de setembro de 2014
Horário: 9h
Local: Sede da Associação.
Participantes: Diretor de Revitalização das Bacias Hidrográficas da Codevasf, Eduardo Motta e equipe de ação social do Programa Água para Todos, Arleid Souza, Eleniz Lisboa e Márcio Cruz da Codevasf 5ª SR.



Foto 119 – Apresentação do plano

16.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 16 de setembro de 2014
Horário: 12h
Composição:
- Edilson da Silva
- Maria Edileide da Conceição Melo
- Irene da Silva




Foto 120 A e B – Eleição da comissão comunitária

16.4 Cadastramento das famílias

Quantidade total de lotes: 48
Quantidade de cadastros aplicados: 48 (sendo 46 cadastros com os assentados, um cadastro com o vaqueiro e outro com um rendeiro). Mediante tabulação dos dados, registrou-se nessa localidade um contingente populacional de 212 habitantes.

Tabela 30 – Situação demográfica identificada do assentamento Navio

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Navio	48	212



Foto 121 – Cadastramento da família

16.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências





Foto 122 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

16.6 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo teve como objetivo a obtenção de conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, foi realizado um resgate histórico social dos assentados, destacando-se as condições de vida com relação à saúde, educação, organização comunitária, meio ambiente, situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico ocorreu na sede da Associação Comunitária do assentamento no dia 23 de setembro de 2014, onde houve a participação de 12 assentados.



Foto 123 – Diagnóstico participativo com a comunidade

16.7 Educação e saúde

As crianças desse assentamento tinha acesso à escola localizada no povoado Três Voltas, com ensino até o 5º ano fundamental. Os jovens frequentavam escolas da área urbana do município, dispondo de transporte escolar da rede municipal nos horários de manhã e tarde. Os alunos matriculados no EJA frequentavam a casa grande da antiga fazenda, com ocorrência de aulas diariamente, onde estavam inseridos 23 assentados. O ensino dispunha de professora contratada pelo Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera) e pelo Movimento de Educação de Base (MEB). Em relação aos serviços de saúde, as famílias eram atendidas em posto de saúde improvisado na comunidade Saco dos Pambus, dispondo de consulta médica odontológica e enfermeiro uma vez por mês. Para esses agendamentos e marcação

de exames, dispunham de acompanhamento do agente comunitário de saúde do povoado Três Voltas.

16.8 Organização social

A organização era realizada por meio da Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida, criada em 14 de abril de 2009 e composta por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e Conselho Fiscal, com seis membros, sendo, destes, três suplentes. Realizavam reuniões no primeiro sábado de cada mês, com registro das ocorrências em ata. A eleição ocorria a cada dois anos, tendo seus membros direito a um segundo mandato. Os assentados, nos meses de junho e outubro, participavam da Feira Camponesa de Maceió, onde comercializavam e expunham os seus produtos.

16.9 Situação fundiária e produtiva

Foi constatado que o assentamento possui uma área total de 525 hectares, sendo destinadas para cada produtor 7,8 hectares de terra, incluindo 1,2 hectare para o quintal produtivo e 105 hectares de reserva ambiental. Os sistemas produtivos, em sua maioria, eram de agricultores que plantavam palma de forma individual e, no período chuvoso, milho e feijão, utilizando como ferramenta de preparo de solo a aração com junta de boi. Em relação à pecuária, os assentados criavam ovelha, gado e cavalo, tendo em média de quatro a cinco animais. Alguns já haviam utilizado o Pronaf, com empréstimos de R$ 2.000,00 para compra de animais e a maioria era beneficiado com Garantia Safra. Esse assentamento era acompanhado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que mantinha um técnico, para assessorar os agricultores nos assuntos referente ao associativismo e aspectos agronômicos. As lavouras estavam sendo conduzidas em sua maioria nos quintais produtivos, havendo necessidade de impulsionar a atividade nos lotes, onde o principal entrave era a falta de recursos financeiros. Verificou-se na localidade a presença de solos aptos para a produção agrícola, com relevo suavemente ondulado a plano, presença de afloramento de rochas em alguns locais e com razoável profundidade, o que limita o uso indiscriminado da irrigação sem os devidos cuidados na sua drenagem, em função da potencialidade de salinização desses solos. Não houve relatos de pragas ou doenças recorrentes, com danos econômicos às lavouras.

Tabela 31 – Situação fundiária do assentamento Navio

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de terras do quintal produtivo em hectares	Total de terras do assentamento em hectares
48	7,9	1,2	439

16.10 Fonte hídrica

Quando os moradores chegaram ao assentamento tinham acesso à água por meio de um poço artesiano de 51 metros de profundidade existente na fazenda, com vazão de 540 litros por hora, que encontrava-se desativado. Existiam duas nascentes, denominadas Coqueiro e Mandacaru, que ficam na área de reserva ambiental ou em lotes. As famílias eram beneficiadas com ação do Exército na distribuição de água potável em carros-pipa, armazenada em cisterna comunitária e nas seis cisternas individuais ali existentes. Para uso animal, o assentamento dispunha de três barragens comunitárias construídas pelos assentados ou já existentes na fazenda e em barreiros nos lotes. A fazenda era cortada pelo Riacho do Navio, que nasce na Serra Rio Grande em Mata Grande (AL), e recebe o nome de acordo com sua passagem por cada sítio, sendo estes Baixa do Galo, Piedade, Azedem, Salgadinho, Três Voltas, Assentamento Navio, Matinha, Baixó, Serrote dos Freires e Caraunã. Nesse riacho, pôde-se observar a construção de uma antiga barragem de pedra para acúmulo de água, que teve seu maciço destruído por enchentes, conforme constatado *in loco*, e restos e ruínas da construção original no leito do riacho, conforme verificado na Foto 124 A a C.



Foto 124 A a C – Poço artesiano, reservatório e ruína da barragem de pedra

16.11 Potencial turístico

No assentamento há uma pedra de interesse turístico pelo formato e apoio numa base estreita, como pode ser observado na Foto 125, provavelmente provocada por erosão eólica e hídrica. Nela existem pinturas rupestres, localizadas na área da reserva ambiental do assentamento, onde também passa o riacho do Navio. Essas pinturas ainda são pouco conhecidas, mas já foram visitadas por turistas da França, do Rio de Janeiro, pessoas da região e excursões escolares. Elas foram descobertas pelos moradores que se banhavam nas águas desse riacho, como também utilizava o local para lavar roupas em períodos de chuva, o que pôde ser verificado pela presença de lixo e vasilhames usados nas proximidades.



Foto 125 – Pedra do Navio às margens do riacho

16.12 Ações da Codevasf no assentamento

A Codevasf 5ª SR aplicou no assentamento cadastros voltados à obtenção de dados da família para o desenvolvimento das atividades da cajucultura (16 famílias). A partir desse levantamento, foram realizadas capacitações para os produtores onde foram distribuídos entre 230 e 450 mudas de caju para cada família capacitada.

16.13 Dados gerais

Gráfico 52 – Dados das famílias do assentamento Navio

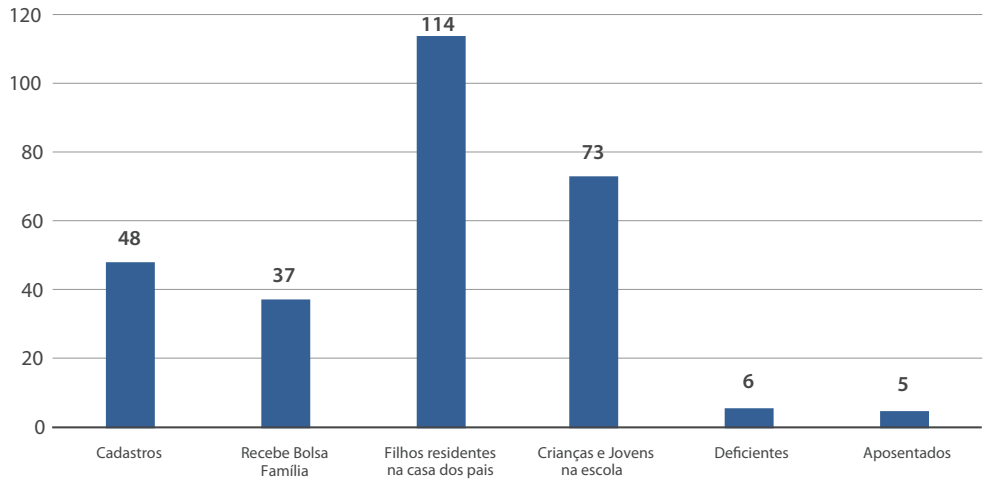


Gráfico 53 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Navio

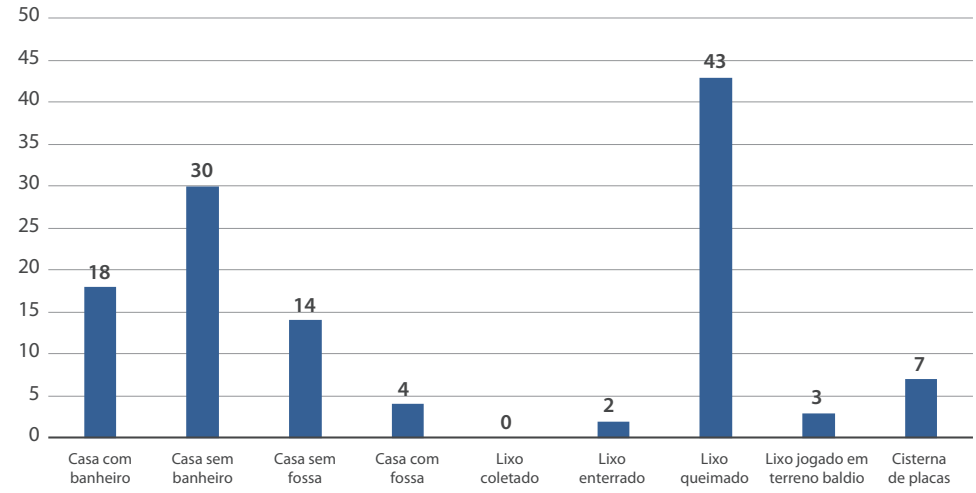


Gráfico 54 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Navio

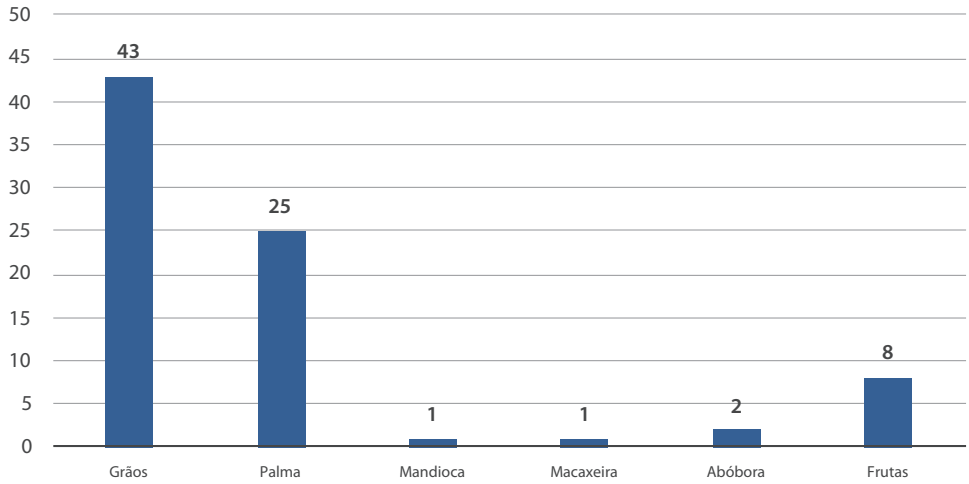
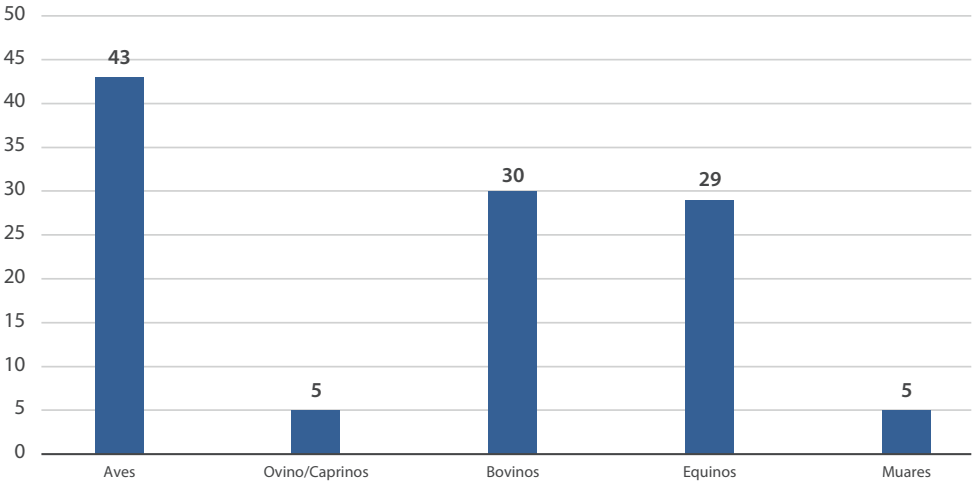


Gráfico 55 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Navio





17 ASSENTAMENTO COBRA

O assentamento Cobra está divido em duas agrovilas denominadas: Agrovila Cobra I e Agrovila Cobra II. Somadas as duas comunidades, foram cadastradas 140 pessoas neste trabalho, perfazendo 37 famílias, sendo 23 na Agrovila Cobra I e 14 na Agrovila Cobra II. A área total ocupada pela comunidade do Cobra I era de 290 hectares. O assentamento Cobra II, por sua vez, ocupava uma área de 254 hectares, observando-se que em ambos estavam computadas as áreas destinadas à reserva ambiental. Uma vista panorâmica do assentamento Cobra I é apresentada na Foto 126 seguinte.



Foto 126 – Vista geral da Agrovila Cobra I

17.1 Histórico

A Fazenda Cobra deu origem a esse assentamento mediante ocupação de 100 famílias que trabalhavam como rendeiros nessa terra. A propriedade pertencia a Luís e Stélio Luna, filhos do senhor Ulisses Luna, e possuía uma área de cerca de 528 hectares, localizada entre os povoados Boqueirão, Serrinha e Queimada. Inicialmente, a Fazenda Cobra tinha predominantemente sua produção baseada na cultura do algodão, o que pode ser constatado pelas ruínas de uma antiga tecelagem construída ao lado da sede da fazenda. Depois houve um ciclo de pecuária bovina ainda sob domínio do antigo proprietário, que contratava rendeiros para plantação. Essa prática entre as famílias que residiam na região era uma tradição, passando de pai para filho durante longos anos. Em 2004, esses trabalhadores receberam proposta para ocupar a fazenda e negociá-la com o Banco da Terra. Logo em seguida, esses rendeiros receberam visita do Sr. Valter,membro da Comissão Pastoral da Terra, que esclareceu como eles poderiam ter a posse da fazenda por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com esse apoio, 83 famílias construíram barracos e durante algum tempo essa ocupação foi conflituosa. Após oito meses, no ano de 2004, 25 famílias que ali permaneciam receberam o Termo de Posse da Terra da Fazenda Cobra I. Em 2008, foi liberado recurso para construção de 25 casas. A fazenda Cobra II foi ocupada por 14 famílias, que somente receberam o documento da terra em 2011, devido a complicações para liberação dessa área pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA).

17.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 24 de setembro de 2014
Horário: 9h
Local: Sede da Associação
Participantes: Equipe de ação social do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Eleniz Lisboa e Márcio Cruz e da empresa de apoio JM, Arleid Souza e Germano Albuquerque.



Foto 127 – Apresentação do plano

17.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 24 de setembro de 2014
Horário: 12h
Composição:
- Silene dos Santos Gomes Rodrigues
- Antônio da Silva de Medeiros
- Francisco Pereira Campos
- José da Silva





Foto 128 A e B – Eleição da comissão comunitária

17.4 Cadastramento das famílias

O assentamento é dividido em duas agrovilas:

- **Cobra I:** 23
- **Cobra II:** 14

Quantidade de famílias: 37
Quantidade de cadastros aplicados: 36
Quantidade total de residências: 37

Os dados tabulados registraram, nessa localidade, um contingente populacional de 140 habitantes.

Tabela 32 – Situação demográfica identificada do assentamento Cobra

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Cobra I e II	37	140



Foto 129 – Cadastramento da família

17.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências



Foto 130 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

17.6 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo teve como objetivo a obtenção de conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, foi realizado um resgate histórico-social dos assentados, destacando-se as condições de vida com relação à saúde, educação, organização comunitária, meio ambiente, situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico ocorreu na sede da Associação Comunitária do assentamento, no dia 30 de setembro de 2014, onde houve a participação de dez assentados.



Foto 131 – Diagnóstico participativo com a comunidade

17.7 Educação e saúde

O acesso de crianças e jovens à escola se fazia por meio do transporte da rede de ensino municipal, nos horários matutino e vespertino. Estudavam em escolas existentes no município de Água Branca e/ou no povoado Boqueirão, próximo ao assentamento. No horário noturno, jovens e adultos frequentavam o curso EJA, que funcionava no casarão da antiga fazenda. O ensino dispunha de professora contratada pelo Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera) e pelo Movimento de Educação de Base (MEB). Em relação aos serviços de saúde, as famílias buscavam o atendimento no posto do Povoado Boqueirão e Povoado Queimada e dispunha de atendimento do agente comunitário de saúde dessas áreas. Para as ocorrências de casos de emergência médica, tinham atendimento da ambulância do município.

17.8 Organização social

A organização comunitária dos Assentamentos Cobra I e II ocorreu por meio da associação de cada localidade. A Associação Comunitária Padre Cícero, criada em 2005 pelos assentados do Cobra I, era composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário, vice- secretário e Conselho Fiscal, com composição

de seis membros. Também foi fundada a Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição em 2005, por assentados do Assentamento Cobra II. Ambas se reuniam no primeiro domingo de cada mês, com ocorrência de registros em ata e eleição a cada três anos. O assentamento possuía igreja católica, construída no tempo da antiga fazenda, sendo promovida a celebração de missa uma vez por ano por membros da Pastoral da Terra.

17.9 Situação fundiária e produtiva

As agrovilas Cobra I e II têm área total de aproximadamente 672 hectares.Cada assentado do Cobra I possuía 20,7 hectares, enquanto no Cobra II tinha uma área equivalente a 14 hectares, ambos incluindo as áreas dos terrenos das casas e as comunitárias. No Cobra I, apenas nove assentados aceitaram a construção das suas casas na agrovila, dispondo de três tarefas de quintal produtivo. Quatorze optaram pela construção no lote.

A cultura de subsistência desse assentamento (milho, feijão e mandioca) era a base produtiva desses agricultores. Os solos eram aptos às atividades existentes, porém seu relevo muito ondulado e o aparecimento de afloramentos rochosos com frequência dificultavam as práticas culturais tradicionais. Havia profundidade efetiva na maioria dos locais destinados às práticas agrícolas. Todavia, os cuidados no seu uso sob irrigação abordavam trechos passíveis de salinização, como também o perigo de erosão severa devido a inclinação dos terrenos, uma vez que observavam-se plantios de "morro abaixo" sem os devidos cuidados com as práticas de manejo de solo para a contenção de processos erosivos. Não foi relatado nenhum problema fitossanitário de importância que pudesse comprometer a atividade local.

Tabela 33 A – Situação fundiária do assentamento Cobra I

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
Total de assentados	Total de hectares por assentado*	Total de terras do assentamento em hectares
23	20,7	476

**Incluído área de uso comum*

Tabela 33 B – Situação fundiária do assentamento Cobra II

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA		
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de terras do assentamento em hectares
14	14	196

Obs.: *Uma tarefa equivale aproximadamente a 0,3 ha.*

17.10 Fonte hídrica

Os assentados possuíam acesso à água para consumo humano por meio de cisternas de placas. No Cobra I, 21 residências estavam totalmente construídas e possuíam cisternas; enquanto duas estavam em fase de construção. No Cobra II, ainda não haviam sido liberadas a construção das residências. Apenas três assentados possuíam barreiro no lote. No assentamento existiam seis nascentes e três riachos temporários: Tuntum, Vai Vem e Cobra, numa faixa de aproximadamente 30 metros de mata ciliar em suas margens. Em um dos lotes existia uma cachoeira, que era frequentada por pessoas da região e turistas que se banhavam, sendo esse local considerado ponto turístico pela prefeitura. É importante notar que esse assentamento está encravado numa região montanhosa, já próximo à sede do município de Água Branca, o que poderá dificultar a implantação de projetos de adução de água para consumo humano e para produção agrícola, a partir do Canal do Sertão Alagoano. Estima-se uma diferença de nível para o Canal do Sertão de aproximadamente 200 metros.



Foto 132 – Cachoeira no lote de Zé do Gado e Zé Pretinho

17.11 Dados gerais

Gráfico 56 – Dados das famílias do assentamento Cobra

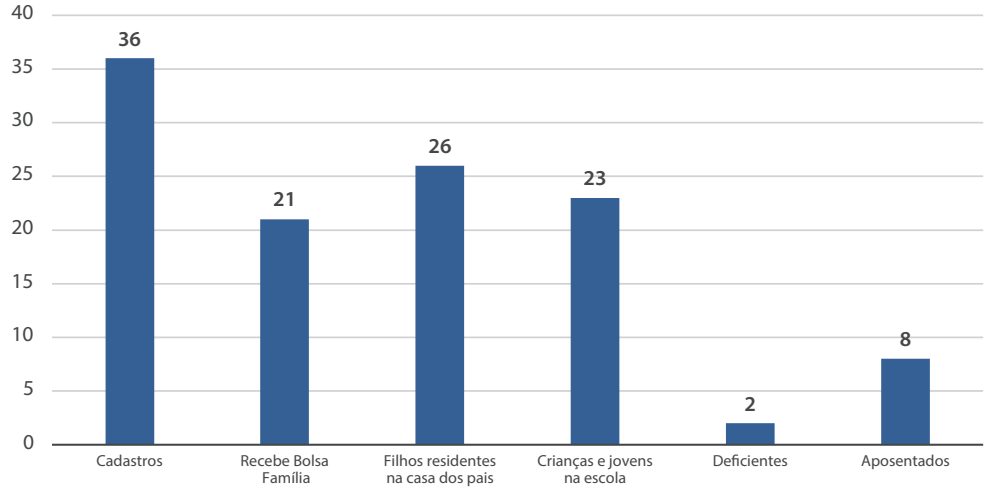


Gráfico 57 – Dados dos imóveis e sociais do assentamento Cobra

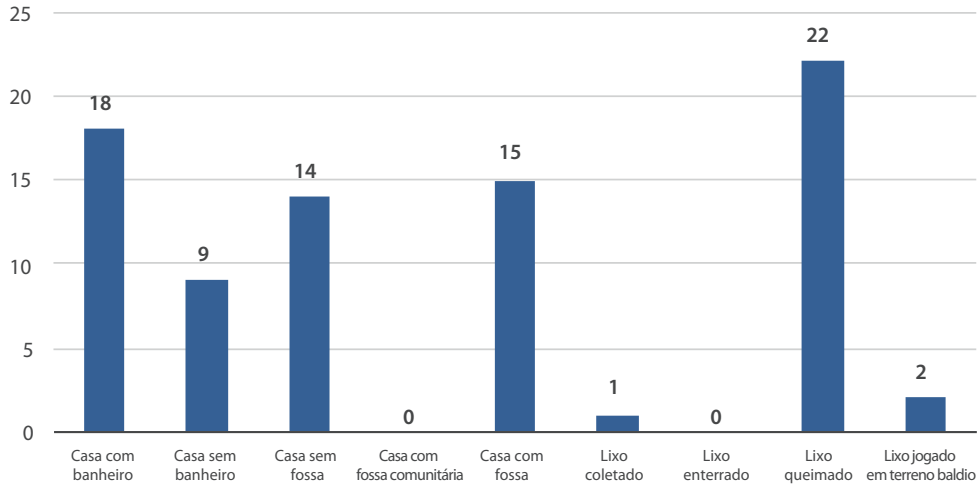


Gráfico 58 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Cobra

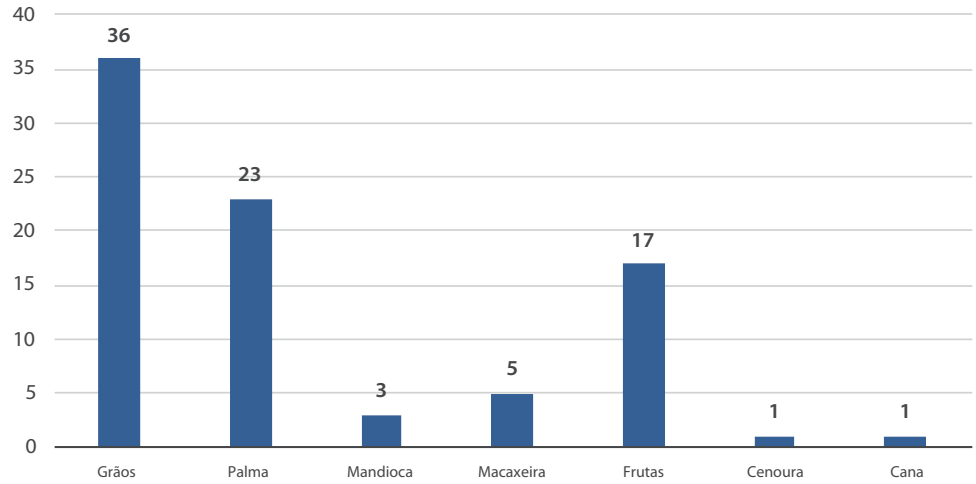
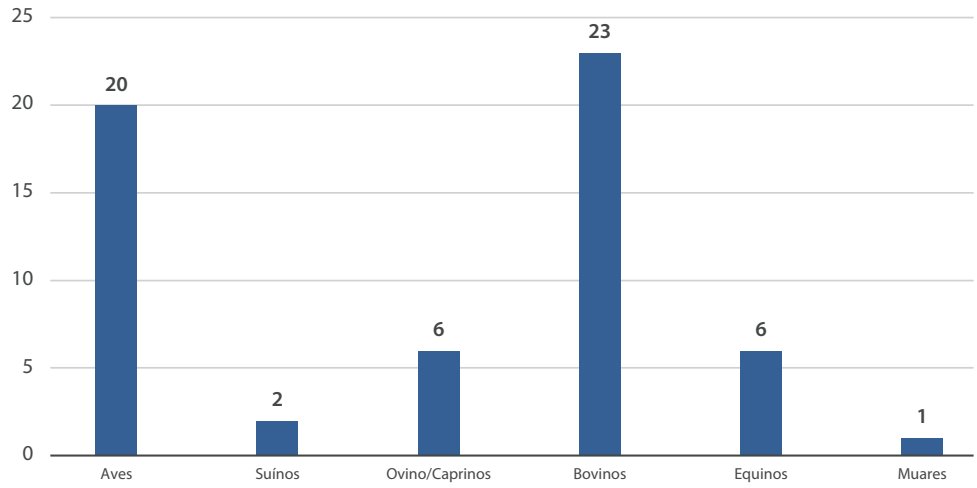


Gráfico 59 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Cobra





18 ASSENTAMENTO RIACHO SECO

O assentamento Riacho Seco, localizado no município de Água Branca, possui uma área total de 587 hectares, na qual habitavam 82 pessoas, pertencentes a 22 famílias. A Foto 133 abaixo compreende a vista geral panorâmica do assentamento.



Foto 133 – Vista geral do assentamento Riacho Seco

18.1 Histórico

A Fazenda Caraunã, pertencente ao engenheiro agrônomo Sr. Abílio Fabio Nunes, mantinha aproximadamente 30 trabalhadores em regime de diária. No ano de 2003, o Sr. Abílio, decidiu vender essa terra e com a intenção de manter esses trabalhadores, solicitou apoio ao Sr. Limeira, funcionário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) e conhecido na região como bom negociador e trânsito junto aos agricultores. A partir dessa iniciativa foi criada uma associação, registrada com o nome de Associação dos Produtores Rurais do Riacho Seco, em homenagem ao rio existente na fazenda, por 23 associados e com a finalidade de financiamento dessa propriedade pelo Banco da Terra. Dessa forma, surgiu o Assentamento Riacho Seco, com extensão de área aproximada de 587 hectares, sendo 144 hectares de reserva ambiental e pouco mais de 19 hectares para cada família. Esses trabalhadores, residentes em comunidades próximas a essa localidade, como o Alto dos Coelhos, Tingui, Lagoa das Pedras e Cal, decidiram que o recurso destinado para a construção das casas seria para investir na terra, como a recuperação da barragem, reforma do curral, conserto da bomba e outros serviços que se fizessem necessários para uma melhor produtividade. Sua localização fica entre Olho D'Água do Casado, Tingui e Água Branca.

18.2 Apresentação e discussão do plano

Dia: 25 de setembro de 2014
Horário: 9h
Local: Sede da Associação
Participantes: Equipe de ação social do Programa Água para Todos da Codevasf 5ª SR, Márcio Cruz e Eleniz Lisboa e da empresa de apoio JM, Aeleid Souza e Germano Albuquerque.

Obs.: O Plano foi apresentado pelo técnico de ação social da Codevasf 5ª SR, Márcio Cruz



Foto 134 – Apresentação do plano

18.3 Formação da comissão comunitária

Dia: 25 de setembro de 2014
Horário: 12h
Composição:
- Gonçalo Soares de Oliveira
- Quitéria Gomes de Barros
- José Gonçalo dos Santos



Foto 135 – Comissão comunitária eleita

18.4 Cadastramento das famílias

Quantidade total de lotes: 23
Quantidade de cadastros aplicados: Foram cadastradas 22 famílias, em decorrência de um assentado ter estado também com a posse do lote do irmão. Mediante tabulação dos dados, registrou-se nessa localidade um contingente populacional de 82 habitantes.

Tabela 34 – Situação demográfica identificada do assentamento Riacho Seco

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Assentamento	Famílias	Habitantes
Riacho Seco	22	82



Foto 136 – Cadastramento da família

18.5 Registros fotográficos e georreferenciamento das residências





Foto 137 A e B – Georreferenciamento e registro fotográfico

18.6 Diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo teve como objetivo obter conhecimentos e informações sobre a realidade local. Na ocasião, foi realizado um resgate histórico social dos assentados, destacando-se as condições de vida com relação à saúde, educação, organização comunitária, meio ambiente, à situação fundiária e produtiva, e à fonte hídrica do assentamento. Esse diagnóstico ocorreu na sede da associação comunitária do assentamento, no dia 2 de outubro de 2014, onde houve a participação de 19 assentados.

18.7 Educação e saúde

Essas famílias não construíram casas no assentamento, portanto as crianças e os jovens frequentavam as escolas existentes nas comunidades onde residiam ou em escolas da área urbana do município. O acesso aos serviços de saúde era disponibilizado nessas localidades, ou seja, nas comunidades Tingui e Alto dos Coelhos. Os moradores da Lagoa das Pedras e Cal procuravam serviços de saúde em Água Branca, Alto dos Coelhos e Tabuleiro. As comunidades dispunham de visitas domiciliares de agente

comunitário de saúde e, nos postos, atendimento com profissionais da equipe do Programa de Saúde da Família, composto por médicos e enfermeiros. Ressalta-se que no Distrito Lagoa das Pedras o posto de saúde estava sendo construído.

18.8 Organização social

A organização comunitária ocorria por meio da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Riacho Seco. Criada em 2003, era composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e Conselho Fiscal, com composição de quatro membros, dentre estes dois suplentes. Reuniam-se no primeiro domingo de cada mês, com ocorrência de registros em ata e eleição a cada dois anos. Por meio da criação da associação, conseguiram o financiamento dessa terra, com carência de três anos e desconto de 40% no ato do pagamento das parcelas. Até a época deste diagnóstico afirmaram não haver inadimplência.

18.9 Situação fundiária e produtiva

A situação fundiária do assentamento ficou definida pela divisão da área original em lotes individuais, sendo cada um composto de duas glebas: uma de cinco hectares e meio aproximadamente de terreno já explorados e prontos para utilização imediata e outra de cerca de 14 hectares de área inexplorada e, portanto, sujeita ao desmatamento para sua utilização. Em geral, os solos dessa região não possuíam impedimento para o estabelecimento das culturas tradicionais, pois apresentavam uma profundidade efetiva razoável, muito embora ocorressem afloramentos rochosos em alguns locais, sendo esses descartados para plantio. Predominavam as culturas de feijão, milho (no período chuvoso) e palma, estabelecidas com preparo de solo de tração animal ou mecanizada via locação de equipamentos. As limpas eram manuais sem uso de produtos químicos e não havia relatos importantes de problemas relativos a pragas e doenças, o que dispensava o uso de agrotóxicos. Quando ocorria um inverno generoso e condições favoráveis, proporcionando uma safra abundante e farta com excedentes para a comercialização, os agricultores levavam os produtos para as feiras do entorno, não havendo intermediários na negociação. Não recebiam assistência técnica de nenhum órgão.

Tabela 35 – Situação fundiária do assentamento Riacho Seco

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA			
Total de assentados	Total de hectares por assentado	Total de hectares de reserva ambiental	Total de terra do assentamento em hectares
23	19,2	144	587

18.10 Fonte hídrica

A maioria dos lotes possuía um barreiro construído pela empreiteira responsável pela obra do Canal do Sertão Alagoano, fruto de negociação em troca do material para execução da obra. No entanto, próximo à antiga sede da fazenda, existia uma fonte natural proveniente do lençol freático. Porém, sua estrutura de captação com motobomba e reservatório elevado estava desativada, e sua água se prestava tão somente para dessendentação animal, em virtude do elevado teor de sais.



Foto 138 – Poço artesiano e chafariz

18.11 Dados gerais

Gráfico 60 – Dados das famílias do assentamento Riacho Seco

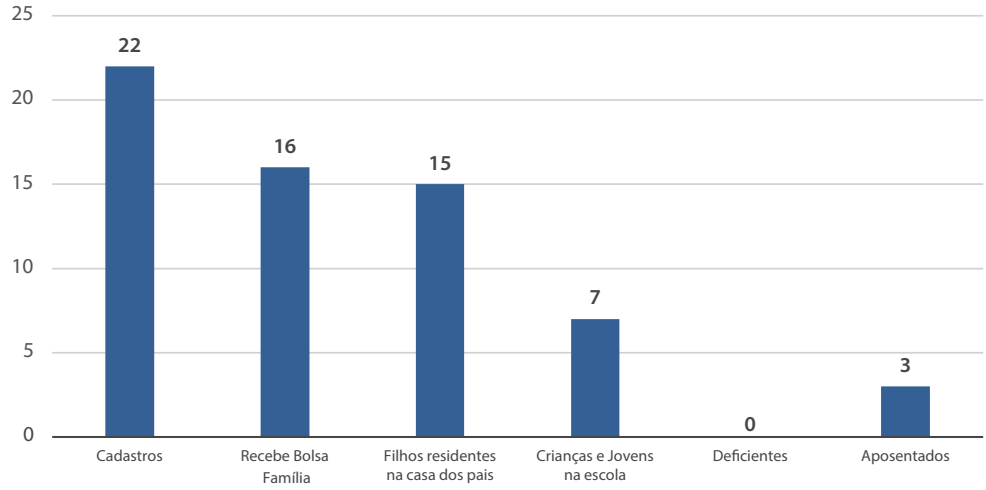


Gráfico 61 – Dados da agricultura com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Riacho Seco

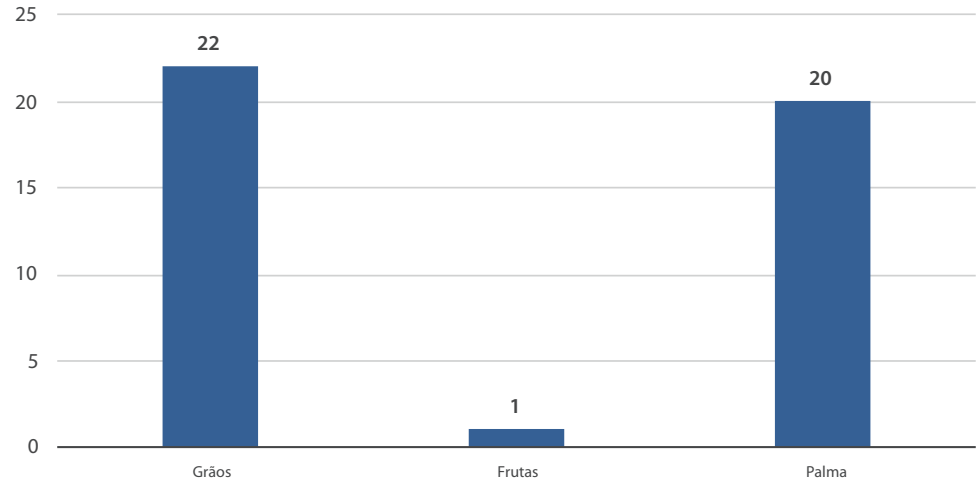
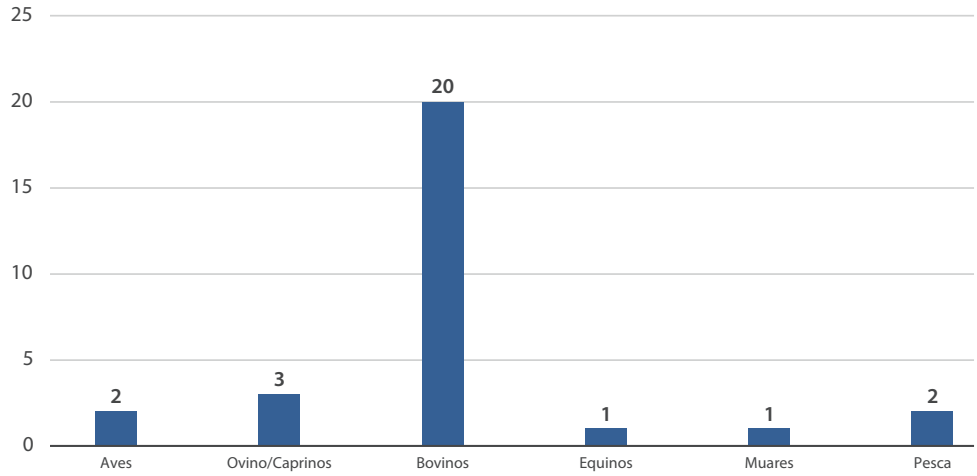


Gráfico 62 – Dados da pecuária com a quantidade de produtores por atividade do assentamento Riacho Seco





19 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste diagnóstico, foram obtidos por meio da aplicação participativa das fichas de cadastro da comunidade e da família, conforme verifica-se nos modelos apresentados, respectivamente, nos apêndices A e B.

A partir do diagnóstico realizado nos 17 assentamentos na área de abrangência do Canal do Sertão Alagoano, localizados na área rural dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, verificou-se que, dentre as 710 famílias e dos 2.851 habitantes ali existentes à época, que há vocação cultural das famílias para a produção agropecuária, onde se observou uma grande dedicação, organização comunitária e esforços familiares para obter seu sustento das atividades produtivas tradicionais de forma participativa e organizada.

Verificou-se, tanto nos assentamentos de Água Branca quanto nos de Delmiro Gouveia, a presença de solos aptos para a produção agrícola, com relevo suavemente ondulado a plano, exceto em algumas localidades do município de Água Branca. Todavia, há a presença de afloramento de rochas em alguns locais e com razoável profundidade, o que limita o uso indiscriminado da irrigação sem os devidos cuidados na sua drenagem, em função da possibilidade de salinização, além da adoção de práticas adequadas de manejo.

A principal carência observada consiste na dificuldade de acesso a uma fonte hídrica permanente em quantidade e qualidade adequadas que permita a obtenção de água suficiente para consumo humano e para instalação de pequenos projetos localizados de irrigação, que venham a atender as expectativas dessas famílias que desejam produzir e ter a garantia da colheita de produtos para consumo e comercialização da produção excedente.



Apesar da limitação climática e da falta de fonte hídrica perene nas localidades rurais estudadas, estão gerando alimentos oriundos da atividade agropecuária que garantem a sobrevivência da família e que geram excedentes limitados que são vendidos nos mercados locais. Nessa perspectiva, faz-se necessário a instalação de uma ampla rede de infraestrutura hídrica a partir do Canal do Sertão Alagoano, como fonte de água permanente ao consumo humano e à produção agropecuária por meio de pequenas unidades de irrigação em seus respectivos quintais produtivos, conforme verifica-se no Apêndice E.

Para tanto, a Codevasf apresenta o modelo de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água que segue anexo, onde prevê de forma integrada o acesso a água tratada para o consumo humano e água bruta para produção de legumes, hortaliças, por meio de kits irrigação em quintais produtivos e, ainda, o cultivo de fruteiras e a criação de pequenos animais, conforme modelos anexos (APÊNDICES F e G).

Todavia, a limitação de recursos orçamentários e financeiros, não tem permitido aos órgãos responsáveis pela política de reforma agrária, tanto na parte de infraestrutura hídrica quanto de assistência técnica, serem mais efetivos, não sendo possível atender as grandes demandas dos assentados, gerando assim dificuldades para que a exploração dos lotes pelos produtores possa alcançar resultados satisfatórios. Além disso, foi detectado que havia pendências em relação à regularização fundiária de alguns assentamentos/acampamentos, notadamente em Juá e Moxotó das Areias, cujas famílias viviam em situação indefinida havia quase duas décadas.

Constatou-se que os assentados do alto sertão alagoano possuem um grau relativamente elevado no campo da organização social.

No entanto, é imprescindível promover o acesso à água de forma estruturante que venha a consolidar os assentamentos como unidades produtivas exitosas, eliminando assim, o principal fator limitante que gera insegurança social, que é a falta do elemento vital para a sobrevivência e ao desenvolvimento econômico, a água. Com o advento do Canal do Sertão Alagoano passou a ter um novo horizonte para os produtores tanto dos assentamentos quanto das demais comunidades rurais da região, os quais, uma vez contemplados, poderão vir a se tornar um importante propulsor para o desenvolvimento regional de forma ampla e participativa. Nessa expectativa, esse diagnóstico é ferramenta de planejamento fundamental, que visa a elaboração de projetos executivos viáveis e sustentáveis, calcados na realidade aqui diagnosticada.

É importante ainda destacar a necessidade de incentivar o turismo e a produção artesanal visando gerar alternativas de incremento à renda familiar , como também aproveitar as potencialidades e vocações da região.

É nesse contexto que algumas experiências inovadoras apontam caminhos promissores, podendo contribuir na decisão de projetos e programas que visem a melhoria da qualidade de vida da população.

Os desafios são grandes, embora, em termos produtivos, já existam alternativas para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à agricultura familiar. Um dos maiores desafios também reside, portanto, no processo de capacitação e formação para quem faz agricultura. É nesse sentido que se faz necessário ganhar escala, exigindo métodos adequados de planejamento da produção que garanta o acesso aos mercados de forma organizada e eficiente, promovendo assim o desenvolvimento integrado da região do semiárido alagoano.

Todavia, a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água de forma ampla para fins de consumo e produção familiar e comunitária, que venha contemplar todos os assentamentos e demais comunidades rurais existentes na área de influência do Canal do Sertão Alagoano é imperativo. Assim, deverá ser estabelecido um novo modelo de desenvolvimento regional a partir da utilização da água de canais de usos múltiplos, que venha transformar o atual perfil social e econômico do semiárido alagoano, servindo de modelo de inclusão e de desenvolvimento para outros estados da federação. Essa participação dos beneficiários envolvidos deverá se dar não só no sistema de produção mas, também, na gestão, operação e manutenção de todo o sistema de adução e utilização da água, conforme modelo SISAL, baseado no exemplo de gestão integrada de saneamento rural do Ceará (SISAR), observado no Anexo A.

É importante ressaltar, conforme já citado, que esse modelo aqui apresentado, deve prescindir de um amplo e continuado serviço de capacitação e de extensão rural, abrangendo tanto a área técnica, quanto de gestão da produção e de organização social de forma sistemática, que venha proporcionar um modelo eficiente de produção agropecuária e inserção dos seus respectivos produtos no mercado com assiduidade, competitividade e qualidade.

Dessa forma, a Codevasf com esse modelo de inclusão econômica e social aqui apresentado, associado aos projetos tradicionais de irrigação já elaborados pela companhia para o alto sertão alagoano, fazem parte de um plano estratégico de desenvolvimento para o estado de Alagoas que, além de proporcionar a mudança do perfil de pobreza predominante no semiárido, para uma condição de prosperidade, servirá também como modelo a ser adotado para minimizar as desigualdades regionais do Nordeste em relação ao país. (Apêndice H).



20 RECOMENDAÇÕES

- Contratar e instalar sistemas de abastecimento de água tratada para consumo humano e de água bruta para implementação de pequenas unidades de irrigação em quintais produtivos, nos assentamentos na área de influência do Canal do Sertão Alagoano;
- Viabilizar orçamento para execução dos projetos de infraestrutura hídrica;
- Construir barreiros para dessedentação animal como complemento ao armazenamento de água para viabilizar de forma ampla a pecuária nos assentamentos e na região do semiárido alagoano;
- Estruturar e implementar um sistema de gestão do uso da água do Canal do Sertão Alagoano pelos próprios beneficiários;
- Implementar um programa de assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento da agropecuária e do uso sustentável da água do Canal do Sertão Alagoano;
- Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural;
- Implementar um programa de capacitação de convivência com o semiárido;
- Incentivar o turismo no sertão alagoano como alternativa de renda e de desenvolvimento regional;
- Com o advento do Canal do Sertão Alagoano, realizar planejamento de ações territoriais para o desenvolvimento dos arranjos produtivos da mandiocultura, apicultura, bovinocultura, ovinocaprinocultura, horticultura, fruticultura, piscicultura, agricultura irrigada e de sequeiro;
- Proporcionar à organização dos beneficiários para gerir os sistemas de abastecimento de água implantados, por meio do Modelo de Gestão do Sistema de Abastecimento Rural de Alagoas (SISAL), baseado no exitoso modelo existente no estado do Ceará, SISAR;
- Proporcionar a regularização fundiária e a legalização dos assentamentos/acampamentos ainda pendentes.





REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA ÁGRARIA. Sistema de implantação de projetos de assentamento (SIPRA - Alagoas). Brasília, 2020.

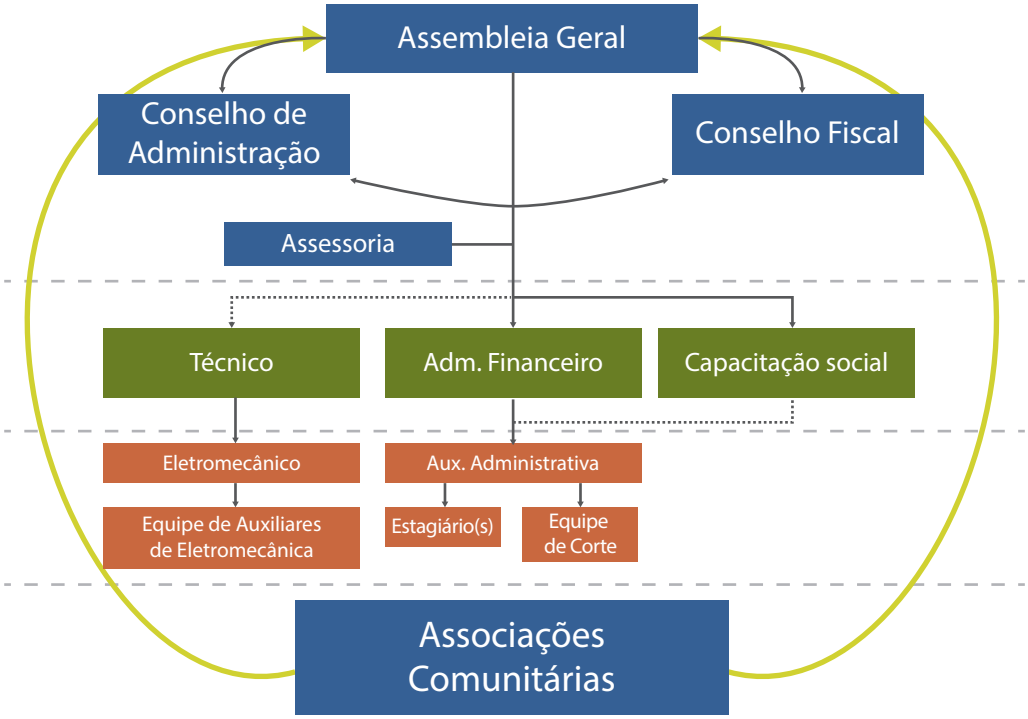
MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de (org.). **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Estado de Alagoas:** diagnóstico do município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas. Recife: CPRM; [Brasília, DF]: PRODEEM. 2005a. 12 p. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15267/1/rel_cadastros_delmiro_gouveia.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.

MASCARENHAS, João de Castro; BELTRÃO, Breno Augusto; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos de (org.). **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Estado de Alagoas**: diagnóstico do município de Água Branca, Estado de Alagoas. Recife: CPRM; [Brasília, DF]: PRODEEM. 2005b. 13 p. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15252/1/rel_cadastros_canapi.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.





ANEXO A – Modelo de gestão do sistema de abastecimento de água rural sugerido para Alagoas (SISAL)





APÊNDICE A – Ficha modelo de cadastro da comunidade

Folha N.º | Digitalizado

FICHA DE CADASTRO DA COMUNIDADE

Dados de Localização:

Estado (UF)	Município
Nome da Comunidade:	

Distância entre a Comunidade e a Sede do Município (Km):

Coordenadas Geográficas:

Longitude: | Latitude:

Classificação da Comunidade:

Aldeia Indígena ☐ | Quilombolas ☐ | Assentamento ☐ | Comunidade Rural ☐ | Fundo de Pasto ☐

Topografia Geral: ☐ Plana ☐ Acidentada

Número de Famílias Residentes na Comunidade:

Grau de Dispersão das Casas: ☐ Aglomeradas ☐ Dispersas

Tipo de Construção Predominante:

☐ Alvenaria (tijolo) ☐ Adobe ☐ Taipa ☐ Outros

Tipo de Estradas: ☐ Asfalto ☐ Barro ☐ Cascalho ☐ Outros

Condições de Uso: ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

A Estrada é Transitável Durante o Ano Todo: ☐ Sim ☐ Não

A Comunidade tem Água Encanada?: ☐ Sim ☐ Não, nenhuma casa tem acesso à água

Casas com acesso à Água | Casas sem acesso à Água

Esgotamento Sanitário:

Esgoto Tratado ☐ Fossa Comum ☐ Fossa Séptica ☐ Não Possui ☐ Outros ☐

Existe Energia Elétrica na Comunidade: Sim ☐ Não ☐ Parcial ☐

Tipo de Energia: ☐ Elétrica ☐ Solar ☐ Eólica ☐ Diesel ☐ Outra

Especificar:

Número de escolas na Comunidade:

Número de alunos que estudam em cada escola: Escola 1 | Escola 2 | Escola 3

Principal fonte de renda da comunidade: ☐ Agricultura ☐ Aposentados ☐ Assalariados

☐ Trabalho Doméstico ☐ Renda Proveniente de Programas Sociais do Governo Federal

☐ Criação de Animais ☐ Outra Especifique:

Se houver predominância de atividade agrícola, discriminar

Produto especifique:

Finalidade: ☐ Consumo ☐ Venda

Principal tipo de irrigação: ☐ Aspersão ☐ Sulco ☐ Gotejamento ☐ Kit de Irrigação ☐ Não há irrigação

Informações sobre infraestrutura de saúde na comunidade

Posto de saúde na comunidade: ☐ Sim ☐ Não

Para onde a população se dirige:

Distância aproximada da comunidade (Km):

Informe a frequência da visita do médico à comunidade: ☐ Diária ☐ Semanal ☐ Quinzenal ☐ Mensal ☐ Não há médico

Existência de Programa de Saúde da Família?: ☐ Sim ☐ Não

Número de agentes comunitários que atende a comunidade (consultar agentes de saúde locais)

Há ocorrência de doença nas comunidade (consultar agentes de saúde local)?:

☐ Não ☐ Sim - Quais são as mais frequentes

☐ Diarreia ☐ Leptospirose ☐ Hepatite ☐ Esquistossomose ☐ Outras

Especifique:

Outras Informações da Comunidade:

Serviços existentes na comunidade: ☐ Correio ☐ Farmácia ☐ Feira livre ☐ Olaria ☐ Artesanato ☐ Outros

Especifique:

Informações sobre as organizações comunitárias:

☐ Associação Comunitária

Nome:

☐ Cooperativa

Nome:

☐ Movimento de Mulheres

Nome:

☐ Grupo ou Pastoral de Igreja

Nome:

☐ Grupo de Jovens

Nome:

☐ Arranjo Produtivo Local - APL

Nome:

☐ Grupo de Mulheres

Nome:

☐ Conselhos

Nome:

☐ Outros

Nome:

Local e Data

APÊNDICE B – Ficha modelo de cadastro do beneficiário

Folha N.º	ÁGUA	CODEVASF	PSF	Digitalizado ☐

FICHA DE CADASTRO DE BENEFICIÁRIO PESSOA FÍSICA (SSAA)

Dados da Localização:

Estado (UF): | Município:

Comunidade:

Telefone principal: ( ) | Distância da sede do município:

Ponto de Referência | E-mail:

Coordenadas Geográfica da Residência:

Longitude: | Latitude:

Vias de acesso à casa | A estrada é transitável durante todo ano: ☐ Sim ☐ Não

Tipo: ☐ Asfalto ☐ Barro ☐ Cascalho ☐ Outro ☐ Não Informado

Inclinação: ☐ Plana ☐ Enladeirada | Largura: ☐ Estreita ☐ Larga

Dados do Responsável

Nome completo (beneficiário titular do NIS):

Data de Nascimento | Sexo: ☐ ☐

CPF: | RG: | Órgão:

NIS/NIT: | INSS:

Apelido: | Idade:

Dados do cônjuge, no caso de casado ou relação estável

Nome Completo:

CPF: | RG: | Órgão:

Composição do Grupo Familiar:

Total de filhos que moram na mesma residência (independente da idade):

Nº de crianças com idade até 06 anos: | Nº de idosos (idade superior a 65 anos):

Nº crianças/jovens na escola: | Nº pessoas com deficiência:

Dados da Residência:

Possui energia: ☐ Sim ☐ Não

Tipo de energia : ☐ Elétrica ☐ Solar ☐ Eólica ☐ Diesel

☐ Outra | Outra especificar:

Banheiro: ☐ Possui ☐ Não possui

Esgotamento Sanitário: ☐ Esgoto tratado ☐ Fossa comum ☐ Não possui ☐ Outro

Destino do Lixo: ☐ Queimado ☐ Enterrado ☐ Jogado no rio,lago,etc ☐ Jogado em terreno bi ☐ Coletado

Dados Socioeconômicos

O responsável pela unidade recebe algum tipo de benefício de programas sociais?

☐ BPC ☐ Bolsa Família ☐ PRONAF ☐ Fomento à Terra ☐ Seguro Defeso ☐ Outro

Outro especificar:

Ocupação do responsável pela unidade familiar: ☐ Não Possui ☐ Agricultor ☐ Autônomo ☐ CLT

☐ Aposentado ☐ Pensionista ☐ Servidor Público ☐ Empregado Público

Período de Renda: ☐ Mensal ☐ Safra ☐ Anual ☐ Semestral ☐ Diária

Renda Familiar: | Valor mensal da renda familiar R$:

Total de pessoas na residência (titular do NIS + cônjuge + filhos + parentes + outros)

Dados da Propriedade: ☐ Proprietário (com escritura) ☐ Proprietário (sem escritura) ☐ Cedido

☐ Comodato ☐ Meeiro/parceiro ☐ Arrendado ☐ Outro

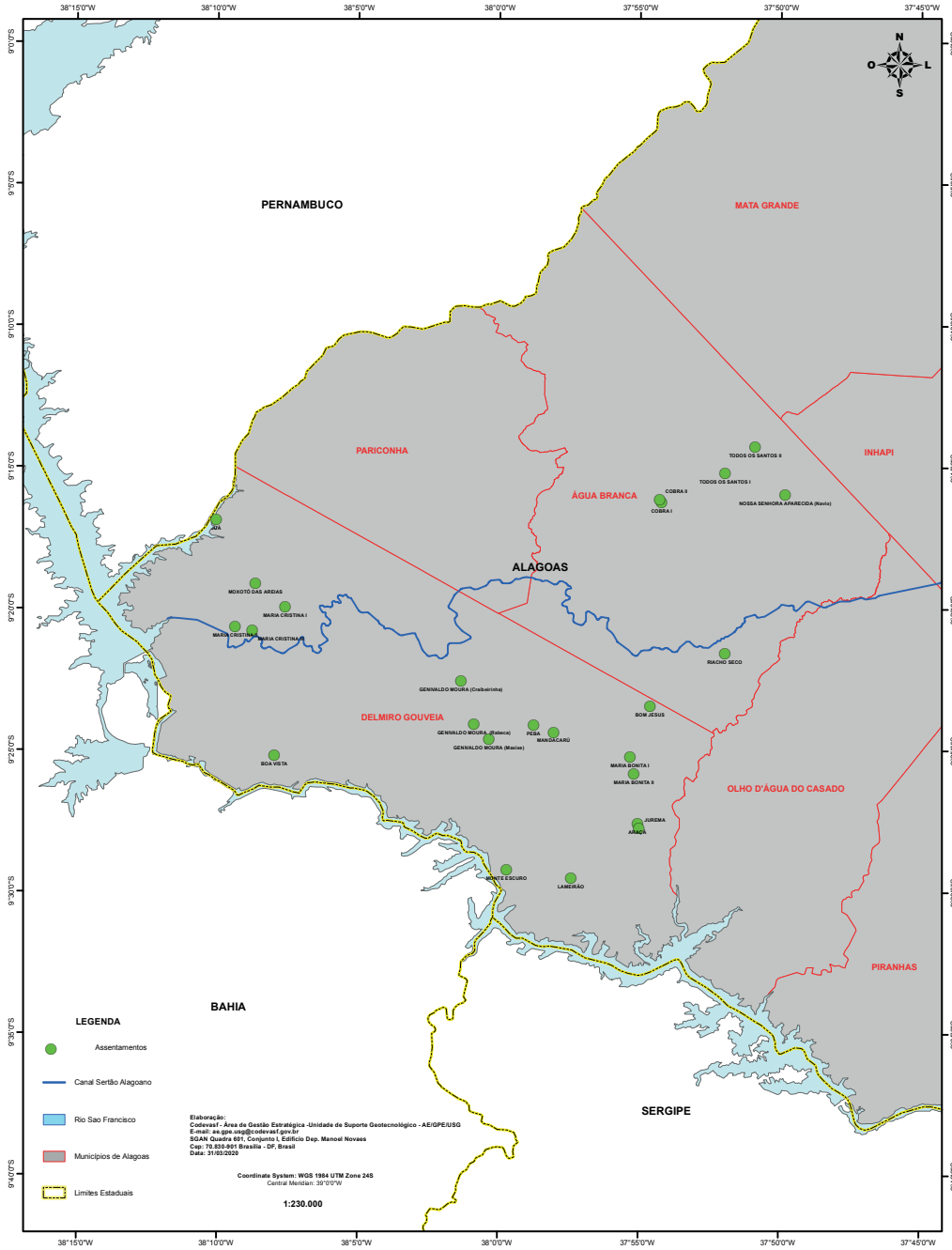
Outro:

Outro:					
Mão de obra familiar:		Mão de obra contratada:		Área Total:	Área de produção
Atividade agrícola e/ou pecuária :		Não produz nada ☐	Hortaliças ☐	Mel e derivados da apicultura	☐
☐ Frutas	Qual:		☐ Agricultura	Qual:	
☐ Artesanato	Qual:		☐ Agroindústria	Qual:	
☐ Aves	☐ Suínos	☐ Aquicultura e Pesca	☐ Bovinos	☐ Ovinos/Caprinos	☐ Outros
Outros:					
Agricultura - Finalidade:		Consumo ☐	Venda ☐	Área(ha)	
Tipo de Irrigação ☐	Aspersão ☐	Sulco ☐	Gotejamento ☐	Kit de irrigação ☐	Não há irrigação
Criação de animais - Finalidade		Consumo ☐	Venda ☐	Área (ha)	
Especifique quais:					
A atividade Agrícola faz parte de algum processo de organização social tipo associativista ou cooperativa?					Se sim qual?
Sim ☐	Não ☐	Especificar			
Qual a origem das sementes para os cultivos?					
Existe prática de queimadas de restos culturais e/ou brocadas para aberturas de novas áreas de extensão produtivas?					
Sim ☐	Não ☐				
Quais os principais problemas no desenvolvimento da atividade pecuária?					
As chuvas são suficientes para a produção dos sistemas agropecuários? Ex. para produção dos roçados e/ou produção de forragens.					
Sim ☐	Não ☐	Qual área disponível para implantação do quintal produtivo?			
Existe reservatórios de água visando a dessedentação humana ou animal? Qual					
Existe ação emergencial do governo no tocante a operação carro - pipa (água)			Sim ☐	Não ☐	
Qual a frequência de abastecimento e a origem do abastecimento?					
Na comunidade existem quintais produtivos, visando fornecer frutas, hortaliças e animais para alimentação familiar?					
Sim ☐	Não ☐				
Os riachos, rios, apresentam os cursos d'água com mata ciliar? Se sim, elencar a denominação popular.(caso haja nas proximidades)					
Sim ☐	Não ☐	Qual a área disponível?			
A Codevasf irá implantar sistema de abastecimento d' água para atividades produtivas e que essa água será medida e paga pelo usuário, você tem interesse em receber 01 ponto de água bruta para implantação do quintal produtivo com área de até 2.000m²		Sim ☐	Não ☐		
Tem interesse de receber o projeto e 01 sistema de irrigação para uma área de até 2.000m²				Sim ☐	Não ☐
Tem conhecimento que o sistema de irrigação não poderá ser vendido e que se não for utilizado terá que ser devolvido?					
Sim ☐	Não ☐				
Sabendo que a Codevasf irá implantar sistema de abastecimento d'água para consumo humano e que essa água será medida e paga pelo usuário, tem interesse em receber 01 ponto de água em sua residência?				Sim ☐	Não ☐
Caso a resposta anterior seja negativa, qual o motivo?					
Qual o tipo de cultura ou atividade produtiva deseja desenvolver?					
Qual atividade é desenvolvida na área que será destinada ao quintal produtivo?					
Local:		Data:	____/____/____		
Assinatura do Beneficiário	_____			Polegar Direito	
Observações do Cadastrador:					
Assinatura e carimbo do Cadastrador:	_____				

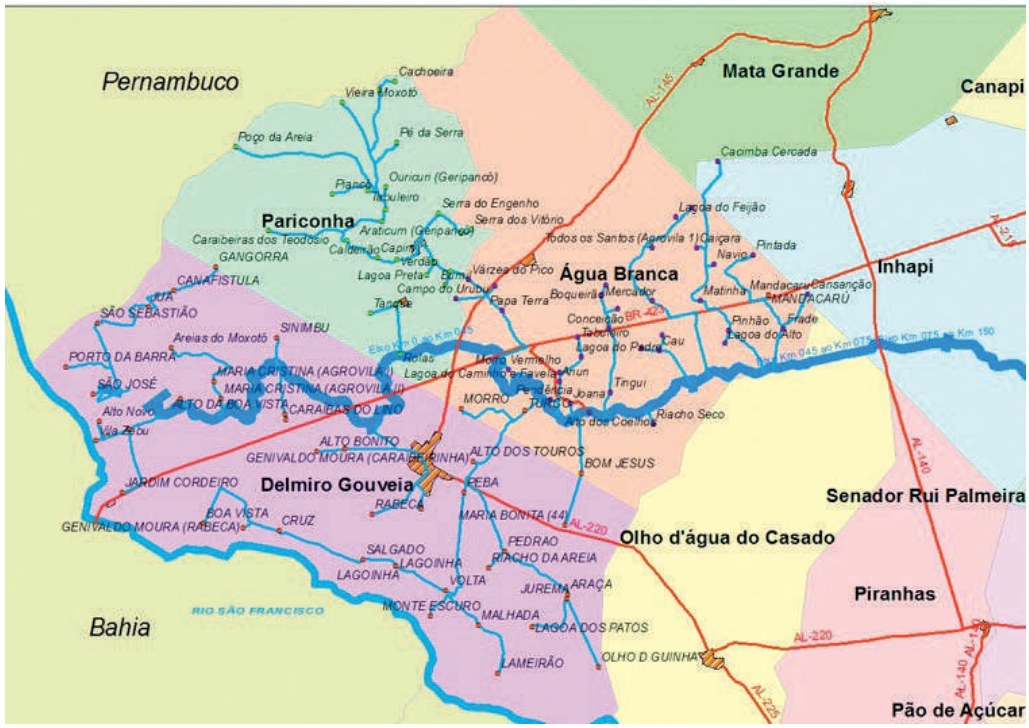
APÊNDICE C – Mapa com o perímetro de abrangência do Projeto Canal do Sertão Alagoano



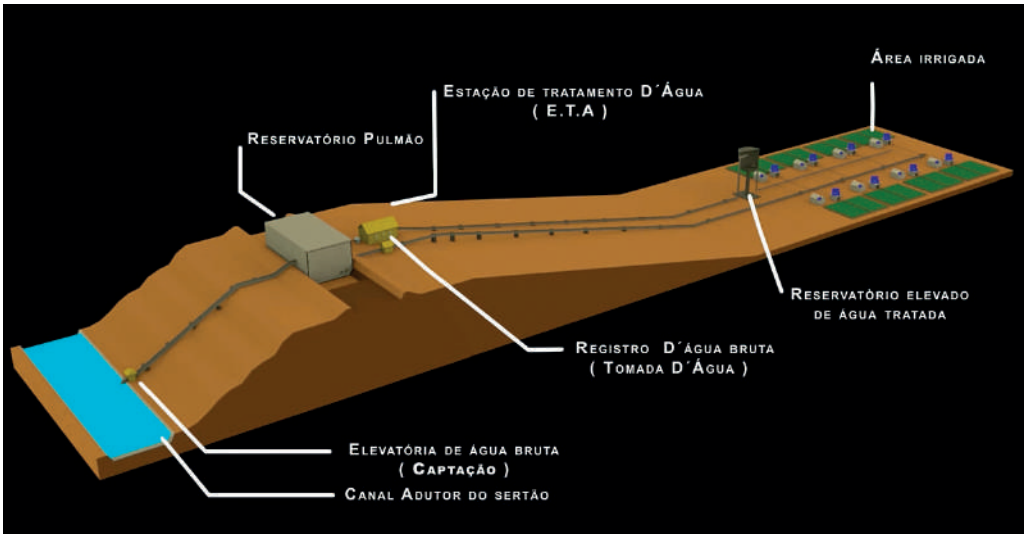
APÊNDICE D – Mapa com as localizações georreferenciadas dos assentamentos diagnosticados pela Codevasf



APÊNDICE E – Mapa com o sistema de pequenas adutoras para o abastecimento de água das comunidades rurais



APÊNDICE F – Modelo de abastecimento d'água para consumo humano e irrigação de quintais produtivos



APÊNDICE G – Modelo de irrigação por gotejamento em quintais produtivos









APÊNDICE H – Proposta de transformação econômica e social no âmbito do Canal do Sertão Alagoano



DIAGNÓSTICO PARA O DESENVOLVIMENTO HIDROAGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO

Municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca

CODEVASF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL